ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025

SECRETARIA E/OU DIVISÃO:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

TIPO DE LICITAÇÃO:
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

PRAZO DE VIGÊNCIA:
365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS – VIGÊNCIA DO CONTRATO;
60 (SESSENTA) DIAS – PRAZO DE EXECUÇÃO, À PARTIR DA ORDEM DE SERVIÇO

VALOR:
R$ 190.415,53 (CENTO E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)

FORMA DE PAGAMENTO:
O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A ENTREGA DOS PROJETOS, MEDIANTE CONFERÊNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDICIONADOS A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL, ACOMPANHADA DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Artigo 72, inciso I, da Lei N° 14133/21

Três Barras do Paraná, 11 de janeiro de 2025

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**

PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

O projeto de iluminação ornamental no trecho da PR-471, que abrange o novo acesso ao Município de Três Barras do Paraná-PR, incluindo a rotatória, tem como objetivo atender uma extensão aproximada de 670 metros. Essa iniciativa é fundamental para promover a segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres que trafegam pelo local. A implantação de uma iluminação de qualidade é indispensável para proporcionar maior conforto e reforçar a percepção de segurança dos usuários, especialmente durante o período noturno, além de causar uma boa impressão às pessoas que chegam à cidade.

Este trecho da rodovia possui grande relevância para a população tribarrense, pois configura a principal entrada do Município, sendo um ponto de fluxo de veículos e pedestres. A iluminação ornamental não apenas melhora a visibilidade e a funcionalidade do espaço, mas também valoriza a estética urbana, contribuindo para a projeção de uma imagem positiva e acolhedora do Município.

Além disso, a instalação de iluminação está alinhada às normas técnicas de iluminação pública e às políticas públicas voltadas para a promoção de infraestrutura segura e eficiente. Este projeto busca atender à necessidade de modernização urbana e ampliar a qualidade de vida dos munícipes e visitantes.

Por fim, a iluminação desempenha um papel estratégico na prevenção de crimes e acidentes, garantindo mais tranquilidade aos usuários e reduzindo os custos relacionados a possíveis ocorrências no local. Investir em iluminação pública não é apenas uma medida de infraestrutura, mas também uma ação de segurança, bem-estar e valorização do Município.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

Para assegurar uma iluminação eficiente e adequada, foi considerada uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz. Foram especificadas luminárias com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W, a serem instaladas em postes metálicos de 9 metros de altura.

Na rotatória, optou-se pela instalação de dois superpostes com altura de 13,5 metros, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W.

No total, o projeto prevê:

- **18 postes** de 9 metros de altura, cada um equipado com uma luminária de 200W;
- **2 superpostes** de 13,5 metros de altura, cada um com quatro luminárias de 250W.

Para a entrada de energia, será necessário instalar e solicitar à COPEL a ligação de um medidor bifásico do tipo CNPH, padrão COPEL, com disjuntor de proteção de 50A. O acionamento das luminárias será realizado por meio de uma caixa de comando metálica do tipo AN, com grau de proteção IP adequado, equipada com disjuntor e contatora de 32A.

Essa estimativa foi elaborada com base em simulações e estudos técnicos, levando em consideração critérios de eficiência energética, durabilidade e sustentabilidade dos materiais empregados. O objetivo é garantir que o projeto atenda plenamente às demandas da comunidade, oferecendo uma solução robusta, eficiente e alinhada às boas práticas de engenharia e gestão pública.

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

Para a elaboração do orçamento deste projeto, foram utilizados os preços referenciais da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), garantindo a utilização de valores atualizados, competitivos e condizentes com o mercado. As consultas abrangeram itens essenciais, como luminárias de LED, postes de aço galvanizado, cabos elétricos e serviços de mão de obra qualificada para instalação.

Com base nos valores levantados, o custo total estimado para a execução do projeto **é R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)**. Esse valor poderá ser ajustado durante o processo licitatório ou em função de eventuais alterações no escopo do projeto, se necessário.

O levantamento realizado reforça o compromisso da Administração Pública com a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos. A utilização de critérios técnicos e confiáveis assegura que o investimento seja justo e atenda plenamente às expectativas da comunidade e aos objetivos estabelecidos pelos gestores municipais.

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DO SERVIÇOS

O início das obras de iluminação está diretamente condicionado à conclusão da construção do novo acesso à cidade, denominado "Nova Curva de Acesso", que atualmente encontra-se em fase de execução. Essa integração entre os projetos busca otimizar os recursos disponíveis e evitar sobreposições ou retrabalhos, garantindo que a instalação das redes elétricas e dos postes de iluminação seja realizada no momento mais oportuno.

A previsão é que os serviços de iluminação tenham início imediatamente após a autorização dos gestores responsáveis pela obra do novo acesso, assegurando a continuidade das melhorias e evitando interrupções no cronograma global. Essa coordenação entre as etapas do projeto é essencial para entregar à população um espaço seguro e funcional nas melhores condições possíveis.

Adicionalmente, o planejamento contempla uma execução eficiente, com rigor no cumprimento dos prazos estabelecidos. Para tanto, será contratada uma empresa especializada, com experiência comprovada em projetos de iluminação pública, a fim de assegurar a qualidade e a segurança em todas as fases da execução dos serviços.

Por fim, a definição clara do cronograma e a integração entre as equipes responsáveis permitem o alinhamento de todos os envolvidos com os objetivos e metas do projeto. A previsão para o início dos serviços reflete, assim, o compromisso da Administração Pública com a entrega de uma obra que atenda às expectativas da população e contribua para o desenvolvimento e valorização da cidade.

5. SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

6. ANEXOS

Carta de Apresentação da empresa que elaborou o projeto
Memorial Descritivo
Desenho Técnico
ART do Projeto
Planilha Orçamentária
Cronograma Físico-Financeiro
Composição do BDI
Memória de Cálculo
Estudo Técnico Preliminar

Camila Theisen
CAMILA CRISTINA THEISEN
Eng. Civil / Diretora do Dep. De Projetos
Fiscal do Contrato

CLEBSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Resp. pela Secretaria Mun. de Obras, Viação e Serv. Urbanos

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

RAZÃO SOCIAL: DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR
CNPJ: 53.759.357/0001-14 / I.E: 372.299.895.116

Carta de Apresentação

Dados do cliente:
Razão Social: **Município de Três Barras do Paraná – PR.**
CNPJ nº: **78.121.936/0001-68.**
Local da Obra: **Rodovia PR-471, Três barras do Paraná – PR.**
Obra: **Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva).**
Finalidade: **Iluminar o novo trecho e a rotatória de acesso.**

Prezados Senhores,

Vimos pela presente, realizar a entrega do **projeto de iluminação ornamental da "nova curva" da PR 471,** para iluminar o novo trecho e a rotatória, localizado no **Município de Três Barras do Paraná-PR,**

O processo é composto dos seguintes documentos:

1. Carta de Apresentação
2. Memorial Descritivo
3. Desenho Técnico
4. ART – projeto
5. Planilha Orçamentária
6. Cronograma Físico Financeiro
7. Composição do BDI
8. Memória de Cálculo

Atenciosamente,

Itapeva-SP, 18 de Setembro de 2024

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento
Data: 2024.09.18 16:19:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

Durval Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista
CREA: 5071352240-SP

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

RAZÃO SOCIAL: DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR
CNPJ: 53.759.357/0001-14 / I.E: 372.299.895.116

Memorial Descritivo

Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva)" da PR-471

1. *Objetivo*

O presente memorial descritivo tem como objetivo detalhar os procedimentos e especificações técnicas para a execução do projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva), com a finalidade de iluminar o novo trecho e a rotatória de acesso e substituição de 3 pontos de iluminação na Rua Sobradinho, do trecho da nova Rodovia até o lago.

2. *Localização*

O projeto apresentado, está localizado na rodovia PR-471 do município de Três Barras do Paraná, perto da indústria Moageira Koene e será extensão da Rua Sobradinho. A seguir temos uma foto aérea do trecho a ser iluminado seguido de suas coordenadas geográficas:



Figura 1 - Imagem aérea destacando o trecho que será iluminado.

Coordenadas Geográficas: 25°24'51.0"S 53°10'47.0"W/ -25.414163, -53.179731

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES
RAZÃO SOCIAL: DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR
CNPJ: 53.759.357/0001-14 / I.E: 372.299.895.116

3. *Concessionária de energia local*

A concessionária de energia local é a COPEL, com sede em Curitiba PR.

4. *Metodologia*

Para assegurar uma iluminação adequada, considerando uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz, foram especificadas luminárias com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W. Estas luminárias, instaladas em postes com 9 metros de altura, proporcionam ampla cobertura luminosa e excelente visibilidade, conforme os requisitos do projeto.

Nas rotatórias, optou-se pela instalação de dois superpostes com 13,5 metros de altura, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W. Essa configuração garante uma distribuição luminosa uniforme e ótima visibilidade nos acessos.

Na Rua Sobradinho, deverá ser feita a troca das luminárias existentes por luminárias de LED de 200W.

5. *Demanda*

Para todo o trecho foram consideradas 18 luminárias de LED de 200W cada e 8 luminárias de 250W nas rotatórias, totalizando 5,6 kVA, conforme projeto.

6. *Padrão de entrada de energia e caixa de comando.*

Deverá ser instalado e solicitado a ligação de um medidor Bifásico do tipo CNPH padrão COPEL com um disjuntor de proteção e 50A. Para acionamento das luminárias deverá ser instalado uma caixa de comando de IP metálica do tipo AN com disjuntor e contatora de 32A,

7. *Características dos materiais e equipamentos utilizados.*

7.1. As luminárias deverão atender aos seguintes critérios:

- Tipo: LED (Diodo Emissor de Luz)
- Potência: 200 e 250W (conforme proejto)
- Temperatura de Cor: 4000K (luz branca neutra)
- Índice de Reprodução de Cor (IRC): ≥ 70
- Vida Útil: Mínimo de 50.000 horas
- Grau de Proteção: IP 66 ou superior
- Eficiência Energética: Mínimo de 150 lm/W
- Material da Carcaça: Alumínio injetado com pintura eletrostática
- Garantia: Mínimo de 5 anos

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES
RAZÃO SOCIAL: DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR
CNPJ: 53.759.357/0001-14 / I.E: 372.299.895.116

7.2. O relé deverá ter as seguintes características:

- Tensão: Bivolt ~ 50/60Hz.
- Funcionamento: aciona a carga durante a noite e desliga durante o dia.
- Tipo de contato quando desenergizado: normalmente fechado (NF).
- Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Tempo de retardo de 1 a 5 minutos para comutação dos contatos.
- Tensão de surto: até 4000V / 2000A.
- Rigidez dielétrica: ≥ 2500V @ 1 minuto.
- Índice de proteção: IP 66.
- Material: Polipropileno – UV-Stability
- Ligação 4 fios.
- Potência de comando: Resistiva 1000W, Indutiva 1800VA e Corrigido 500VA;

7.3. O cabo para alimentação das luminárias deverá ter as seguintes características:

- Característica: Flexível
- Condutor: Cobre
- Isolação do Condutor: HEPR
- Temperatura de Isolação: 90 Graus
- Número de vias: 2
- Veias: Preto e Vermelho
- Tensão de operação: 0,6/1kV
- Bitola: 25,0 e 2,5mm^2 (Conforme Projeto)
- Antichama: Sim

7.4. Os postes a serem instalados terão as seguintes características:

- Seção: Circular
- Tipo: Curva Simples e Superposte (Conforme Projeto)
- Altura: 9 e 13,5 metros (Conforme Projeto)
- Suporte para uma luminária: (Conforme Projeto)
- Material: Aço Galvanizado à fogo

8. Procedimentos de Instalação

8.1. Desligamento e Segurança

- ✓ Desligar a rede elétrica antes de iniciar qualquer intervenção.
- ✓ Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, como luvas isolantes, capacetes, óculos de proteção e vestimenta de alta visibilidade.
- ✓ Isolar a área de trabalho com cones e sinalização adequada para evitar acidentes.

8.2. Implantação dos Postes

- ✓ Realizar a marcação dos locais de instalação dos postes, conforme projeto elétrico.
- ✓ Executar a base de concreto para fixação dos postes conforme projeto.

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES
RAZÃO SOCIAL: DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR
CNPJ: 53.759.357/0001-14 / I.E: 372.299.895.116

- ✓ Instalar os postes e fixá-los adequadamente na base concretada.

8.3. Fundação e Eletrodutos

- ✓ Fazer a escavação para passagem dos eletrodutos com uma profundidade de 0,7m em terreno normal e 1m quando houver passagem de veículos, podendo ser reduzidas em terrenos rochosos.
- ✓ Fazer a escavação das caixas de inspeção e aterramento de cada poste.
- ✓ Instalar as caixas de inspeção e a barra de aterramento, conforme projeto.
- ✓ Passar os eletrodutos para que atenda toda a alimentação do sistema, conforme projeto.
- ✓ Realizar o reaterro e compactação do solo, e quando necessário, realizar a restauração e calçadas ou vias.

8.4. Instalação das Novas Luminárias

- ✓ Instalar os suportes para receber as luminárias.
- ✓ Fixar as novas luminárias LED nos suportes, garantindo que estejam bem firmes e niveladas.
- ✓ Conectar as luminárias à rede elétrica, verificando cada fase, conforme projeto, e a segurança das conexões.
- ✓ Testar cada ponto de iluminação para garantir o funcionamento adequado.

8.5. Cabeamento

- ✓ Realizar a passagem dos cabos de cobre de 25mm² através dos eletrodutos para alimentação das luminárias.
- ✓ Utilizar os cabos de 2,5mm² para conectar as luminárias à rede de alimentação.

8.6. Verificação e Ajustes Finais

- ✓ Verificar a uniformidade e a qualidade da iluminação em cada ponto.
- ✓ Ajustar a inclinação das luminárias para otimizar a distribuição luminosa.
- ✓ Realizar um relatório de cada ponto instalado, incluindo fotos antes e depois da instalação.
- ✓ Solicitar a vistoria da obra para a concessionária concluir o projeto e fazer a ligação.

9. *Meio Ambiente*

Todas as atividades devem seguir as normas ambientais, especialmente no que se refere ao descarte de equipamentos antigos e resíduos gerados durante a instalação.

10. *Segurança e Credenciamento.*

A equipe responsável pela instalação deve estar treinada e cumprir todas as normas de segurança do trabalho, conforme a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR-35 (Trabalho em Altura), além de estar com o credenciamento válido, na concessionária.

para execução dos serviços de iluminação pública e extensão de rede, pois iram trabalhar no ativo da concessionária.

11. Normas Utilizadas

Foram utilizadas como embasamento para elaboração deste projeto, as seguintes normas:

- NBR 5101-2024 – Iluminação Viária
- NBR 5410-2024 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- NTC 841050 – Projeto de iluminação pública.
- NTC 841200 – Projeto de distribuição secundária isolada

12. Considerações Finais

O sucesso deste projeto depende do cumprimento rigoroso das especificações técnicas e dos procedimentos de segurança descritos. A instalação das luminárias contribuirá significativamente para a melhoria da iluminação pública, proporcionando maior segurança e economia de energia para o município.

Itapeva-SP, 18 de setembro de 2024

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento
Data: 2024.09.19 12:23:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

Durval Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista
CREA: 5071352240-SP

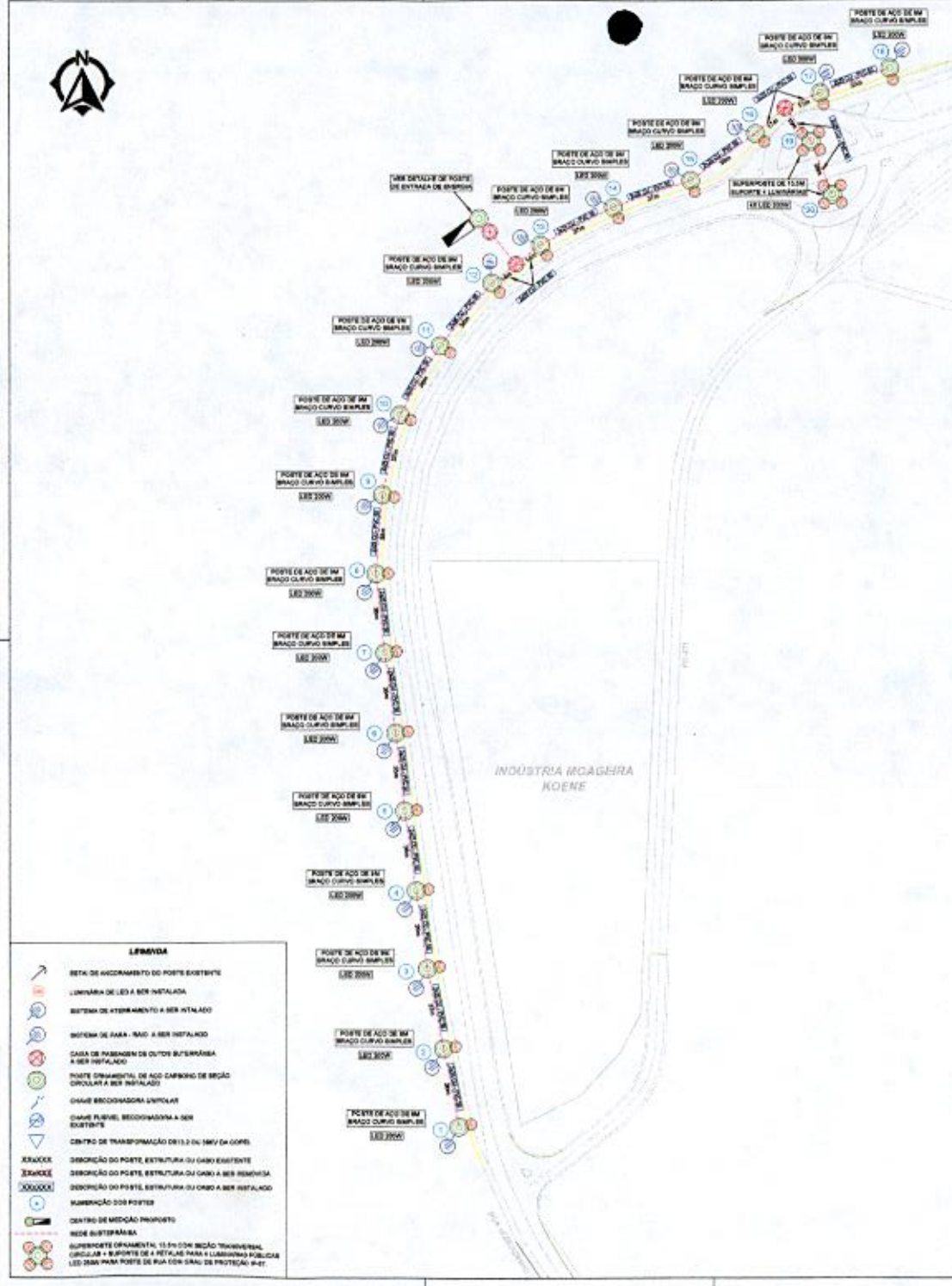


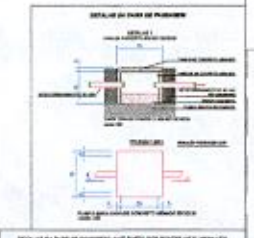
IMAGEM AÉREA DO LOCAL

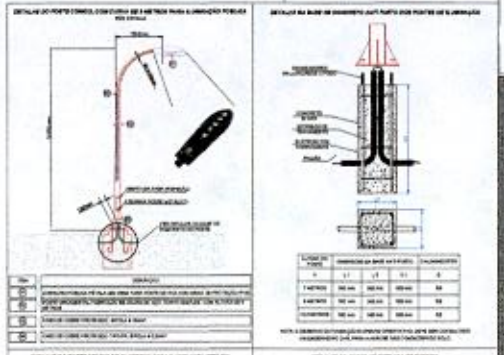


NOTAS

TODOS OS DETALHES DOS MATERIAIS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS DE INSTALAÇÃO CONSTAM NA RELAÇÃO DE MATERIAIS JUNTO AO PROJETO.

OS CÁLCULOS DE QUEDA DE TENSÃO DE TODO O PROJETO ENCONTRA-SE NOS ANEXOS DO PROJETO.





LEGENDA

- BETA DE ANCORAMENTO DO POSTE EXISTENTE
- LUMINÁRIA DE LED A SER INSTALADA
- SISTEMA DE ATERRAMENTO A SER INSTALADO
- SISTEMA DE PARA - RAIO A SER INSTALADO
- CAIXA DE PASSAGEM DE CUTOS SUTERRÂNEA A SER INSTALADO
- POSTE ORNAMENTAL DE AÇO CARBONO DE SEÇÃO CIRCULAR A SER INSTALADO
- CHAVE SECCIONADORA UNIPOLAR
- CHAVE FUSÍVEL SECCIONADORA A SER EXISTENTE
- CENTRO DE TRANSFORMAÇÃO DR13,2 OU 34KV DA COPEL
- XXxXXX DESCRIÇÃO DO POSTE, ESTRUTURA OU CABO EXISTENTE
- XXxXXX DESCRIÇÃO DO POSTE, ESTRUTURA OU CABO A SER REMOVIDA
- XXxXXX DESCRIÇÃO DO POSTE, ESTRUTURA OU CABO A SER INSTALADO
- NUMERAÇÃO DOS POSTES
- CENTRO DE MEDIÇÃO PROPOSTO
- REDE SUBTERRÂNEA
- SUPERPORTE ORNAMENTAL 15,5m COM SEÇÃO TRANSVERSAL CIRCULAR + SUPORTE DE 4 PETALAS PARA 4 LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED 250W PARA POSTE DE RUA COM GRAU DE PROTEÇÃO IP-67.

Vipro

VIPRO - Visão de Projetos e Atividades.
CNPJ: 53.759.357/0001-14
Rua Taquaritinga nº 237, Vila Bom Jesus, Itapeva SP, CEP:18.400-680
e-mail: vipro@viproengenharia.com
Cel. (15) 99788-6479

OBRA:
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

LOCAL DA OBRA:
PR 471, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

COORDENADAS
26°08'18.80" S , 51°23'19.92" W

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local: ITAPEVA - SP
Data: 2024-08-19 17:46:15 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0
Durval Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista
CREA Nº Nº: 5071352243
VIPRO

PROPRIETÁRIO:
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
CNPJ:
78.121.936/0001-66

ART:
FOLHA: A0 Nº: 01
ESCALA: 1:1000 DATA: 04/09/2024
OBSERVAÇÕES:
Normas utilizadas: NTC 841005, 841050, 841200 da concessionária de energia COPEL

PROPRIETÁRIO:
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
CNPJ Nº: 78.121.936/0001-66

REV.	PROJETISTA:	DESCRIÇÃO:	ELABORAÇÃO:	APROVAÇÃO:
00	DURVAL	PROJETO INICIAL	19/09/2024	

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720246592420
Substituição sem Custo à 1720246098507

1. Responsável Técnico

DURVAL PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: **2622216904**
Carteira: **SP-5071352240/D**
Registro/Visto: **86605**

Empresa Contratada: **DURVAL P. DOS SANTOS JUNIOR**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE TRES BARRAS DO PARANA** CNPJ: **78.121.936/0001-68**

AVENIDA BRASIL, 245
CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA/PR 85485-000

Contrato: 205/2024 Celebrado em: 13/08/2024

Valor: R$ 11.300,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RODOVIA PR-471, S/N
CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA/PR 85485-000

Data de Início: 21/10/2024 **Previsão de término:** 28/10/2024

Proprietário: MUNICÍPIO DE TRES BARRAS DO PARANA CNPJ: **78.121.936/0001-68**

RODOVIA PR-471, S/N
CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA/PR 85485-000

Data de Início: 21/10/2024 **Previsão de término:** 28/10/2024

Proprietário: MUNICÍPIO DE TRES BARRAS DO PARANA CNPJ: **78.121.936/0001-68**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Projeto] *de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais e comerciais*	2,00	UNID
[Projeto] *de sistemas de iluminação para fins de iluminação pública*	2,00	UNID
[Elaboração de orçamento] *de sistemas de iluminação*	56,00	LUMIN
[Elaboração de orçamento] *de sistemas de iluminação para fins de iluminação pública*	2,00	UNID
[Elaboração de orçamento] *de sistemas de iluminação para fins de iluminação pública*	26,00	LUMIN

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por DURVAL PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR, registro Crea-PR SP-5071352240/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 14/11/2024 e hora 09h35.

MUNICÍPIO DE TRES BARRAS DO PARANA - CNPJ: 78.121.936/0001-68

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Registrada em : 14/11/2024

ART Isenta

Vipro
VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

TP*	FONTE	CÓDIGO*	DESCRIÇÃO*	UND*	VLR UNIT	COEF / QTD	VLR TOTAL
A	**PRÓPRIA**	**CPU 001**	**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**	**MÊS**			**15.411,48**
S	SINAPI	40818	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	MES	5.794,16	1,00000	5.794,16
S	SINAPI	40812	AUXILIAR DE ESCRITORIO (MENSALISTA)	MES	3.286,62	1,00000	3.286,62
S	SINAPI	40931	AUXILIAR TECNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (MENSALISTA)	MES	6.330,70	1,00000	6.330,70
A	**PRÓPRIA**	**CPU 002**	**SUPERPOSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO H = 13,5 M, COM SUPORTE PARA 4 LUMINÁRIAS. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.**	**UNI**			**2.764,61**
S	SINAPI	14166	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, ENGASTADO, H = 7 M, DIAMETRO INFERIOR = *125* MM	UN	1.339,33	1,92857	2.582,99
S	SINAPI	5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	279,66	0,11100	31,04
S	SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,15	1,12400	30,51
S	SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,87	3,65300	120,07
A	**PRÓPRIA**	**CPU 003**	**CONCRETAGEM COM USO DE BALDES (CONCRETO 25 MPA)**	**M³**			**657,49**
S	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	0,67	400,01166	268,00
S	SINAPI	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	63,71	0,65452	41,69

0000137

Vipro
VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

TP*	FONTE	CÓDIGO*	DESCRIÇÃO*	UND*	VLR UNIT	COEF / QTD	VLR TOTAL
S	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	119,08	0,79736	94,94
S	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	25,28	5,00000	126,40
S	SINAPI	88377	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	28,91	1,61446	46,67
S	SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,45	2,45900	79,79

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Itapeva, OU=VideoConferencia, OU=17334115000115, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.26 14:26:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

000014

Vipro

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT (SEM BDI)	BDI (%)	VLR UNIT (COM BDI)	VLR TOTAL (COM BDI)	PESO	ABC
1			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**						**R$ 38.383,83**	**20,16%**	
01.01	PRÓPRIA	CPU 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	2	R$ 15.411,48	24,53%	R$ 19.191,92	R$ 38.383,83	20,16%	A
2			**PADRÃO DE ENETRADA DE ENERGIA**						**R$ 4.150,45**	**2,18%**	
02.01	SINAPI	101498	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	1	R$ 2.004,86	24,53%	R$ 2.496,65	R$ 2.496,65	1,31%	C
02.02	SINAPI	100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	1	R$ 518,03	24,53%	R$ 645,10	R$ 645,10	0,34%	C
02.03	SINAPI	5033	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO B OU D	UN	1	R$ 810,00	24,53%	R$ 1.008,69	R$ 1.008,69	0,53%	C
3			**PONTOS DE ILUMINAÇÃO RODOVIA PR-471**						**R$ 144.432,94**	**75,85%**	
03.01			FUNDAÇÃO E TUBULAÇÃO						R$ 18.284,24	9,60%	
03.01.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	46,9	R$ 103,09	24,53%	R$ 128,38	R$ 6.020,93	3,16%	B
03.01.02	SINAPI	104740	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	46,9	R$ 29,36	24,53%	R$ 36,56	R$ 1.714,76	0,90%	C
03.01.03	SINAPI	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	737	R$ 10,99	24,53%	R$ 13,69	R$ 10.086,47	5,30%	B
03.01.04	SINAPI	34641	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRE-MOLDADO, DIAMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	UN	2	R$ 113,78	24,53%	R$ 141,69	R$ 283,38	0,15%	C
03.01.05	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	2	R$ 71,75	24,53%	R$ 89,35	R$ 178,70	0,09%	C
03.02			IMPLANTAÇÃO DOS POSTES						R$ 48.179,86	25,30%	
03.02.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	1,65	R$ 103,09	24,53%	R$ 128,38	R$ 211,82	0,11%	B
03.02.02	PRÓPRIA	CPU 003	CONCRETAGEM COM USO DE BALDES (CONCRETO 25 MPA)	M²	1,65	R$ 657,49	24,53%	R$ 818,77	R$ 1.350,97	0,71%	C
03.02.03	SINAPI	14162	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, CURVO, BRACO SIMPLES, FLANGEADO, H = 9 M, DIAMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	18	R$ 1.772,51	24,53%	R$ 2.207,31	R$ 39.731,52	20,87%	A
03.02.04	PRÓPRIA	CPU 002	SUPERPOSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO H = 13,5 M, COM SUPORTE PARA 4 LUMINÁRIAS. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNI	2	R$ 2.764,61	24,53%	R$ 3.442,77	R$ 6.885,54	3,62%	B
03.03			INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS						R$ 24.141,51	12,68%	
03.03.01	SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	18	R$ 633,93	24,53%	R$ 789,43	R$ 14.209,79	7,46%	A
03.03.02	SINAPI	101660	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	8	R$ 996,92	24,53%	R$ 1.241,46	R$ 9.931,72	5,22%	B
03.04			CABOS DE ALIMENTAÇÃO						R$ 53.827,33	28,27%	

000016

03.04.01	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1.474,00	R$ 27,90	24,53%	R$ 34,74	R$ 51.212,46	26,90%	A
03.04.02	SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	415,8	R$ 5,05	24,53%	R$ 6,29	R$ 2.614,87	1,37%	C
4			**SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS NA RUA SOBRADINHO**						**R$ 3.448,31**	**1,81%**	
04.01	SINAPI	101661	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE VAPOR DE MERCÚRIO/VAPOR DE SÓDIO POR LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_08/2020	UN	3	R$ 129,72	24,53%	R$ 161,54	R$ 484,62	0,25%	C
04.02	SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	3	R$ 633,93	24,53%	R$ 789,43	R$ 2.368,30	1,24%	A
04.03	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	3	R$ 159,37	24,53%	R$ 198,46	R$ 595,39	0,31%	C
			CUSTO TOTAL DA OBRA:		SEM BDI	R$ 152.907,35		COM BDI	190.415,53	100,00%	

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

DURVAL PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR
CREA 5071352240/SP

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Vipro
VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

				1° MÊS	2° MÊS
			% SIMPLES POR MÊS	52,00%	48,00%
			% ACUMULADO POR MÊS	**52,00%**	**100,00%**
			R$ SIMPLES POR MÊS	R$ 99.007,14	R$ 91.408,38
			R$ ACUMULADO POR MÊS	**R$ 99.007,14**	**R$ 190.415,53**
ETAPA DA OBRA	**PREÇO GLOBAL**	**PESO**	**ALOCADO**	**30 dias**	**60 dias**
1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R$ 38.383,83	20,16%	100,00%	50,00%	50,00%
2 PADRÃO DE ENETRADA DE ENERGIA	R$ 4.150,45	2,18%	100,00%	100,00%	
3 PONTOS DE ILUMINAÇÃO RODOVIA PR-471	R$ 144.432,94	75,85%	100,00%	50,00%	50,00%
4 SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS NA RUA SOBRADINHO	R$ 3.448,31	1,81%	100,00%	100,00%	
TOTAL	**R$ 190.415,53**	**100,00%**			

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Itapeva, OU=VideoConferencia, OU=17334115000115, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.26 11:01:50-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Durval Pereira dos Santos Junior
CREA 5071352240/SP

Vipro

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI PRINCIPAL

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

Tipo de obra, conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

SIGLA	ITEM	MÍNIMO	% ADOTADO	MÁXIMO
AC	**Administração central**	5,29%	**5,30%**	7,93%
DF	**Despesas financeiras**	1,01%	**1,01%**	1,11%
R	**Riscos**	1,00%	**1,00%**	1,97%
S + G	**Seguro + Garantia**	0,25%	**0,26%**	0,56%
L	**Lucro**	8,00%	**8,00%**	9,51%
T	**Tributos (soma)**		**6,65%**	
	COFINS		3,00%	
	PIS		0,65%	
	CPRB (Folha desonerada)		0,00%	
	ISS		3,00%	
	BDI ADOTADO ----------		**24,53%**	

Fórmula de Cálculo do BDI com base no TCU:

$$BDI = \frac{(1+(AC+R+S+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-T)} - 1$$

Em caso de obra pública, faz-se necessário verificar os seguintes limites para o BDI:

MÍNIMO	CÁLCULO (SEM CPRB)	MÁXIMO
24,00%	24,53%	27,86%

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Itapeva, OU=VideoConferencia, OU=17334115000115, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.26 14:26:29-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Vipro

MEMÓRIA DE CÁLCULO

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
01			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**		
01.01	PRÓPRIA	CPU 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	Considerando cronograma de obras
02			**PADRÃO DE ENETRADA DE ENERGIA**		
02.01	SINAPI	101498	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	Considerando 1 padrão de entrada de energia bifásico e com disjuntor de 50A
02.02	SINAPI	100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	Assentamento do poste para instalação do padrão
02.03	SINAPI	5033	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO B OU D	UN	Poste de concreto para instalação do padrão
03			**PONTOS DE ILUMINAÇÃO RODOVIA PR-471**		
03.01			**FUNDAÇÃO E TUBULAÇÃO**		
03.01.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	Considerando uma vala de 10 centímetros de largura e 0,7 centímetros de profundidade em um trajeto aproximado de 670 metros
03.01.02	SINAPI	104740	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	Considerando uma vala de 10 centímetros de largura e 0,7 centímetros de profundidade em um trajeto aproximado de 800 metros
03.01.03	SINAPI	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	Considerando 670 metros + 10% de eletroduto para alimentação das luminárias
03.01.04	SINAPI	34641	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIAMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	UN	2 caixas de aterramento para derivação dos circuitos
03.01.05	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	2 Hastes para as caixas de derivação
03.02			**IMPLANTAÇÃO DOS POSTES**		
03.02.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	Escavação para fixação dos postes de sendo 18x0,3x0,3x0,9m e 2x0,33x0,33x0,9m
03.02.02	PRÓPRIA	CPU 003	CONCRETAGEM COM USO DE BALDES (CONCRETO 25 MPA)	M³	Base concretada para fixação dos postes de sendo 18x0,3x0,3x0,9m e 2x0,33x0,33x0,9m
03.02.03	SINAPI	14162	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, CURVO, BRACO SIMPLES, FLANGEADO, H = 9 M, DIAMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	18 postes telecônicos de 9 metros
03.02.04	PRÓPRIA	CPU 002	SUPERPOSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO H = 13,5 M, COM SUPORTE PARA 4 LUMINÁRIAS. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNI	2 superpostes telecônicos de 13,5m
03.03			**INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS**		
03.03.01	SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	18 luminárias de 200W
03.03.02	SINAPI	101660	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	8 luminárias de LED de 250W
03.04			**CABOS DE ALIMENTAÇÃO**		
03.04.01	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	Cabo para alimentação das luminárias, considerando 2x670 metros +10% de sobra para manutenção
03.04.02	SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	Cabo para ligação das luminárias, considerando 18 postes x 9 metros e 2 postes de 13,5m x 2 vias, sendo 1 metro de sobra para decapagem e folga
04			**SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS NA RUA SOBRADINHO**		

Vipro

MEMÓRIA DE CÁLCULO

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
04.01	SINAPI	101661	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE VAPOR DE MERCÚRIO/VAPOR DE SÓDIO POR LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_08/2020	UN	Remoção dos 3 braços e 3 luminárias exsites
04.02	SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	Instalação de 3 luminárias de 20W na Rua Sobradinho
04.03	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	Instalação de 3 braços na Rua Sobradinho

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Itapeva, OU=VideoConferencia, OU=17324115000115, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.26 14:25:52-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Vipro

LISTA DE ITENS - CURVA ABC

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68

Obra: Projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (12/2024 - PR - NÃO DESONERADA) | SICRO (11/2016 - PR - NÃO DESONERADA)

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	% SIMPLES	% ACUMULADO	ABC
SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	R$ 27,90	1.474,00	R$ 51.212,46	26,90%	26,90%	A
SINAPI	14162	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, CURVO, BRACO SIMPLES, FLANGEADO, H = 9 M, DIAMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	R$ 1.772,51	18,00	R$ 39.731,52	20,87%	47,76%	A
PRÓPRIA	CPU 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	R$ 15.411,48	2,00	R$ 38.383,83	20,16%	67,92%	A
SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	R$ 633,93	21,00	R$ 16.578,09	8,71%	76,63%	A
SINAPI	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	R$ 10,99	737,00	R$ 10.086,47	5,30%	81,92%	B
SINAPI	101660	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	R$ 996,92	8,00	R$ 9.931,72	5,22%	87,14%	B
PRÓPRIA	CPU 002	SUPERPOSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO H = 13,5 M, COM SUPORTE PARA 4 LUMINÁRIAS. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNI	R$ 2.764,61	2,00	R$ 6.885,54	3,62%	90,75%	B
SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	R$ 103,09	48,55	R$ 6.232,74	3,27%	94,03%	B
SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	R$ 5,05	415,80	R$ 2.614,87	1,37%	95,40%	C
SINAPI	101498	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	R$ 2.004,86	1,00	R$ 2.496,65	1,31%	96,71%	C
SINAPI	104740	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	R$ 29,36	46,90	R$ 1.714,75	0,90%	97,61%	C
PRÓPRIA	CPU 003	CONCRETAGEM COM USO DE BALDES (CONCRETO 25 MPA)	M³	R$ 657,49	1,65	R$ 1.350,96	0,71%	98,32%	C
SINAPI	5033	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO B OU D	UN	R$ 810,00	1,00	R$ 1.008,69	0,53%	98,85%	C
SINAPI	100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	R$ 518,03	1,00	R$ 645,10	0,34%	99,19%	C

SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	R$ 159,37	3,00	R$ 595,39	0,31%	99,50%	C
SINAPI	101661	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE VAPOR DE MERCÚRIO/VAPOR DE SÓDIO POR LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_08/2020	UN	R$ 129,72	3,00	R$ 484,62	0,25%	99,76%	C
SINAPI	34641	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRE-MOLDADO, DIAMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	UN	R$ 113,78	2,00	R$ 283,38	0,15%	99,91%	C
SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	R$ 71,75	2,00	R$ 178,70	0,09%	100,00%	C

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Itapeva, OU=VideoConferencia, OU=17334115000115, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.26 14:26:06-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O projeto de iluminação ornamental no trecho da PR-471, que abrange o novo acesso ao Município de Três Barras do Paraná-PR, incluindo a rotatória, tem como objetivo atender uma extensão aproximada de 670 metros. Essa iniciativa é fundamental para promover a segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres que trafegam pelo local. A implantação de uma iluminação de qualidade é indispensável para proporcionar maior conforto e reforçar a percepção de segurança dos usuários, especialmente durante o período noturno, além de causar uma boa impressão às pessoas que chegam à cidade.

1.2. Este trecho da rodovia possui grande relevância para a população tribarrense, pois configura a principal entrada do Município, sendo um ponto de fluxo de veículos e pedestres. A iluminação ornamental não apenas melhora a visibilidade e a funcionalidade do espaço, mas também valoriza a estética urbana, contribuindo para a projeção de uma imagem positiva e acolhedora do Município.

1.3. Além disso, a instalação de iluminação está alinhada às normas técnicas de iluminação pública e às políticas públicas voltadas para a promoção de infraestrutura segura e eficiente. Este projeto busca atender à necessidade de modernização urbana e ampliar a qualidade de vida dos munícipes e visitantes.

1.4. Por fim, a iluminação desempenha um papel estratégico na prevenção de crimes e acidentes, garantindo mais tranquilidade aos usuários e reduzindo os custos relacionados a possíveis ocorrências no local. Investir em iluminação pública não é apenas uma medida de infraestrutura, mas também uma ação de segurança, bem-estar e valorização do Município.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. A iniciativa está alinhada ao planejamento estratégico municipal voltado à promoção de espaços públicos mais seguros, acessíveis e bem estruturados. O

investimento em iluminação ornamental no Novo Contorno de acesso da cidade atende às diretrizes de mobilidade urbana, segurança viária e bem-estar social, proporcionando melhores condições de circulação para motoristas, ciclistas e pedestres.

2.2. Além disso, o projeto incorpora princípios de eficiência energética e sustentabilidade, por meio da utilização de luminárias LED de alto desempenho, que garantem maior economia no consumo de energia elétrica e maior durabilidade dos equipamentos. Essa abordagem está em consonância com as metas ambientais e de modernização da infraestrutura urbana estabelecidas pela Administração Municipal.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A empresa contratada deverá possuir experiência comprovada em projetos de iluminação pública, com capacidade técnica para fornecer e instalar luminárias de LED de alta eficiência, postes de aço galvanizado com bases de concreto, além de todos os elementos necessários para a operação do sistema elétrico. Será necessário atender rigorosamente às especificações técnicas do projeto, incluindo o uso de materiais certificados e a conformidade com as normas aplicáveis, como as NBRs relacionadas a instalações elétricas e iluminação pública.

3.2. Além disso, espera-se que a empresa utilize mão de obra qualificada para garantir a execução precisa de cada etapa, desde a implantação de cabos subterrâneos e caixas de comando até a instalação e ajuste das luminárias. A adoção de boas práticas de segurança e a observância às normas ambientais e de descarte de resíduos também serão requisitos imprescindíveis. Dessa forma, o contrato deverá garantir que todos os componentes estejam integrados e funcionando adequadamente ao término da obra.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. Para assegurar uma iluminação eficiente e adequada, foi considerada uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz. Foram especificadas luminárias

com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W, a serem instaladas em postes metálicos de 9 metros de altura.

4.2. Na rotatória, optou-se pela instalação de dois superpostes com altura de 13,5 metros, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W.

No total, o projeto prevê:

- **18 postes** de 9 metros de altura, cada um equipado com uma luminária de 200W;
- **2 superpostes** de 13,5 metros de altura, cada um com quatro luminárias de 250W.

4.3. Para a entrada de energia, será necessário instalar e solicitar à COPEL a ligação de um medidor bifásico do tipo CNPH, padrão COPEL, com disjuntor de proteção de 50A. O acionamento das luminárias será realizado por meio de uma caixa de comando metálica do tipo AN, com grau de proteção IP adequado, equipada com disjuntor e contatora de 32A.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. Os preços foram obtidos à partir da Tabela SINAPI, abrangendo luminárias LED, postes galvanizados e serviços de instalação. Os valores foram analisados com base em cotações atualizadas e preços referenciais de mercado.

5.2. O levantamento considerou a relação custo-benefício, priorizando materiais com maior durabilidade e eficiência energética. Além disso, foi avaliada a experiência de empresas na execução de projetos semelhantes.

5.3. Esse procedimento assegura que a contratação será realizada com base em critérios técnicos e econômicos sólidos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. Com base na Tabela SINAPI, o custo estimado para a execução do projeto é de **é R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)**. Esse valor inclui materiais, mão de obra, transporte e demais custos operacionais.

6.2. A estimativa foi fundamentada em cotações de mercado e em composições de custo unitário, garantindo transparência e eficiência no uso dos recursos públicos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. O projeto compreende a iluminação de um trecho de 800 metros com luminárias LED de alta eficiência, instaladas em postes galvanizados com suportes adequados. O sistema será alimentado por cabos subterrâneos, protegidos em eletrodutos e conectados a uma caixa de comando automatizada.

7.2. A solução atende às normas técnicas de iluminação pública e visa proporcionar uniformidade luminosa, com economia energética e alta durabilidade, garantindo segurança e conforto aos usuários.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação, dado que o fornecimento de materiais e a execução dos serviços estão interligados. A separação poderia gerar incompatibilidades entre os componentes do sistema e aumentar os custos.

8.2. A contratação integral permite maior controle sobre a qualidade e os prazos, além de garantir a responsabilidade única da empresa contratada sobre todo o escopo.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. Com a execução do projeto, espera-se proporcionar maior segurança para todos que transitarem pelo Novo Contorno de acesso, especialmente no período noturno. A iluminação adequada do trecho eliminará pontos de escuridão que favorecem acidentes e atividades ilícitas, promovendo um ambiente mais seguro e confortável para a prática de atividades físicas e deslocamentos cotidianos.

9.2. Outro resultado importante é o incentivo à utilização do espaço público, promovendo a integração social e a convivência entre os moradores, além de atender a uma antiga reivindicação da comunidade. A instalação de um sistema

eficiente e moderno também contribuirá para a redução do consumo energético e dos custos de manutenção, gerando benefícios econômicos e ambientais.

9.3. Por fim, a melhoria da infraestrutura urbana no local reforça o compromisso da administração municipal com o bem-estar da população, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável e ao estímulo ao uso de espaços comunitários para lazer e saúde.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A administração municipal deverá iniciar o processo de licitação, garantindo que o edital seja elaborado em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e contenha todos os requisitos necessários para assegurar a execução do projeto com qualidade. Será necessário estabelecer um cronograma detalhado para alinhar a execução da instalação de iluminação com a finalização da obra de construção do Novo Contorno de Acesso, evitando atrasos ou retrabalhos.

10.2. Além disso, será fundamental realizar a articulação com a concessionária de energia elétrica, a fim de garantir a instalação e ativação do sistema no prazo previsto. Durante a execução do projeto, a administração deverá fiscalizar rigorosamente todas as etapas, assegurando que as especificações técnicas sejam cumpridas integralmente e que eventuais problemas sejam corrigidos prontamente. Após a conclusão da obra, será realizada uma vistoria final para verificar o desempenho do sistema e assegurar sua conformidade com os objetivos estabelecidos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. A instalação do sistema de iluminação depende da conclusão da obra de construção do Novo Contorno de Acesso à cidade. Essa interdependência exige coordenação entre os projetos, evitando atrasos e sobreposição de atividades.

12. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Os impactos ambientais são mínimos, restritos ao período de instalação, como movimentação de solo e resíduos. Todas as atividades seguirão normas de descarte ambiental e segurança do trabalho, minimizando danos ao meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. A contratação é essencial e urgente para atender às demandas de segurança, mobilidade e qualidade de vida da população. A execução do projeto garantirá a implantação de um sistema de iluminação eficiente e moderno, contribuindo para a segurança viária, a valorização do espaço público e o bem-estar dos usuários.

13.2. Além disso, a iniciativa está alinhada aos objetivos de desenvolvimento urbano sustentável do Município, promovendo eficiência energética por meio da utilização de luminárias LED de alto desempenho. A melhoria na iluminação também reforça a identidade visual da cidade, proporcionando uma recepção mais acolhedora aos visitantes e aprimorando a percepção de segurança para os munícipes.

13.3. Diante disso, a contratação justifica-se não apenas como um investimento em infraestrutura, mas como uma medida estratégica para o desenvolvimento urbano e social, consolidando um ambiente mais seguro, acessível e atrativo para a população.

Três Barras do Paraná, 11 de janeiro de 2025.

Camila Theisen

CAMILA CRISTINA THEISEN
Eng. Civil / Diretora do Dep. De Projetos
Fiscal do Contrato

CLEBSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Resp. pela Secretaria Mun. de Obras, Viação e Serv. Urbanos

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 11 de fevereiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do processo referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA, deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Departamento de Contabilidade para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 24 de fevereiro de 2025.

De: Dpto de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 015/2025, em especial, a página nº 028, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R$ 185.131,99 (cento e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e noventa e nove centavos), conforme dotação abaixo relacionada:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00

Salienta-se aos Gestores e/ou Responsáveis pela execução das despesas, que devem sempre ater-se aos saldos das dotações orçamentárias antes de autorizar a execução das mesmas, uma vez que, os mesmos não especificam os valores que se pretende realizar de forma individualizada para cada Secretaria e/ou Departamento, bem como, a Gestão não adota/utiliza da emissão de empenhos prévios e/ou reserva de dotações, podendo incorrer em saldos insuficientes quando da realização/empenhos das referidas despesas.

Atenciosamente,

Leomar A. Rotta
Contador
CRC Nº PR - 052743/O

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná-PR, 25 de fevereiro de 2025.

De: **Secretaria Municipal da Fazenda**
Para: **Departamento de Licitações**

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)** está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária Municipal da Fazenda

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA".

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. Para assegurar uma iluminação eficiente e adequada, foi considerada uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz. Foram especificadas luminárias com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W, a serem instaladas em postes metálicos de 9 metros de altura.

2.2. Na rotatória, optou-se pela instalação de dois superpostes com altura de 13,5 metros, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W.

No total, o projeto prevê:

- **18 postes** de 9 metros de altura, cada um equipado com uma luminária de 200W;
- **2 superpostes** de 13,5 metros de altura, cada um com quatro luminárias de 250W.

2.3. Para a entrada de energia, será necessário instalar e solicitar à COPEL a ligação de um medidor bifásico do tipo CNPH, padrão COPEL, com disjuntor de proteção de 50A. O acionamento das luminárias será realizado por meio de uma caixa de comando metálica do tipo AN, com grau de proteção IP adequado, equipada com disjuntor e contatora de 32A.

2.4. De acordo com os valores de referência da Tabela SINAPI, o valor estimado para a contratação é de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)**. Esse montante considera os insumos, serviços e encargos

necessários para a execução do projeto, garantindo que a contratação esteja alinhada com os parâmetros de mercado e com a legislação vigente.

2.5. A composição do valor inclui custos com materiais de qualidade certificada, mão de obra especializada e demais despesas inerentes à instalação do sistema de iluminação, assegurando a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

2.6. Além disso, o orçamento foi elaborado considerando a economicidade e a eficiência da aplicação dos recursos públicos, priorizando soluções de alto desempenho e durabilidade, como luminárias LED e postes galvanizados, que reduzem custos operacionais e de manutenção a longo prazo.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A necessidade da contratação fundamenta-se na ausência de iluminação no trecho em questão, que corresponde a um novo acesso viário em fase final de execução. A falta de infraestrutura luminosa compromete a segurança dos pedestres, ciclistas e motoristas, durante o período noturno. A implantação do sistema de iluminação está alinhada às diretrizes de infraestrutura urbana, promovendo melhores condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida para a população.

3.2. A iluminação pública desempenha um papel essencial na prevenção de crimes e acidentes, contribuindo para a redução de custos com segurança e atendimento a emergências. A escolha de luminárias LED reforça o compromisso com a sustentabilidade, uma vez que apresentam menor consumo energético, maior vida útil e reduzida necessidade de manutenção, assegurando um investimento eficiente e de longo prazo.

3.3. O projeto integra-se ao planejamento estratégico municipal, que visa a criação de espaços públicos mais seguros, acessíveis e bem estruturados. A implantação da iluminação ornamental no Novo Contorno de Acesso da cidade atende às diretrizes de mobilidade urbana, segurança viária e bem-estar social, proporcionando melhores condições de circulação para todos os usuários da via.

3.4. Além disso, a iniciativa adota princípios de eficiência energética e sustentabilidade ao empregar luminárias LED de alto desempenho, garantindo economia no consumo de energia elétrica e maior durabilidade dos equipamentos. Essa abordagem está em consonância com as metas ambientais e de modernização da infraestrutura urbana

estabelecidas pela Administração Municipal, promovendo uma solução inovadora e responsável para o desenvolvimento urbano.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. Os serviços serão executados no trecho da PR-471, especificamente ao longo do novo contorno de acesso ao Município de Três Barras do Paraná, incluindo a rotatória e seus acessos. A localização exata da intervenção está detalhada no memorial descritivo, com as respectivas coordenadas geográficas, assegurando precisão na execução do projeto.

Coordenadas Geográficas: 25°24'51.0"S 53°10'47.0"W/ -25.414163, -53.179731

4.2. A escolha do local para a instalação da iluminação ornamental fundamenta-se em critérios técnicos, considerando a relevância do trecho para a trafegabilidade e a segurança viária. A iniciativa visa proporcionar melhores condições de visibilidade, conforto e valorização do espaço público, beneficiando motoristas, ciclistas e pedestres que utilizam a via.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O contrato terá validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

5.2. O prazo para a execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, devendo ser rigorosamente cumprido para garantir a entrega dentro do cronograma estabelecido.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange a instalação de um sistema de iluminação pública ao longo de um trecho de 860 metros, utilizando luminárias LED de alta eficiência, montadas em postes galvanizados de altura adequada para garantir ampla distribuição luminosa.

6.2. O sistema será alimentado por uma rede elétrica subterrânea, com cabos devidamente protegidos por eletrodutos, assegurando maior segurança e durabilidade da infraestrutura. A operação da iluminação será controlada por uma caixa de comando automatizada, otimizando o funcionamento e facilitando a manutenção.

6.3. A proposta atende rigorosamente às normas técnicas vigentes para iluminação pública, garantindo uniformidade na distribuição da luz, eficiência energética e longa vida útil dos equipamentos. Além de proporcionar maior segurança para pedestres e motoristas, a instalação contribuirá para a valorização do espaço urbano, alinhando-se às diretrizes de mobilidade e bem-estar da população.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá fornecer materiais certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo a qualidade e a durabilidade dos equipamentos utilizados no projeto de iluminação pública.

7.2. A instalação dos sistemas de iluminação deverá ser realizada exclusivamente por mão de obra qualificada, com profissionais devidamente treinados e habilitados, assegurando a correta execução dos serviços.

7.3. A empresa deverá observar rigorosamente todas as normas de segurança do trabalho e meio ambiente, adotando medidas preventivas para evitar acidentes e garantindo o descarte adequado de resíduos gerados durante a execução do projeto.

7.4. Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da empresa na execução de serviços similares, assegurando a expertise necessária para o cumprimento do contrato.

7.5. O fornecimento e a instalação dos equipamentos deverão seguir os critérios de eficiência energética e sustentabilidade, priorizando tecnologias de baixo consumo e alta durabilidade.

7.6. Será obrigatória a realização de testes operacionais e de desempenho antes da entrega final do sistema, atestando o correto funcionamento das luminárias, cabos e demais componentes.

7.7. A contratada deverá fornecer assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos instalados, incluindo eventuais manutenções corretivas sem custos adicionais à Administração.

7.8. A empresa deverá disponibilizar um técnico para acompanhamento e fiscalização conjunta com os fiscais designados pela Administração Municipal, assegurando que todas

as etapas do projeto sejam executadas conforme o escopo contratado e os padrões técnicos exigidos.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A qualificação técnica da empresa deve ser comprovada por meio de atestados técnicos emitidos por clientes anteriores, registro ativo no CREA ou CAU, e demonstração de que possui equipe capacitada para instalação e manutenção de sistemas elétricos. Essa exigência garante a segurança e qualidade da execução, minimizando riscos e assegurando o cumprimento das normas regulamentares.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto será dividido em etapas, abrangendo a implantação de bases de concreto, instalação de postes e luminárias, passagem de cabos subterrâneos e respectivas conexões, além da realização de testes de funcionamento e ajustes finais. Esse planejamento permite o controle rigoroso de todas as etapas, garantindo a entrega do projeto com qualidade e dentro do prazo estabelecido.

9.2. Antes do início da execução, será realizada uma vistoria técnica no local para avaliação das condições do terreno, identificação de possíveis interferências e ajustes necessários ao planejamento inicial.

9.3. A instalação das bases de concreto será realizada conforme as especificações técnicas, garantindo estabilidade estrutural aos postes e prevenindo deslocamentos ou danos ao longo do tempo.

9.4. Os postes galvanizados serão posicionados estrategicamente, conforme o projeto, ao longo do trecho definido, assegurando a uniformidade da iluminação e a segurança da rede elétrica instalada.

9.5. O sistema de iluminação será integrado a uma caixa de comando automatizada, permitindo o controle eficiente da operação, incluindo acionamento programado e monitoramento de desempenho.

9.6. Após a instalação dos equipamentos, serão realizados testes elétricos para verificar o correto funcionamento do sistema, abrangendo medições de tensão, em conformidade com os padrões normativos.

9.7. Caso sejam identificadas inconsistências durante os testes, a contratada deverá realizar os ajustes e correções necessárias antes da entrega definitiva da obra, garantindo a plena funcionalidade do sistema.

9.8. A conclusão dos serviços será acompanhada pela equipe de fiscalização da Administração Municipal, que verificará a conformidade da execução com o projeto e emitirá o termo de recebimento provisório.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado conforme prazo previsto em Edital, após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

14. PRAZO DE EXECUÇÃO

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados à partir do recebimento da Ordem de Serviço.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas,

fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: XXX.348.229-XX, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção,

verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

Três Barras do Paraná, 25 de fevereiro de 2025.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ESTADO DO PARANÁ
Municipio de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 25 de fevereiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA**", aprovo o **TERMO DE REFERÊNCIA** nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MINUTA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: XX/2025

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 190.415,53 (CENTO E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2025 – XXhXX

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XXhXX DO DIA XX DE XXXXX DE 2025.**

1.3. A abertura e análise das propostas será dás **XXhXX ÀS XXhXX DO DIA XX DE XXXXX DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XXhXX DO DIA XX DE XXXXX DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de Concorrência Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A execução da obra deverá atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes na Pasta Técnica.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:

5.6.12.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.6.12.2. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados

5.7. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.8. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, no horário de expediente, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná-PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme

o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao Concorrência Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer Concorrência Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônica.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° da LC n° 123/2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Para aquisição/contratação de obras ou serviços de engenharia, a Proposta de Preços anexada com os demais documentos exigidos no edital deverá conter:

9.2.1. Proposta endereçada ao Município de Três Barras do Paraná em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo do Anexo II, relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preços Globais em valor numérico e por extenso;

b) Prazo de validade da Proposta (mínimo de 60 dias);

c) Planilha Orçamentária (com BDI) e Cronograma físico financeiro

d) Planilha de Composição Unitária

9.2.1.1. TODAS AS PLANILHAS QUE COMPÕEM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO ESTAR ASSINADAS PELO ENGENHEIRO DA EMPRESA CONTENDO: NOME COMPLETO DO ENGENHEIRO; QUALIFICAÇÃO.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.14. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 02 (dois) minutos.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor

preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.22. Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.

10.23. NA OCORRÊNCIA DE EMPATE, PROCEDER-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

10.23.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

10.23.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **"10.22."** , na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

10.23.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **"10.22."**, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

10.23.4. Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

10.23.5. Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de

julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.23.6. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.23.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

11.3. Contenha vícios insanáveis;

11.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

11.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

11.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

11.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

11.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

11.9. No caso de obras e serviços de engenharia, **SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS AS PROPOSTAS CUJOS VALORES FOREM INFERIORES A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**, conforme disposto no Artigo 59, parágrafo 4° da Lei 14.133/2021.

11.10. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

11.11. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

11.12. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições dos valores unitários.

11.13. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11.14. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.16. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.17. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.20. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei Nº 14.133/2021:

12.9.1. Certificado de Registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional da respectiva Entidade de Classe, válido e compatível com a jurisdição de sua sede. Caso a empresa esteja sediada em outra unidade federativa e registrada no Conselho de sua origem, será obrigatória a apresentação do visto junto ao Conselho do Estado do Paraná, conforme estipulado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em conformidade com a Resolução nº 413, de 27 de junho de 1997, do CONFEA.

12.9.2. Comprovação, em nome da proponente, por meio de **Atestado de Capacidade Técnica** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a execução de, no mínimo, uma obra de similar complexidade tecnológica e operacional, especificamente relacionada à iluminação pública. O Atestado somente será válido se acompanhado da Certidão de Acervo no Conselho da Entidade de Classe a que a empresa pertence.

12.9.3. Indicação do responsável técnico pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante, conforme modelo no Anexo IV.

12.9.4. Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

12.9.5. Certificado de Registro de Pessoa Física do responsável técnico indicado pela

licitante, emitido pelo Conselho Regional da Classe a que pertence, dentro do prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

12.9.6. Certificado de Acervo Técnico Profissional (CAT) do responsável técnico indicado, emitido pelo Conselho da Entidade de Classe a que pertence, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de complexidade tecnológica e operacional semelhante ao objeto desta licitação.

12.10. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

12.10.1. ANEXO II - Carta Proposta, juntamente com a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI".

12.10.2. ANEXO III - Declaração Conjunta

12.10.3. ANEXO IV - Declaração de Indicação do Responsável Técnico.

12.10.4. ANEXO V - Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006.

12.10.5. ANEXO VI - Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica.

12.11. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

12.11.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

12.11.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

12.11.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

12.11.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

12.11.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

12.11.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

12.11.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

12.11.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

12.11.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.11.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Após declarar o vencedor, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, sito à Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná.

13.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

13.5. Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o Artigo 165, inciso I da Lei

Nº 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema da BLL sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

13.6. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

13.8. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAR AS RAZÕES, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, **apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (TRÊS) DIAS**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Caso o Agente de Contratação ou a Comissão de Licitação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Artigo 165, parágrafo 2° da Lei Nº 14.133/2021.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.13. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

13.14. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Três Barras do Paraná.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor global em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item ***"17.4."*** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá executar a obra, objeto desta licitação nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade da obra com as exigências contratuais;

18.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias,** após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

19.2. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

19.3. O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

c) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

19.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

19.4.1. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

20. DA CAUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A licitante vencedora prestará **garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global**, nas modalidades definidas no Artigo 96, parágrafo 1°, da Lei N° 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

20.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural**, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) **Seguro-Garantia** – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

20.3. Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea **"b"** do item **"20.2."**, deverá fazê-lo no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

20.4. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme Artigo 100 da Lei N° 14.133/2021, mediante requerimento.

20.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

20.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

20.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

21.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

21.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

21.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência Eletrônica;

21.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

21.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

21.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

21.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

21.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

21.2. São obrigações do Fornecedor.

21.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

21.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

21.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

21.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

21.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

21.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

21.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

21.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Concorrência Eletrônica e em seus Anexos;

21.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

21.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

21.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

21.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

21.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

21.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

21.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

21.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

21.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Concorrência Eletrônica.

21.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia

expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

21.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

21.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

21.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

21.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

22. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

22.1.1. O prazo de vigência da contratação é destinado ao período necessário para cumprimento das formalidades legais decorrentes.

22.2. A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

22.3. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

22.4. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

22.5. A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o Artigo 125 da Lei Federal N° 14.133/21.

22.6. O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **60 (sessenta) dias,** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

23. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

23.1. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

23.2. Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - A da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.3. Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, atualização da Tabela de referência SINAPI ou outro índice previsto em contrato.

23.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.5. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

23.6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

23.7. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

24. PREÇO MÁXIMO

24.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados na Planilha Orçamentária, sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).**

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.3. Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, atualização da Tabela de referência SINAPI ou outro índice previsto em contrato.

23.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.5. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

23.6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

23.7. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

24. PREÇO MÁXIMO

24.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados na Planilha Orçamentária, sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 185.131,99 (cento e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e noventa e nove centavos)**.

24.2. O preço global deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

25.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

25.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

25.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

25.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

25.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

25.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

25.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

25.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

25.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

25.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o

contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

26.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

26.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

26.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

26.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

26.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

27.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

28. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

28.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

28.1.1. Fica designada como gestora deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx.

28.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) **JEAN CARLOS DE LIMA**, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF nº: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) **CAMILA CRISTINA THEISEN**, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF nº: XXX.348.229-XX, fiscal suplente.

28.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

28.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

28.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

28.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

28.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

28.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da

licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

29.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.6. As normas que disciplinam este Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

29.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

29.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná-PR, para maiores esclarecimentos.

29.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

29.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, nos termos da legislação pertinente em vigência.

30. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência;
b) **ANEXO II** - Carta Proposta;
c) **ANEXO III** – Declaração Conjunta;
d) **ANEXO IV** – Indicação do Responsável Técnico;
e) **ANEXO V** - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006;
f) **ANEXO VI** - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica;
g) **ANEXO VII** - Minuta do Contrato.

Três Barras do Paraná, XX de XXXXX de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA".

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. Para assegurar uma iluminação eficiente e adequada, foi considerada uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz. Foram especificadas luminárias com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W, a serem instaladas em postes metálicos de 9 metros de altura.

2.2. Na rotatória, optou-se pela instalação de dois superpostes com altura de 13,5 metros, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W.

No total, o projeto prevê:

- **18 postes** de 9 metros de altura, cada um equipado com uma luminária de 200W;
- **2 superpostes** de 13,5 metros de altura, cada um com quatro luminárias de 250W.

2.3. Para a entrada de energia, será necessário instalar e solicitar à COPEL a ligação de um medidor bifásico do tipo CNPH, padrão COPEL, com disjuntor de proteção de 50A. O acionamento das luminárias será realizado por meio de uma caixa de comando metálica do tipo AN, com grau de proteção IP adequado, equipada com disjuntor e contatora de 32A.

2.4. De acordo com os valores de referência da Tabela SINAPI, o valor estimado para a contratação é de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)**. Esse montante considera os insumos, serviços e encargos necessários para a execução do projeto, garantindo que a contratação esteja alinhada com os parâmetros de mercado e com a legislação vigente.

2.5. A composição do valor inclui custos com materiais de qualidade certificada, mão de obra especializada e demais despesas inerentes à instalação do sistema de iluminação, assegurando a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

2.6. Além disso, o orçamento foi elaborado considerando a economicidade e a eficiência da aplicação dos recursos públicos, priorizando soluções de alto desempenho e durabilidade, como luminárias LED e postes galvanizados, que reduzem custos operacionais e de manutenção a longo prazo.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A necessidade da contratação fundamenta-se na ausência de iluminação no trecho em questão, que corresponde a um novo acesso viário em fase final de execução. A falta de infraestrutura luminosa compromete a segurança dos pedestres, ciclistas e motoristas, durante o período noturno. A implantação do sistema de iluminação está alinhada às diretrizes de infraestrutura urbana, promovendo melhores condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida para a população.

3.2. A iluminação pública desempenha um papel essencial na prevenção de crimes e acidentes, contribuindo para a redução de custos com segurança e atendimento a emergências. A escolha de luminárias LED reforça o compromisso com a sustentabilidade, uma vez que apresentam menor consumo energético, maior vida útil e reduzida necessidade de manutenção, assegurando um investimento eficiente e de longo prazo.

3.3. O projeto integra-se ao planejamento estratégico municipal, que visa a criação de espaços públicos mais seguros, acessíveis e bem estruturados. A implantação da iluminação ornamental no Novo Contorno de Acesso da cidade atende às diretrizes de mobilidade urbana, segurança viária e bem-estar social, proporcionando melhores condições de circulação para todos os usuários da via.

3.4. Além disso, a iniciativa adota princípios de eficiência energética e sustentabilidade ao empregar luminárias LED de alto desempenho, garantindo economia no consumo de energia elétrica e maior durabilidade dos equipamentos. Essa abordagem está em consonância com as metas ambientais e de modernização da infraestrutura urbana estabelecidas pela Administração Municipal, promovendo uma solução inovadora e responsável para o desenvolvimento urbano.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. Os serviços serão executados no trecho da PR-471, especificamente ao longo do novo contorno de acesso ao Município de Três Barras do Paraná, incluindo a rotatória e seus acessos. A localização exata da intervenção está detalhada no memorial descritivo, com as respectivas coordenadas geográficas, assegurando precisão na execução do projeto.

Coordenadas Geográficas: 25°24'51.0"S 53°10'47.0"W/ -25.414163, -53.179731

4.2. A escolha do local para a instalação da iluminação ornamental fundamenta-se em critérios técnicos, considerando a relevância do trecho para a trafegabilidade e a segurança viária. A iniciativa visa proporcionar melhores condições de visibilidade, conforto e valorização do espaço público, beneficiando motoristas, ciclistas e pedestres que utilizam a via.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O contrato terá validade de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, contados a partir da data de sua assinatura.

5.2. O prazo para a execução dos serviços será de *60 (sessenta) dias*, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, devendo ser rigorosamente cumprido para garantir a entrega dentro do cronograma estabelecido.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange a instalação de um sistema de iluminação pública ao longo de um trecho de 860 metros, utilizando luminárias LED de alta eficiência, montadas em postes galvanizados de altura adequada para garantir ampla distribuição luminosa.

6.2. O sistema será alimentado por uma rede elétrica subterrânea, com cabos devidamente protegidos por eletrodutos, assegurando maior segurança e durabilidade da infraestrutura. A operação da iluminação será controlada por uma caixa de comando automatizada, otimizando o funcionamento e facilitando a manutenção.

6.3. A proposta atende rigorosamente às normas técnicas vigentes para iluminação pública, garantindo uniformidade na distribuição da luz, eficiência energética e longa vida útil dos equipamentos. Além de proporcionar maior segurança para pedestres e motoristas, a instalação contribuirá para a valorização do espaço urbano, alinhando-se às diretrizes de mobilidade e bem-estar da população.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá fornecer materiais certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo a qualidade e a durabilidade dos equipamentos utilizados no projeto de iluminação pública.

7.2. A instalação dos sistemas de iluminação deverá ser realizada exclusivamente por mão de obra qualificada, com profissionais devidamente treinados e habilitados, assegurando a correta execução dos serviços.

7.3. A empresa deverá observar rigorosamente todas as normas de segurança do trabalho e meio ambiente, adotando medidas preventivas para evitar acidentes e garantindo o descarte adequado de resíduos gerados durante a execução do projeto.

7.4. Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da empresa na execução de serviços similares, assegurando a expertise necessária para o cumprimento do contrato.

7.5. O fornecimento e a instalação dos equipamentos deverão seguir os critérios de eficiência energética e sustentabilidade, priorizando tecnologias de baixo consumo e alta durabilidade.

7.6. Será obrigatória a realização de testes operacionais e de desempenho antes da entrega final do sistema, atestando o correto funcionamento das luminárias, cabos e demais componentes.

7.7. A contratada deverá fornecer assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos instalados, incluindo eventuais manutenções corretivas sem custos adicionais à Administração.

7.8. A empresa deverá disponibilizar um técnico para acompanhamento e fiscalização conjunta com os fiscais designados pela Administração Municipal, assegurando que todas as etapas do projeto sejam executadas conforme o escopo contratado e os padrões técnicos exigidos.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A qualificação técnica da empresa deve ser comprovada por meio de atestados técnicos emitidos por clientes anteriores, registro ativo no CREA ou CAU, e demonstração de que possui equipe capacitada para instalação e manutenção de sistemas elétricos. Essa exigência garante a segurança e qualidade da execução, minimizando riscos e assegurando o cumprimento das normas regulamentares.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto será dividido em etapas, abrangendo a implantação de bases de concreto, instalação de postes e luminárias, passagem de cabos subterrâneos e respectivas conexões, além da realização de testes de funcionamento e ajustes finais. Esse planejamento permite o controle rigoroso de todas as etapas, garantindo a entrega do projeto com qualidade e dentro do prazo estabelecido.

9.2. Antes do início da execução, será realizada uma vistoria técnica no local para avaliação das condições do terreno, identificação de possíveis interferências e ajustes necessários ao planejamento inicial.

9.3. A instalação das bases de concreto será realizada conforme as especificações técnicas, garantindo estabilidade estrutural aos postes e prevenindo deslocamentos ou danos ao longo do tempo.

9.4. Os postes galvanizados serão posicionados estrategicamente, conforme o projeto, ao longo do trecho definido, assegurando a uniformidade da iluminação e a segurança da rede elétrica instalada.

9.5. O sistema de iluminação será integrado a uma caixa de comando automatizada, permitindo o controle eficiente da operação, incluindo acionamento programado e monitoramento de desempenho.

9.6. Após a instalação dos equipamentos, serão realizados testes elétricos para verificar o correto funcionamento do sistema, abrangendo medições de tensão, em conformidade com os padrões normativos.

9.7. Caso sejam identificadas inconsistências durante os testes, a contratada deverá realizar os ajustes e correções necessárias antes da entrega definitiva da obra, garantindo a plena funcionalidade do sistema.

9.8. A conclusão dos serviços será acompanhada pela equipe de fiscalização da Administração Municipal, que verificará a conformidade da execução com o projeto e emitirá o termo de recebimento provisório.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado conforme prazo previsto em Edital, após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do

Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

14. PRAZO DE EXECUÇÃO

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados à partir do recebimento da Ordem de Serviço.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data

de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

d) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF nº: XXX.348.229-XX, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer

caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA N° XX/2025

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná-PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA),** com sede à **(endereço completo)**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da **CONCORRÊNCIA N° XX/2025,** ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$ **XX.XXX,XX (valor por extenso)**, conforme a planilha orçamentária em anexo.

2. Condições de pagamento conforme edital.

3. O prazo de execução conforme edital.

4. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

5. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o (a) Sr (a). **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL),** portador (a) da Carteira de Identidade RG nº **X.XXX.XXX-X** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

*Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa proponente** apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos.*

Deverão ser apresentados a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI" juntamente com a Carta Proposta

A Pasta Técnica poderá ser solicitada pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br ou pelo telefone (45) 3235-1212

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG n° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob n° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Local e data.

REPRESENTANTE LEGAL
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV – MODELO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À **Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.**
CONCORRÊNCIA N° XX/2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Carimbo e Assinatura

OBS.: *Se for indicado mais de um responsável técnico, todos deverão assinar esta Declaração em conjunto com o Representante Legal da empresa licitante.*

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2025

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o N° XXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) XXXX, portador(a) da Carteira de Identidade N° XXX, do CPF N° XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data.

_____

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA Nº XX/2025

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, **declaram**, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
FORMAÇÃO
CREA Nº

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **XXXX.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF n° xxx.886.600-xx e portador da Carteira de Identidade n° xxx.308.139-x SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná-PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **XXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, **XXXX,** qualificação completa, profissão, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX e RG N° X.XXX.XXX-XX SSP/PR, residente e domiciliado a endereço completo, doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL - *ARTIGO 92, INCISO I E II*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA***, de acordo com projetos de engenharia, memoriais

descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica N° XX/2025.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA N° XX/2025,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,** recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei n° 14.133/2021, e terá duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** nos termos do Artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo nº 183 da Lei n° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **60 (sessenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - *ARTIGO 92, INCISO V*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ XXXX (XXXX),**

daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ XXX.XXX,XX (XXXX)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

1 *– Relação dos funcionários da obra;*

2 *– GPS por matrícula;*

3 *– FGTS;*

4 *– GEFIP ou SEFIP.*

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO - *ARTIGO 92, INCISO VIII*

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - *ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO - *ARTIGO 92, INCISO XII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO NONO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não

caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISO XIX*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ***a)*** *Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- ***b)*** *Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - *ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV*

PARÁGRAFO ÚNICO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - *ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação disposta no Artigo 116 da Lei N° 14.133/2021.

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, Artigo 116, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei N° 14.133/2021;

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

s) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

t) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

u) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

v) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

w) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

y) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

z) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - *ARTIGO 92, INCISO XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos

autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designada como gestora deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: XXX.348.229-XX, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e

qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - *ARTIGO 92, INCISO III*

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA XXXX
NOME REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

A espécie: Concorrência Eletrônica nº 015/2025.

Objeto: Contratação de empresa para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da PR 471, compreendendo o novo acesso ao Município de Três Barras do Paraná, incluindo a rotatória.

Prazo: 12 (doze) meses podendo ser prorrogado

Atendendo ao solicitado no memorando do sr. Prefeito Municipal, datado de 11/02/2025, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para fins de ser aferida a regularidade dos atos praticados para a realização da Licitação na modalidade Concorrência Pública, que tem como objeto a contratação de empresa para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da PR 471, compreendendo o novo acesso ao Município de Três Barras do Paraná, incluindo a rotatória.

Para instruir os autos, foi acostado ao presente pedido, além de outros, os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização de Demanda;
b) Memorial Descritivo;
c) ART;
d) Projetos Técnicos e Executivos;
e) Cronograma-Físico Financeiro
f) Planilha Orçamentária
g) BDI;
h) Carta Apresentação
i) Memorial de Cálculo
j) Estudo Técnico Preliminar
k) Termo de Referência
l) Minuta do Edital de Concorrência Eletrônica.

Contém ainda, a comprovação de dotação orçamentária específica e autorização da autoridade administrativa, além das respectivas minutas a serem analisadas.

O preço estabelecido para os serviços supra identificados, indicados pela Administração Pública é na ordem de R$ 185.131,90 (cento e oitenta e cinco mil cento e trinta e um reais e noventa centavos).

Conveniente esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é pautada na documentação exibida, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que

a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos prestados pelos agentes públicos consignatários.

É o relatório, passa-se ao parecer.

Para a adoção da modalidade Concorrência, conforme o art. 6° XXXVIII da Lei n° 14.133/2021, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto.

Sendo adotado no presente processo o critério de julgamento pelo menor preço global.

Colacionada nos autos a documentação referente a pesquisa de preços realizada, confeccionado pelo Departamento de Engenharia, atendendo ao Artigo 23, parágrafo 2°, inciso I, da Lei n° 14.133/2021 - (Tabela Sinapi).

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação contém, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, atendendo aos requisitos do Artigo 18 da Lei n° 14.133/2021.

O Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, nos termos do Artigo 6°, inciso XXIII da Lei n° 14.133/2021, fornecendo subsídios claros aos possíveis interessados em participar do certame licitatório.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento – Departamento de Engenharia.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições contratuais, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência é de 12 meses e a execução do contrato é de 60 dias, conforme cronograma físico financeiro previsto no termo de referência, e está de acordo com as disposições legais. Também se previu regras específicas para o recebimento do objeto da contratação.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência, memorial descritivo, é suficiente para demonstrar a necessidade da contratação.

Considerando-se que o presente certame adotou o formato eletrônico e tendo em vista que a regra é justamente essa, não há outras considerações a serem apontadas nesta rubrica.

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 28 de fevereiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA** na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nos termos da Lei N° 14.133/2021.

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA**, resultantes do Processo Administrativo N° 007/2025.

FISCAL TITULAR JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx.

FISCAL SUPLENTE: CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: xxx.348.229-xx.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

JEAN CARLOS DE LIMA
Fiscal Titular

Camila Theisen
CAMILA CRISTINA THEISEN
Fiscal suplente

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:
12/12/2024
Jornal AMP
Página 447
Edição 3172
Karine
Ass. Responsável

DECRETO nº 6091/2024
DATA: 11/12/2024

SÚMULA: Estende a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5732/2024, de 14/03/2024, para a modalidade de Concorrência e dispensa e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estendida a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5732/2024, de 14/03/2024, para a modalidade de Concorrência e Dispensa.

Art. 2º. A Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, na modalidade de Concorrência e Dispensa será composta dos seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.960.809-81;
II- Luana Cistina Reffatti CPF 826.xxx.xxx-30
III – Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
IV – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.xxx.xxx-76 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de dezembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: 05/2025

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 190.415,53 (CENTO E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/03/2025 – 09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08h00 DO DIA 20 DE MARÇO DE 2025.**

1.3. A abertura e análise das propostas será das **08h01 ÀS 08h59 DO DIA 20 DE MARÇO DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09h00 DO DIA 20 DE MARÇO DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de Concorrência Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A execução da obra deverá atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes na Pasta Técnica.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:

5.6.12.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.6.12.2. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados

5.7. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.8. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, no horário de expediente, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná-PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme

o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao Concorrência Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer Concorrência Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônica.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° da LC n° 123/2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Para aquisição/contratação de obras ou serviços de engenharia, a Proposta de Preços anexada com os demais documentos exigidos no edital deverá conter:

9.2.1. Proposta endereçada ao Município de Três Barras do Paraná em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo do Anexo II, relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preços Globais em valor numérico e por extenso;

b) Prazo de validade da Proposta (mínimo de 60 dias);

c) Planilha Orçamentária (com BDI) e Cronograma físico financeiro

d) Planilha de Composição Unitária

9.2.1.1. TODAS AS PLANILHAS QUE COMPÕEM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO ESTAR ASSINADAS PELO ENGENHEIRO DA EMPRESA CONTENDO: NOME COMPLETO DO ENGENHEIRO; QUALIFICAÇÃO.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.14. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 02 (dois) minutos.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor

preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.22. Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.

10.23. NA OCORRÊNCIA DE EMPATE, PROCEDER-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

10.23.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

10.23.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **"10.22."** , na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

10.23.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **"10.22."**, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

10.23.4. Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

10.23.5. Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de

julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.23.6. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.23.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

11.3. Contenha vícios insanáveis;

11.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

11.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

11.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

11.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

11.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

11.9. No caso de obras e serviços de engenharia, **SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS AS PROPOSTAS CUJOS VALORES FOREM INFERIORES A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**, conforme disposto no Artigo 59, parágrafo 4° da Lei 14.133/2021.

11.10. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

11.11. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

11.12. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições dos valores unitários.

11.13. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11.14. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.16. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.17. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.20. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Certificado de Registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional da respectiva Entidade de Classe, válido e compatível com a jurisdição de sua sede. Caso a empresa esteja sediada em outra unidade federativa e registrada no Conselho de sua origem, será obrigatória a apresentação do visto junto ao Conselho do Estado do Paraná, conforme estipulado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em conformidade com a Resolução nº 413, de 27 de junho de 1997, do CONFEA.

12.9.2. Comprovação, em nome da proponente, por meio de **Atestado de Capacidade Técnica** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a execução de, no mínimo, uma obra de similar complexidade tecnológica e operacional, especificamente relacionada à iluminação pública. O Atestado somente será válido se acompanhado da Certidão de Acervo no Conselho da Entidade de Classe a que a empresa pertence.

12.9.3. Indicação do responsável técnico pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante, conforme modelo no Anexo IV.

12.9.4. Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

12.9.5. Certificado de Registro de Pessoa Física do responsável técnico indicado pela

licitante, emitido pelo Conselho Regional da Classe a que pertence, dentro do prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

12.9.6. Certificado de Acervo Técnico Profissional (CAT) do responsável técnico indicado, emitido pelo Conselho da Entidade de Classe a que pertence, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de complexidade tecnológica e operacional semelhante ao objeto desta licitação.

12.10. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

12.10.1. ANEXO II - Carta Proposta, juntamente com a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI".

12.10.2. ANEXO III - Declaração Conjunta

12.10.3. ANEXO IV - Declaração de Indicação do Responsável Técnico.

12.10.4. ANEXO V - Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006.

12.10.5. ANEXO VI - Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica.

12.11. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

12.11.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

12.11.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

12.11.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

12.11.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

12.11.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

12.11.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

12.11.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

12.11.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

12.11.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.11.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Após declarar o vencedor, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, sito à Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná.

13.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

13.5. Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o Artigo 165, inciso I da Lei

Nº 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema da BLL sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

13.6. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

13.8. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAR AS RAZÕES, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, **apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (TRÊS) DIAS**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Caso o Agente de Contratação ou a Comissão de Licitação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Artigo 165, parágrafo 2° da Lei Nº 14.133/2021.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.13. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

13.14. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Três Barras do Paraná.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor global em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item ***"17.4."*** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá executar a obra, objeto desta licitação nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade da obra com as exigências contratuais;

18.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias,** após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

19.2. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

19.3. O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

c) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

19.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

19.4.1. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

20. DA CAUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A licitante vencedora prestará **garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global**, nas modalidades definidas no Artigo 96, parágrafo 1°, da Lei N° 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

20.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural**, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) **Seguro-Garantia** – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

20.3. Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea **"b"** do item **"20.2."**, deverá fazê-lo no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

20.4. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme Artigo 100 da Lei N° 14.133/2021, mediante requerimento.

20.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

20.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

20.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

21.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

21.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

21.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência Eletrônica;

21.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

21.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

21.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

21.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

21.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

21.2. São obrigações do Fornecedor.

21.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

21.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

21.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

21.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

21.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

21.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

21.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

21.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Concorrência Eletrônica e em seus Anexos;

21.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

21.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

21.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

21.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

21.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

21.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

21.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

21.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

21.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Concorrência Eletrônica.

21.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia

expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

21.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

21.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

21.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

21.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

22. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

22.1.1. O prazo de vigência da contratação é destinado ao período necessário para cumprimento das formalidades legais decorrentes.

22.2. A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

22.3. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

22.4. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

22.5. A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o Artigo 125 da Lei Federal N° 14.133/21.

22.6. O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **60 (sessenta) dias,** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

23. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

23.1. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

23.2. Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - A da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.3. Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, atualização da Tabela de referência SINAPI ou outro índice previsto em contrato.

23.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.5. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

23.6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

23.7. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

24. PREÇO MÁXIMO

24.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados na Planilha Orçamentária, sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).**

24.2. O preço global deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

25.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

25.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

25.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

25.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

25.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

25.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

25.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

25.2.1. Às sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

25.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

25.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o

contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

26.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

26.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

26.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

26.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

26.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

27.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

28. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

28.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

28.1.1. Fica designada como gestora deste contrato:

a) **WALDIR ANTONIO TODESCATTO**, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx.

28.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) **JEAN CARLOS DE LIMA**, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) **CAMILA CRISTINA THEISEN**, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: xxx.348.229-xx, fiscal suplente.

28.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

28.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

28.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

28.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

28.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

28.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da

licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

29.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.6. As normas que disciplinam este Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

29.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

29.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná-PR, para maiores esclarecimentos.

29.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

29.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, nos termos da legislação pertinente em vigência.

30. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência;
b) **ANEXO II** - Carta Proposta;
c) **ANEXO III** – Declaração Conjunta;
d) **ANEXO IV** – Indicação do Responsável Técnico;
e) **ANEXO V** - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006;
f) **ANEXO VI** - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica;
g) **ANEXO VII** - Minuta do Contrato.

Três Barras do Paraná, 28 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA":

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. Para assegurar uma iluminação eficiente e adequada, foi considerada uma distância média de 36 metros entre os pontos de luz. Foram especificadas luminárias com potência de 200W e eficiência luminosa de 150 lm/W, a serem instaladas em postes metálicos de 9 metros de altura.

2.2. Na rotatória, optou-se pela instalação de dois superpostes com altura de 13,5 metros, equipados com suportes para quatro luminárias de 250W cada, também com eficiência luminosa de 150 lm/W.

No total, o projeto prevê:

- **18 postes** de 9 metros de altura, cada um equipado com uma luminária de 200W;
- **2 superpostes** de 13,5 metros de altura, cada um com quatro luminárias de 250W.

2.3. Para a entrada de energia, será necessário instalar e solicitar à COPEL a ligação de um medidor bifásico do tipo CNPH, padrão COPEL, com disjuntor de proteção de 50A. O acionamento das luminárias será realizado por meio de uma caixa de comando metálica do tipo AN, com grau de proteção IP adequado, equipada com disjuntor e contatora de 32A.

2.4. De acordo com os valores de referência da Tabela SINAPI, o valor estimado para a contratação é de **R$ 190.415,53 (cento e noventa mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)**. Esse montante considera os insumos, serviços e encargos necessários para a execução do projeto, garantindo que a contratação esteja alinhada com os parâmetros de mercado e com a legislação vigente.

2.5. A composição do valor inclui custos com materiais de qualidade certificada, mão de obra especializada e demais despesas inerentes à instalação do sistema de iluminação, assegurando a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

2.6. Além disso, o orçamento foi elaborado considerando a economicidade e a eficiência da aplicação dos recursos públicos, priorizando soluções de alto desempenho e durabilidade, como luminárias LED e postes galvanizados, que reduzem custos operacionais e de manutenção a longo prazo.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A necessidade da contratação fundamenta-se na ausência de iluminação no trecho em questão, que corresponde a um novo acesso viário em fase final de execução. A falta de infraestrutura luminosa compromete a segurança dos pedestres, ciclistas e motoristas, durante o período noturno. A implantação do sistema de iluminação está alinhada às diretrizes de infraestrutura urbana, promovendo melhores condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida para a população.

3.2. A iluminação pública desempenha um papel essencial na prevenção de crimes e acidentes, contribuindo para a redução de custos com segurança e atendimento a emergências. A escolha de luminárias LED reforça o compromisso com a sustentabilidade, uma vez que apresentam menor consumo energético, maior vida útil e reduzida necessidade de manutenção, assegurando um investimento eficiente e de longo prazo.

3.3. O projeto integra-se ao planejamento estratégico municipal, que visa a criação de espaços públicos mais seguros, acessíveis e bem estruturados. A implantação da iluminação ornamental no Novo Contorno de Acesso da cidade atende às diretrizes de mobilidade urbana, segurança viária e bem-estar social, proporcionando melhores condições de circulação para todos os usuários da via.

3.4. Além disso, a iniciativa adota princípios de eficiência energética e sustentabilidade ao empregar luminárias LED de alto desempenho, garantindo economia no consumo de energia elétrica e maior durabilidade dos equipamentos. Essa abordagem está em consonância com as metas ambientais e de modernização da infraestrutura urbana estabelecidas pela Administração Municipal, promovendo uma solução inovadora e responsável para o desenvolvimento urbano.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. Os serviços serão executados no trecho da PR-471, especificamente ao longo do novo contorno de acesso ao Município de Três Barras do Paraná, incluindo a rotatória e seus acessos. A localização exata da intervenção está detalhada no memorial descritivo, com as respectivas coordenadas geográficas, assegurando precisão na execução do projeto.

Coordenadas Geográficas: 25°24'51.0"S 53°10'47.0"W/ -25.414163, -53.179731

4.2. A escolha do local para a instalação da iluminação ornamental fundamenta-se em critérios técnicos, considerando a relevância do trecho para a trafegabilidade e a segurança viária. A iniciativa visa proporcionar melhores condições de visibilidade, conforto e valorização do espaço público, beneficiando motoristas, ciclistas e pedestres que utilizam a via.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O contrato terá validade de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, contados a partir da data de sua assinatura.

5.2. O prazo para a execução dos serviços será de *60 (sessenta) dias*, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, devendo ser rigorosamente cumprido para garantir a entrega dentro do cronograma estabelecido.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange a instalação de um sistema de iluminação pública ao longo de um trecho de 860 metros, utilizando luminárias LED de alta eficiência, montadas em postes galvanizados de altura adequada para garantir ampla distribuição luminosa.

6.2. O sistema será alimentado por uma rede elétrica subterrânea, com cabos devidamente protegidos por eletrodutos, assegurando maior segurança e durabilidade da infraestrutura. A operação da iluminação será controlada por uma caixa de comando automatizada, otimizando o funcionamento e facilitando a manutenção.

6.3. A proposta atende rigorosamente às normas técnicas vigentes para iluminação pública, garantindo uniformidade na distribuição da luz, eficiência energética e longa vida útil dos equipamentos. Além de proporcionar maior segurança para pedestres e motoristas, a instalação contribuirá para a valorização do espaço urbano, alinhando-se às diretrizes de mobilidade e bem-estar da população.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá fornecer materiais certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo a qualidade e a durabilidade dos equipamentos utilizados no projeto de iluminação pública.

7.2. A instalação dos sistemas de iluminação deverá ser realizada exclusivamente por mão de obra qualificada, com profissionais devidamente treinados e habilitados, assegurando a correta execução dos serviços.

7.3. A empresa deverá observar rigorosamente todas as normas de segurança do trabalho e meio ambiente, adotando medidas preventivas para evitar acidentes e garantindo o descarte adequado de resíduos gerados durante a execução do projeto.

7.4. Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da empresa na execução de serviços similares, assegurando a expertise necessária para o cumprimento do contrato.

7.5. O fornecimento e a instalação dos equipamentos deverão seguir os critérios de eficiência energética e sustentabilidade, priorizando tecnologias de baixo consumo e alta durabilidade.

7.6. Será obrigatória a realização de testes operacionais e de desempenho antes da entrega final do sistema, atestando o correto funcionamento das luminárias, cabos e demais componentes.

7.7. A contratada deverá fornecer assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos instalados, incluindo eventuais manutenções corretivas sem custos adicionais à Administração.

7.8. A empresa deverá disponibilizar um técnico para acompanhamento e fiscalização conjunta com os fiscais designados pela Administração Municipal, assegurando que todas as etapas do projeto sejam executadas conforme o escopo contratado e os padrões técnicos exigidos.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A qualificação técnica da empresa deve ser comprovada por meio de atestados técnicos emitidos por clientes anteriores, registro ativo no CREA ou CAU, e demonstração de que possui equipe capacitada para instalação e manutenção de sistemas elétricos. Essa exigência garante a segurança e qualidade da execução, minimizando riscos e assegurando o cumprimento das normas regulamentares.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto será dividido em etapas, abrangendo a implantação de bases de concreto, instalação de postes e luminárias, passagem de cabos subterrâneos e respectivas conexões, além da realização de testes de funcionamento e ajustes finais. Esse planejamento permite o controle rigoroso de todas as etapas, garantindo a entrega do projeto com qualidade e dentro do prazo estabelecido.

9.2. Antes do início da execução, será realizada uma vistoria técnica no local para avaliação das condições do terreno, identificação de possíveis interferências e ajustes necessários ao planejamento inicial.

9.3. A instalação das bases de concreto será realizada conforme as especificações técnicas, garantindo estabilidade estrutural aos postes e prevenindo deslocamentos ou danos ao longo do tempo.

9.4. Os postes galvanizados serão posicionados estrategicamente, conforme o projeto, ao longo do trecho definido, assegurando a uniformidade da iluminação e a segurança da rede elétrica instalada.

9.5. O sistema de iluminação será integrado a uma caixa de comando automatizada, permitindo o controle eficiente da operação, incluindo acionamento programado e monitoramento de desempenho.

9.6. Após a instalação dos equipamentos, serão realizados testes elétricos para verificar o correto funcionamento do sistema, abrangendo medições de tensão, em conformidade com os padrões normativos.

9.7. Caso sejam identificadas inconsistências durante os testes, a contratada deverá realizar os ajustes e correções necessárias antes da entrega definitiva da obra, garantindo a plena funcionalidade do sistema.

9.8. A conclusão dos serviços será acompanhada pela equipe de fiscalização da Administração Municipal, que verificará a conformidade da execução com o projeto e emitirá o termo de recebimento provisório.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado conforme prazo previsto em Edital, após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do

Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

14. PRAZO DE EXECUÇÃO

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados à partir do recebimento da Ordem de Serviço.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data

de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

d) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: xxx.348.229-xx, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer

caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA N° 05/2025

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná-PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA),** com sede à **(endereço completo)**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da **CONCORRÊNCIA N° 05/2025,** ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$ **XX.XXX,XX (valor por extenso)**, conforme a planilha orçamentária em anexo.

2. Condições de pagamento conforme edital.

3. O prazo de execução conforme edital.

4. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

5. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o (a) Sr (a). **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL),** portador (a) da Carteira de Identidade RG nº **X.XXX.XXX-X** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

*Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa proponente** apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos.*

Deverão ser apresentados a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI" juntamente com a Carta Proposta

A Pasta Técnica poderá ser solicitada pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br ou pelo telefone (45) 3235-1212

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG n° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob n° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Local e data.

REPRESENTANTE LEGAL
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV – MODELO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À **Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.**
CONCORRÊNCIA N° 05/2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Carimbo e Assinatura

OBS.: *Se for indicado mais de um responsável técnico, todos deverão assinar esta Declaração em conjunto com o Representante Legal da empresa licitante.*

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o N° XXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) XXXX, portador(a) da Carteira de Identidade N° XXX, do CPF N° XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data.

_____

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2025

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, **declaram**, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
FORMAÇÃO
CREA Nº

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° xx/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **XXXX.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF n° xxx.886.600-xx e portador da Carteira de Identidade n° xxx.308.139-x SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná-PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **XXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, **XXXX,** qualificação completa, profissão, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX e RG N° X.XXX.XXX-XX SSP/PR, residente e domiciliado a endereço completo, doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL - *ARTIGO 92, INCISO I E II*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA***, de acordo com projetos de engenharia, memoriais

descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica N° 05/2025.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA N° 05/2025,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei n° 14.133/2021, e terá duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** nos termos do Artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo nº 183 da Lei n° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **60 (sessenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - *ARTIGO 92, INCISO V*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ XXXX (XXXX),**

daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ XXX.XXX,XX (XXXX)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

1 – Relação dos funcionários da obra;

2 – GPS por matrícula;

3 – FGTS;

4 – GEFIP ou SEFIP.

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO - *ARTIGO 92, INCISO VIII*

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - *ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO - *ARTIGO 92, INCISO XII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO NONO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não

caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISO XIX*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) *Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*

b) *Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - *ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV*

PARÁGRAFO ÚNICO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - *ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação disposta no Artigo 116 da Lei N° 14.133/2021.

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, Artigo 116, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei N° 14.133/2021;

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

s) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

t) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

u) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

v) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

w) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

y) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

z) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - *ARTIGO 92, INCISO XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos

autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designada como gestora deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia CPF n°: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF n°: xxx.348.229-xx, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e

qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - *ARTIGO 92, INCISO III*

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA XXXX
NOME REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF

_____
Nome:
CPF

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **20 DE MARÇO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Toda a **documentação referente ao processo licitatório estará disponível para acesso na Plataforma da BLL a partir do dia 06 de março de 2025.**

Três Barras do Paraná-PR, 28 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Súmula. Concede adicional noturno a servidor efetivo municipal, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1°. Fica concedido adicional noturno ao servidor em efetivo municipal, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento base, conforme abaixo relacionado.

Motorista

Mat.	Nome
563-0/1	Rafael Fachini de Azevedo

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 19 de fevereiro de 2025.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 28 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:76DE1B30

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **20 DE MARÇO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Toda a **documentação referente ao processo licitatório estará disponível para acesso na Plataforma da BLL a partir do dia 06 de março de 2025.**
Três Barras do Paraná-PR, 28 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:73889B23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 182 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Temporário(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1°. Fica exonerada do cargo temporário de ***Professor(a) Temporário(a)***, ***ELAINE CRISTINA DE PONTES SOUZA***, Mat. 1112, portadora do RG n° 9.xxx.xxx-6, por encerramento de contrato na data de 20 de fevereiro de 2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 25 de fevereiro de 2025

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:EF56AD42

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 185 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato Temporário e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1°. Fica prorrogada, nos moldes do Edital, a nomeação, da senhora **ORIANE ZELENSKI PINHEIRO** no cargo temporário de ***Monitora de Transporte Escolar Temporário*** o(a), matrícula 1198, até 28 de fevereiro de 2026.

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 28 de fevereiro de 2025

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:705F2226

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL COMPLEMENTAR 011/2025 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal Marco Antônio Baldão, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, e demais legislações aplicáveis **TORNA PÚBLICO**, a **HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS** do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2025** nos seguintes termos:

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 190.415,53

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 266	Obra	190.000,00
PARTICIPANTE 032	Obra	190.415,53
PARTICIPANTE 260	Obra	190.400,00
PARTICIPANTE 440	Obra	190.415,53
PARTICIPANTE 483	Obra	190.415,53
PARTICIPANTE 379	Obra	190.415,53
PARTICIPANTE 648	Obra	190.415,53

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 190.415,53

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	Obra	190.000,00
AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Obra	190.415,53
VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	Obra	190.400,00
CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS	Obra	190.415,53
JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA	Obra	190.415,53
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	Obra	190.415,53
SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	Obra	190.415,53

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

MOVIMENTOS DO PROCESSO

11/03/2025 10:56:12	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
11/03/2025 11:40:30	**CADASTRO DE PROPOSTA**	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
14/03/2025 15:27:46	**CADASTRO DE PROPOSTA**	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE
14/03/2025 17:23:48	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS
17/03/2025 14:36:35	**CADASTRO DE PROPOSTA**	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
18/03/2025 09:32:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
18/03/2025 13:39:42	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
20/03/2025 09:09:13	**MENSAGEM**	AGENTE DE CONTRATAÇÃO

bom dia, pedimos desculpe pelo atraso

20/03/2025 09:10:36	**MENSAGEM**	AGENTE DE CONTRATAÇÃO

o sistema está apresentando instabilidade, caso alguém tenha dificuldade em dar lances por gentileza nos informem pelo whats (45)98824-6760

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 94.900,00 **Valor Total:** 94.900,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
2	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,11	Sim
3	VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00	23,57	Sim
4	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
5	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
6	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
7	CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 10:46:39	**PUBLICADO**
05/03/2025 15:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
20/03/2025 09:10:57	DISPUTA		
20/03/2025 09:10:57	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	190.415,53
20/03/2025 09:10:57	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	190.400,00
20/03/2025 09:10:57	LANCE	CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS (PARTICIPANTE 440)	190.415,53
20/03/2025 09:10:57	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	190.415,53
20/03/2025 09:10:57	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	190.415,53
20/03/2025 09:10:57	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	190.000,00
20/03/2025 09:10:57	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	190.415,53
20/03/2025 09:11:23	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	189.000,00
20/03/2025 09:11:33	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	189.999,99
20/03/2025 09:11:45	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	188.999,99
20/03/2025 09:12:05	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	188.000,00
20/03/2025 09:12:56	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	187.900,00
20/03/2025 09:13:07	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	187.000,00
20/03/2025 09:14:02	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	186.900,00
20/03/2025 09:14:13	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	186.000,00
20/03/2025 09:14:19	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	186.800,00
20/03/2025 09:14:37	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	185.500,00
20/03/2025 09:14:46	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	184.000,00
20/03/2025 09:15:06	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	183.900,00
20/03/2025 09:15:09	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	183.900,00
20/03/2025 09:15:16	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	183.000,00
20/03/2025 09:15:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	182.900,00
20/03/2025 09:16:06	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	182.000,00
20/03/2025 09:16:24	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	181.000,00
20/03/2025 09:16:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	180.000,00
20/03/2025 09:16:59	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	179.000,00
20/03/2025 09:17:08	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	178.000,00
20/03/2025 09:17:12	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	185.000,00
20/03/2025 09:17:32	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	170.000,00
20/03/2025 09:17:40	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	169.000,00
20/03/2025 09:17:52	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	165.000,00
20/03/2025 09:18:09	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	164.000,00
20/03/2025 09:18:11	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	164.990,00
20/03/2025 09:18:56	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	160.000,00
20/03/2025 09:19:08	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	159.000,00
20/03/2025 09:19:08	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
20/03/2025 09:19:31	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	158.900,00
20/03/2025 09:19:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	158.000,00
20/03/2025 09:19:55	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	152.332,42
20/03/2025 09:20:02	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	157.500,00
20/03/2025 09:20:05	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	151.000,00
20/03/2025 09:20:25	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.500,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:20:26	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	150.000,00
20/03/2025 09:20:36	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	149.000,00
20/03/2025 09:20:50	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	148.000,00
20/03/2025 09:20:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	147.000,00
20/03/2025 09:21:07	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	146.500,00
20/03/2025 09:21:17	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	145.000,00
20/03/2025 09:21:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	144.500,00
20/03/2025 09:21:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	144.000,00
20/03/2025 09:21:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	143.800,00
20/03/2025 09:22:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	143.000,00
20/03/2025 09:22:19	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	142.900,00
20/03/2025 09:22:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	142.000,00
20/03/2025 09:22:36	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	141.900,00
20/03/2025 09:22:47	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	141.000,00
20/03/2025 09:22:59	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	140.900,00
20/03/2025 09:23:11	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	140.000,00
20/03/2025 09:23:20	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	139.000,00
20/03/2025 09:23:30	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	138.900,00
20/03/2025 09:23:44	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	138.000,00
20/03/2025 09:23:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	137.900,00
20/03/2025 09:24:04	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	137.000,00
20/03/2025 09:24:16	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	136.000,00
20/03/2025 09:24:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	135.000,00
20/03/2025 09:24:38	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	134.000,00
20/03/2025 09:24:42	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.499,00
20/03/2025 09:24:50	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	133.000,00
20/03/2025 09:24:59	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	132.900,00
20/03/2025 09:25:09	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	132.000,00
20/03/2025 09:25:18	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	131.900,00
20/03/2025 09:25:24	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	131.000,00
20/03/2025 09:25:34	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	130.000,00
20/03/2025 09:25:42	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	129.000,00
20/03/2025 09:26:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	128.900,00
20/03/2025 09:26:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	128.000,00
20/03/2025 09:26:22	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	127.900,00
20/03/2025 09:26:34	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	126.000,00
20/03/2025 09:26:44	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	125.900,00
20/03/2025 09:26:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	125.000,00
20/03/2025 09:27:06	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	124.900,00
20/03/2025 09:27:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	124.000,00
20/03/2025 09:27:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.950,00
20/03/2025 09:28:01	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	123.500,00
20/03/2025 09:28:08	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.400,00
20/03/2025 09:28:17	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	123.200,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:28:29	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.000,00
20/03/2025 09:28:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	122.500,00
20/03/2025 09:28:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	122.400,00
20/03/2025 09:28:52	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	122.000,00
20/03/2025 09:29:06	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	121.900,00
20/03/2025 09:29:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	12.000,00
20/03/2025 09:29:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 379 no valor de 12.000,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.			
20/03/2025 09:29:46	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	121.000,00
20/03/2025 09:29:57	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	120.900,00
20/03/2025 09:30:04	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	120.800,00
20/03/2025 09:30:11	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	120.000,00
20/03/2025 09:30:14	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	120.700,00
20/03/2025 09:30:34	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	15.400,00
20/03/2025 09:30:50	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	119.000,00
20/03/2025 09:30:58	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 648 no valor de 15.400,00 foi cancelado.			
20/03/2025 09:31:08	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	118.900,00
20/03/2025 09:31:15	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	118.500,00
20/03/2025 09:31:25	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	118.400,00
20/03/2025 09:31:32	MENSAGEM	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	
Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 150.500,00.			
20/03/2025 09:31:43	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	118.000,00
20/03/2025 09:31:54	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 648 no valor de 150.500,00 foi cancelado.			
20/03/2025 09:31:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	117.900,00
20/03/2025 09:32:03	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.400,00
20/03/2025 09:32:06	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.399,00
20/03/2025 09:32:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	117.500,00
20/03/2025 09:32:47	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	117.400,00
20/03/2025 09:32:59	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	117.390,00
20/03/2025 09:33:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	117.000,00
20/03/2025 09:33:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	116.500,00
20/03/2025 09:33:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	116.000,00
20/03/2025 09:33:54	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	115.900,00
20/03/2025 09:34:06	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	115.500,00
20/03/2025 09:34:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	115.400,00
20/03/2025 09:34:39	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	115.000,00
20/03/2025 09:34:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	114.500,00
20/03/2025 09:34:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	114.000,00
20/03/2025 09:34:59	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.300,00
20/03/2025 09:35:06	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.299,00
20/03/2025 09:35:12	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	113.900,00
20/03/2025 09:35:35	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	113.000,00
20/03/2025 09:35:43	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	112.900,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:36:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	112.000,00
20/03/2025 09:36:12	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	111.900,00
20/03/2025 09:36:19	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	111.000,00
20/03/2025 09:36:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	110.900,00
20/03/2025 09:36:50	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	110.500,00
20/03/2025 09:37:05	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	110.000,00
20/03/2025 09:37:18	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	109.000,00
20/03/2025 09:37:41	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	108.900,00
20/03/2025 09:37:43	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	108.000,00
20/03/2025 09:37:52	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	107.900,00
20/03/2025 09:37:54	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	107.000,00
20/03/2025 09:38:01	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	106.900,00
[redacted]/03/2025 09:38:02	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	106.000,00
20/03/2025 09:38:10	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	105.900,00
20/03/2025 09:38:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	105.000,00
20/03/2025 09:38:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	104.900,00
20/03/2025 09:38:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	104.000,00
20/03/2025 09:38:43	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	103.900,00
20/03/2025 09:39:21	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	103.000,00
20/03/2025 09:39:23	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	102.900,00
20/03/2025 09:40:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	102.000,00
20/03/2025 09:40:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.900,00
20/03/2025 09:40:19	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.800,00
20/03/2025 09:40:31	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.500,00
20/03/2025 09:40:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.400,00
20/03/2025 09:41:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.300,00
20/03/2025 09:41:11	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.200,00
[redacted]/03/2025 09:41:42	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.000,00
20/03/2025 09:41:48	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.900,00
20/03/2025 09:42:16	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.800,00
20/03/2025 09:42:24	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.700,00
20/03/2025 09:42:47	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.600,00
20/03/2025 09:42:55	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.450,00
20/03/2025 09:43:17	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.400,00
20/03/2025 09:43:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.200,00
20/03/2025 09:44:07	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.000,00
20/03/2025 09:44:16	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.900,00
20/03/2025 09:44:32	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.800,00
20/03/2025 09:44:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.700,00
20/03/2025 09:44:52	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.600,00
20/03/2025 09:45:07	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.550,00
20/03/2025 09:45:17	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.500,00
20/03/2025 09:45:31	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.400,00
20/03/2025 09:45:46	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.300,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:45:54	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.299,00
20/03/2025 09:46:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.280,00
20/03/2025 09:46:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.270,00
20/03/2025 09:46:37	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.260,00
20/03/2025 09:46:48	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.200,00
20/03/2025 09:47:01	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.199,00
20/03/2025 09:47:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.200,00
20/03/2025 09:48:01	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.190,00
20/03/2025 09:48:11	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.000,00
20/03/2025 09:49:00	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	98.980,00
20/03/2025 09:49:06	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	98.800,00
20/03/2025 09:49:25	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.100,00
20/03/2025 09:49:29	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	98.780,00
20/03/2025 09:49:38	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.000,00
20/03/2025 09:49:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	98.700,00
20/03/2025 09:49:59	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	98.680,00
20/03/2025 09:50:18	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	98.000,00
20/03/2025 09:50:47	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	97.900,00
20/03/2025 09:50:49	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	149.999,99
20/03/2025 09:50:54	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	97.500,00
20/03/2025 09:51:39	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	97.400,00
20/03/2025 09:51:52	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	97.000,00
20/03/2025 09:51:52	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	149.500,00
20/03/2025 09:52:06	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	149.499,99
20/03/2025 09:52:15	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	96.900,00
20/03/2025 09:52:24	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	96.500,00
20/03/2025 09:53:00	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	96.400,00
20/03/2025 09:53:10	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	96.000,00
20/03/2025 09:53:29	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	95.900,00
20/03/2025 09:53:42	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	95.500,00
20/03/2025 09:54:07	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	95.400,00
20/03/2025 09:54:27	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	95.400,00
20/03/2025 09:54:36	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	95.300,00
20/03/2025 09:55:31	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	95.200,00
20/03/2025 09:56:03	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	95.100,00
20/03/2025 09:58:01	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	95.000,00
20/03/2025 09:58:19	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	94.900,00
20/03/2025 10:00:19	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
20/03/2025 10:00:19	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA			
20/03/2025 10:00:19	HABILITAÇÃO		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

TOTAL DO PROCESSO: **94.900,00**

PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA **50.378.337/0001-05** **94.900,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 266 Lance: 94.900,00 **Total: 94.900,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 190.415,53 **Valor Unit.: 94.900,00** Total Item: 94.900,00

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

Participantes desclassificados/inabilitados

Participante	Documento	UF	Cidade	Endereço	Bairro	CEP	Telefone	Email	Representante	CPF	RG	Email
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	20233756000198	MT	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	RUA ALZIRO ZARUR, 800	JARDIM SANTA LUCIA	78304076	6599734360	eñeber_tecnicagd@hotmail.com	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	20233756000198	13.910.774-6	eñeber_tecnico
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	50378337000105	SP	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	RUA PATRICIA RODRIGUES FONTES, 605	: COMPLEXO RIOS DI ITALIA	15057562	1497527060	projetosoliveira.engenharia@hotmail.com	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	50378337000105		projetosoliveira

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PARTICIPANTES E CLASSIFICAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LICITANTES

Razão Social: SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA — **Doc:** 78.794.427/0001-04
Email: solarlicitacoes.eng@gmail.com — **Tel1:** (4) 132845312 — **Tel2:** () — **Cel:** ()
Repres. Legal: NERI GUILHERME VIEIRA — **Doc:** 218.593.029-04
Email: solarlicitacoes.eng@gmail.com — **Tel1:** (4) 133763539 — **Tel2:** () — **Cel:** ()

Razão Social: AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA — **Doc:** 20.233.756/0001-98
Email: elieber_tecnicogd@hotmail.com — **Tel1:** (6) 599734360 — **Tel2:** (6) 592888040 — **Cel:** (65) 999734360
Repres. Legal: ELIEBER GODOI PINHEIRO — **Doc:** 051.415.511-64
Email: elieber_tecnicogd@hotmail.com — **Tel1:** (6) 599734360 — **Tel2:** () — **Cel:** (65) 999734360

Razão Social: PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA — **Doc:** 50.378.337/0001-05
Email: projetosoliveira.engenharia@hotmail.com — **Tel1:** (1) 497527050 — **Tel2:** () — **Cel:** (14) 997527050
Repres. Legal: ADALBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA — **Doc:** 170.354.968-66
Email: betolins_2006@hotmail.com — **Tel1:** (1) 497527050 — **Tel2:** () — **Cel:** (14) 997527050

Razão Social: CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS — **Doc:** 13.151.289/0001-91
Email: adm@equipeluz.com.br — **Tel1:** (4) 533240731 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 999053337
Repres. Legal: CLAUDINEIA MARIA FERREIRA LONIEN — **Doc:** 042.458.109-47
Email: adm@equipeluz.com — **Tel1:** (4) 598138454 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 998138454

Razão Social: JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA — **Doc:** 20.066.677/0001-30
Email: consultorialicitatoria7@gmail.com — **Tel1:** (2) 186104870 — **Tel2:** (2) 186104870 — **Cel:** (21) 986104870
Repres. Legal: JUNIOR DUARTE DOS SANTOS — **Doc:** 013.128.290-52
Email: vga.construcoes@yahoo.com — **Tel1:** (5) 599150438 — **Tel2:** (5) 596314027 — **Cel:** (55) 999150438

Razão Social: VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA — **Doc:** 10.738.123/0001-88
Email: consultor@vougue.com.br — **Tel1:** (4) 530546808 — **Tel2:** (4) 530545453 — **Cel:** (45) 991095923
Repres. Legal: JOSE LUIZ WUADEN — **Doc:** 042.897.299-32
Email: consultor@vougue.com.br — **Tel1:** (4) 530546808 — **Tel2:** (45) 991095923 — **Cel:** ()

Razão Social: AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA — **Doc:** 21.244.866/0001-18
Email: licitacaoaudaz@gmail.com — **Tel1:** (4) 599345815 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 999582999
Repres. Legal: SIBELI ERMANTRAUT ANGELELI — **Doc:** 065.545.259-12
Email: licitacaoaudaz@gmail.com — **Tel1:** (4) 598224041 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 998224041

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

ITENS E PROPOSTAS

Item: 1 — Quant.: 1 — Unidade: UN — Val. Ref.: 190.415,53

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

Autor	Marca/Modelo	Valor
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	Obra	190.000,00
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	Obra	190.415,53
AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Obra	190.415,53
VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	Obra	190.400,00
CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS	Obra	190.415,53
JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA	Obra	190.415,53
SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	Obra	190.415,53

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00		Sim
2	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
3	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
4	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
5	CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,1054	Sim

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA

Sociedade Empresária Limitada

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 10.738.123/0001-88

NIRE: 41206440344

DIOGO RAFAEL GONÇALVES, brasileiro, natural de Toledo – Pr., solteiro, nascido em 29/11/1985, empresário, CPF n° 049.170.359-70, portador da cédula de identidade civil n° 8.604.654-7 expedida pela SESP PR, residente e domiciliado na cidade de Toledo – Pr., na Rua Ângela Zanella, n° 604, apt 02, Jardim Coopagro, CEP 85.903-748, único sócio da empresa **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA** com sede à Linha Guaçu, do Perímetro 8º, da Fazenda Britânia, 00, CEP: 85.925-000, Distrito de Novo Sobradinho, Toledo, Estado do Paraná. Registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE nº. 41206440344 em sessão de 31/03/2009, inscrita no CNPJ: sob n° 10.738.123/0001-88, resolvem por este instrumento particular de alteração contratual alterar e **CONSOLIDAR** o contrato primitivo e a última alteração, em conformidade com a lei 10.406/02 e subsídio da lei 6.404/76, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: O sócio, resolve, neste ato alterar objeto da sociedade para **Comércio de equipamentos telefônicos e de telecomunicações; Serviços de instalação e manutenção de redes telefônicas, lógica, elétrica, inclusive cercas elétricas; Comércio e manutenção de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio de materiais elétricos e de construção, inclusive câmeras de segurança; Serviços de construção civil; Comércio de artefatos de gesso e materiais de decoração; Prestação de serviços de colocação e acabamentos em gesso; limpeza predial; Comércio, manutenção e instalação de ar-condicionado; Serviços de pintura predial; Comércio de produtos hidráulicos e Serviços de manutenção e instalação hidráulica; Serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV; Medição de consumo de energia elétrica, gás e agua; Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Montagem de estruturas metálicas; Fabricação de estruturas metálicas; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.**

CLÁUSULA SEGUNDA - Em virtude das alterações efetuadas resolve consolidar o Contrato Social conforme cláusulas abaixo:

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA
CNPJ: 10.738.123/0001-88

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA

Sociedade Empresária Limitada

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 10.738.123/0001-88

NIRE: 41206440344

NIRE: 41206440344

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1º - **DIOGO RAFAEL GONÇALVES**, brasileiro, natural de Toledo – Pr., solteiro, nascido em 29/11/1985, empresário, CPF nº 049.170.359-70, portador da cédula de identidade civil nº 8.604.654-7 expedida pela SESP PR, residente e domiciliado na cidade de Toledo – Pr., na Rua Ângela Zanella, nº 604, apt 02, Jardim Coopagro, CEP 85.903-748, únicos sócios da empresa **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA** com sede à Linha Guaçu, do Perímetro 8º, da Fazenda Britânia, 00, CEP: 85.925-000, Distrito de Novo Sobradinho, Toledo, Estado do Paraná. Registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE nº. 41206440344 em sessão de 31/03/2009, inscrita no CNPJ: sob nº 10.738.123/0001-88 resolve por este instrumento particular de alteração contratual **CONSOLIDAR** o contrato primitivo e a última alteração, em conformidade com a lei 10.406/02 e subsídio da lei 6.404/76, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade gira sob o nome empresarial de **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA,** com sede na **Linha Guaçu, do Perímetro 8º, da Fazenda Britânia, 00, CEP: 85.925-000, Distrito de Novo Sobradinho, Toledo, Estado do Paraná.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O Capital Social é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) divididos em 150.000 (cento e cinquenta mil quotas), no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizados pelos sócios, ficando o capital social distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL SOCIAL	%
DIOGO RAFAEL GONÇALVES	**150.000**	**R$ 150.000,00**	**100%**
TOTAL	**150.000**	**R$ 150.000,00**	**100%**

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto da sociedade é **Comércio de equipamentos telefônicos e de telecomunicações; Serviços de instalação e manutenção de redes telefônicas, lógica, elétrica, inclusive cercas elétricas; Comércio e manutenção de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio de materiais elétricos e de**

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
Sociedade Empresária Limitada
VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA
CNPJ: 10.738.123/0001-88
NIRE: 41206440344

construção, inclusive câmeras de segurança; Serviços de construção civil; Comércio de artefatos de gesso e materiais de decoração; Prestação de serviços de colocação e acabamentos em gesso; limpeza predial; Comércio, manutenção e instalação de ar-condicionado; Serviços de pintura predial; Comércio de produtos hidráulicos e Serviços de manutenção e instalação hidráulica; Serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV; Medição de consumo de energia elétrica, gás e agua; Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Montagem de estruturas metálicas; Fabricação de estruturas metálicas; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em **25 de Março de 2009** e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade é exercida, individualmente, pelo sócio **DIOGO RAFAEL GONÇALVES** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA

Sociedade Empresária Limitada

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 10.738.123/0001-88

NIRE: 41206440344

§ 2º No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração de Inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA – A sociedade poderá levantar balanços periódicos durante o exercício, ou seja, em períodos menores que dozes meses e distribuir resultados com base nestas demonstrações

CLÁUSULA DÉCIMA – As quotas da sociedade são impenhoráveis, sendo vedados os sócios caucionar ou dar suas quotas em garantia, seja a que título for, sendo tais quotas indivisíveis, podendo ser livremente transferidas ou cedidas entre os sócios, mas não poderão ser cedidas ou transferidas à terceiros sem o expresso consentimento de todos os demais sócios, cabendo em igualdade de preço e condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as suas quotas à terceiro(s).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O sócio declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O sócio pode deliberar em reunião de sócios, excluírem da sociedade, por justa causa, os sócios que estejam colocando em risco a continuidade da empresa, devendo ser apurados os respectivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA

Sociedade Empresária Limitada

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 10.738.123/0001-88

NIRE: 41206440344

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Falecido ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os sócios herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato, ou contra a economia popular, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o foro de Toledo – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Toledo – PR, 13 de março de 2025.

DIOGO RAFAEL GONÇALVES
CPF: 049.170.359-70

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04917035970	DIOGO RAFAEL GONCALVES

JUCEPAR

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/03/2025 21:53 SOB Nº 20250922100.
PROTOCOLO: 250922100 DE 14/03/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12504477081. CNPJ DA SEDE: 10738123000188.
NIRE: 41206440344. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/03/2025.
VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do Crea-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO ELETRICISTA
DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI
Carteira Profissional:PR-101783/D
Acervo Técnico Nº.:**5086/2017**
Selos de autenticidade:**A 035577**

RNP Nº:1707138745
Protocolo Nº.:**2017/00330259**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI
Carteira Profissional:PR-101783/D
Acervo Técnico Nº.:**5086/2017**
Selos de autenticidade:**A 035577**

RNP Nº.:1707138745
Protocolo Nº.:**2017/00330259**

ART Nº.....:20173561995 0..... Registrada:17/08/2017.....
Empresa Executora...:VOUGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME.....
Contratante(s).....:PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA - CNPJ/CPF: 02.168.202/0005-04.....
Tipo de Contrato....:EMPREITADA.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ELETRICIDADE.....
Tipo de Obra/Serviço:SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
MONTAGEM.....
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....
Dimensão.....:76,00 LUMIN..... Área Existente:0,00 LUMIN .....
Área Ampliada.....:0,00 LUMIN ..... Área de Reforma:0,00 LUMIN .....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:RODOVIA BR 163, KM TRÊS BOCAS.....
Município/Estado....:XAXIM (TOLEDO)/PR.....
Data de Início.....:01/08/2017..... Data de Conclusão:18/08/2017.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO TIPO PÚBLICA, SENDO COLOCAÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) POSTES DE CONCRETO CIRCULAR 10,5 METROS, INSTALAÇÃO DE 64 (SESSENTA E QUATRO) LUMINÁRIAS TIPO PÚBLICA 400W VAPOR METÁLICO, ABERTURA DE VALETAS, PASSAGEM DE CABOS, MONTAGEM DE QUADRO DE COMANDO, INSTALAÇÃO DE 12 (DOZE) POSTES CIRCULAR DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA, 7 METROS E 12 (DOZE) LUMINÁRIAS TIPO PUBLICA LED 150W. TOTALIZANDO INSTALAÇÃO DE 28 (VINTE E OITO) POSTES E 76 (SETENTA E SEIS) LUMINÁRIAS TIPO PUBLICA.....
Observação.....:.....

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO ELETRICISTA

DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI
Carteira Profissional:PR-101783/D
Acervo Técnico Nº.:**5086/2017**
Selos de autenticidade:**A 035577**

RNP Nº.:1707138745
Protocolo Nº.:**2017/00330259**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Crea-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 2017/00330259.

Emitida via Internet em 30/11/2018 11:48:46 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comercio de Equipamentos Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 10.738..123/0001-88, com endereço em Linha Guaçu, do Perímetro 8º da Fazenda Britânia, na cidade de Toledo, telefone 45 3054 6808, e-mail vougue@vougue.com.br, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. Diogo Rafael Gonçalves, portador do RG n° 8.604.654-7, CPF sob n° 049.170.359-70, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Toledo 26 de Março de 2025

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.26 10:20:21 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
(Sócio – Administrador)
RG nº: 8.604.654-7
CPF: 049.170.359-70

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

ANEXO IV
MODELO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À **Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.**
CONCORRÊNCIA N° 05/2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Vougue Fabricação de Estruturas e Comercio de Equipamentos Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ nº **10.738.123/0001-88**, sediada Linha Guaçu, do Perímetro 8º da Fazenda Britânia, na cidade de Toledo, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO
DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI	ENGENHEIRO ELETRICISTA	PR 101.783/D	07/06/10

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Toledo 26 de Março de 2025

Dennis Augusto Cavizioli
CREA PR 101.783/D

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.26 11:27:39 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
(Sócio – Administrador)
RG nº: 8.604.654-7
CPF: 049.170.359-70

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

A empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comercio de Equipamentos Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ sob o N° 10.738.123/0001-88, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Diogo Rafael Gonçalves, portador da Carteira de Identidade N° 8.604.654-7, do CPF N° 049.170.359-70, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(X) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;
Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

Toledo 26 de Março de 2025

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.26 10:21:41 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
(Sócio – Administrador)
RG nº: 8.604.654-7
CPF: 049.170.359-70

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA Nº 05/2025

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comercio de Equipamentos Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ nº **10.738.123/0001**-88, **declaram**, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das con-dições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Toledo 26 de Março de 2025

Dennis Augusto Cavizioli
CREA PR 101.783/D

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.26 10:21:03 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
(Sócio – Administrador)
RG nº: 8.604.654-7
CPF: 049.170.359-70

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

2852/2021

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI** RNP: **1707138745**
Registro: **PR-101783/D**
Título profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Número da ART: **1720212363941** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 13/05/2021 Baixada em: 14/05/2021 Forma de registro: Substituição Participação técnica: Individual
Empresa contratada: **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO** CNPJ: **76.205.806/0001-88**
Rua: R RAIMUNDO LEONARDI Nº: 1586
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: TOLEDO UF: PR CEP: 85900-110
Contrato: 333/2020 celebrado em 17/06/2020 Vinculado a ART: 1720202531809
Valor do contrato: R$ 46.737,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: R BORGES DE MEDEIROS Nº: S/N
Bairro: VILA INDUSTRIAL
Cidade: TOLEDO UF: PR CEP: 85904-230
Coordenadas Geográficas:
Data de início: 29/06/2020 Conclusão efetiva: 15/10/2020
Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO CNPJ: 76.205.806/0001-88
Atividade Técnica: **1-** Execução de instalação de sistemas de iluminação , 92 LUMIN

Observações:
Revitalização e readequação parcial do sistema de iluminação do município de Toledo

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2852/2021

05/07/2021 13:50

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 124632/2021.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 124632/2021.

CAT nº 2852/2021 de 27/05/2021, página 1 de 3

CREA-PR

MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Raimundo Leonardi, Nº 1586 – Centro – CEP 85.900-110
Fone: (45) 3055 8870 – site: www.toledo.pr.gov.br

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 1246321/2021.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 010/2021

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **VOUGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Angela Zanella, N° 604 - Jardim Coopagro, na cidade de Toledo/PR, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 10.738.123/0001-88, executou ao **MUNICÍPIO DE TOLEDO**, inscrito no CNPJ Nº 76.205.806/0001-88, de acordo com o **Contrato Nº 333/2020**, oriunda da **Tomada de Preços Nº 018/2020**. Revitalização e readequação parcial do sistema de Iluminação Pública na Rua Borges de Medeiros do Município de Toledo/PR envolvendo a execução global (material e mão de obra).

Para os referidos serviços foi emitida a ART Nº 1720212363941 - Engenheiro Eletricista Dennis Augusto Cavizioli, CREA PR-101783/D.

Início da execução: 29/06/2020

Término da execução: 15/10/2020

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Rua Borges de Medeiros						
Item	**DISCRIMINAÇÃO**	**DESCONTO**	**UNID.**	**QUANT.**	**PU C/ BDI**	**TOTAL**
1	Luminária LED: verificar especificações técnicas no memorial descritivo	220,00	und	92,00	640,00	**58.880,00**
2	Poste Cônico Contínuo Reto com 7 metros: verificar especificações técnicas no memorial descritivo e detalhes de projeto	362,56	und	46,00	1.285,44	**59.130,24**
3	Caixa de passagem em alvenaria 30x30x40cm conforme memorial descritivo	10,48	und	46,00	37,19	**1.710,74**
4	Haste de cobre 5/8"x2,4m c/ conector	7,61	und	46,00	27,01	**1.242,46**
5	Eletroduto PVC corrugado PEAD reforçado - referência "kanaflex", 1.1/4" inclusive conexões, abertura e fechamento de valas conforme especificações técnicas no memorial descritivo e projeto.	3,47	m	867,00	12,31	**10.672,77**
6	Eletroduto de aço galvanizado 1"	7,71	m	186,00	27,36	**5.088,96**
7	Lastro de concreto 20x20cm para proteção de eletroduto enterrado em travessia de pistas	90,75	m³	7,00	321,31	**2.249,17**
8	Fita Auto Fusão	1,74	und	8,00	6,21	**49,68**
9	Fita isolante 19x20mt Preta	1,29	m	8,00	4,59	**36,72**
10	Cabo de cobre flexível c/ isolamento em PVC 750V, 2,5mm²	0,54	m	750,00	1,94	**1.455,00**
11	Cabo de cobre flexível c/ isolamento em Borracha Etileno Propileno (EPR) 1kV - 90°, 2,5mm²	0,80	m	1.472,00	2,85	**4.195,20**
12	Cabo de cobre flexível c/ isolamento em Borracha Etileno Propileno (EPR) 1kV - 90°, 6,0mm²	1,17	m	2.104,00	4,15	**8.731,60**
13	Cabo de cobre flexível c/ isolamento em Borracha Etileno Propileno (EPR) 1kV - 90°, 10mm²	1,94	m	50,00	6,92	**346,00**

CAT nº 2852/2021 de 27/05/2021, página 2 de 3

CREA-PR

MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Raimundo Leonardi, Nº 1586 – Centro – CEP 85.900-110
Fone: (45) 3055 8820 – site: www.toledo.pr.gov.br

14	Conjunto completo de medição + comando para acionamento elétrico da iluminação padrão COPEL conforme detalhes de projeto e memorial descritivo	282,23	und	2,00	1.001,57	**2.003,14**
					TOTAL COM BDI	**155.791,68**
					VALOR DO MATERIAL	**109.054,18**
					VALOR DA MÃO-DE-OBRA	**46.737,50**

Atestamos ainda que a empresa cumpriu suas obrigações contratuais, nada estando registrado que a desabone.

Toledo/PR, 13 de abril de 2021.

MÁRCIO ANDRÉ WATHIER
ENGENHEIRO ELETRICISTA – CREA-PR Nº 136874/D
FISCAL

NELVIO JOSÉ HÜBNER
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 12463212021.

CAT nº 2852/2021 de 27/05/2021, página 3 de 3

CREA-PR

Primato
cooperativa agroindustrial

A PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FILIAL 05, Rodovia TRT – trecho Toledo a Três Bocas, BR 163 – Toledo PR CEP: 85.927-600 CNPJ: 02.168.202/0005-04, Incrição Estadual 90.396.816-81. Certifica que a empresa VOUGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, localizada na Rua Angela Zanella, 604 Bairro Jardim Coopagro – Toledo PR, inscrita no CNPJ: 10.738.123/0001-88, executou serviços de instalação de Iluminação tipo pública, sendo colocação de 16 (dezesseis) postes de concreto circular 10,5 metros, instalação de 64 (sessenta e quatro) luminárias tipo pública 400w vapor metálico, abertura de valetas, passagem de cabos, montagem de quadro de comando, instalação de 12 (doze) postes circular de ferro galvanizado com pintura, 7 metros e 12 (doze) luminárias tipo publica LED 150w. Totalizando instalação de 28 (vinte e oito) postes e 76 (setenta e seis) luminárias tipo publica. ART nº. 20173561995

Periodo de execução: 01/08/2017 à 18/08/2017

Resnposável técnico: Dennis Augusto Cavizioli, Engenheiro eletricista CREA 101783/D.

Toledo, 18 de agosto de 2017.

Ilvandir Jose Tedesco
Negociador
Toledo - Paraná
Primato Cooperativa Agroindustrial

1º Tabelionato de Notas
Tabeliã : Ana Paula Viana Duarte
Rua Almirante Barroso, nº2316 - Centro - Toledo - Pr
FONE (45) 3252-1902 - CEP-85900-010
Selo Digital Nº Y4EuY.GCRxx.nKLZV-Lahmp.88K.h
Valide esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança pelo não comparecimento do
formatário a assinatura de ILVANDIR JOSE TEDESCO 88316C*
Dou fé. Emolumentos R$4,19 IVRC 21,73 Selo Funarpen R$0,80 Funarpen
R$1,88 FADEP R$0,21 ISS R$0,21
Toledo-Paraná, 11 de março de 2019
Em Test* da Verdade
Guilherme Henrique Gonçalves Ramos - escrevente

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 035.577

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

CONCORRÊNCIA N° 05/2025
A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná-PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa VOUGUE FABRIAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA , com sede à linha guaçú s/n – Fazenda Britanea, distrito de Novo Sobradinho – Toledo PR, CNPJ nº 10.738.123/0001-88, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da **CONCORRÊNCIA N° 05/2025,** ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$ 117.390,00**(cento e dezessete mil, trezentos e noventa reais)**, conforme a planilha orçamentária em anexo.
2. Condições de pagamento conforme edital.
3. O prazo de execução conforme edital.
4. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.
5. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o Sr. Diogo Rafael Gonçalves , portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 8.604.654-7 e CPF nº 049.170.359-70

Toledo, 26 de Março de 2025.

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.27 10:33:19 -03'00'

DIOGO RAFAEL GONÇALVES
CPF: 049.170.359-70

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035850585-03

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.738.123/0001-88**
Nome: **VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/01/2025 09:41:35)

CARTORIO DISTRIBUIDOR DE TOLEDO
Rua Almirante Barroso, nº 3202 - Centro
TOLEDO/PR - 85905-010

TITULAR
MARIO CESAR BUENO

Certidão Negativa

Mario Cesar Bueno, Oficial Designado do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Toledo, Estado do Paraná, na forma da lei. CERTIFICO, atendendo a pedido por escrito da parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL correspondente a Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

CNPJ 10.738.123/0001-88, no período compreendido desde 09/06/1954, data de instalação deste cartório, até a presente data.

TOLEDO/PR, 06 de Marco de 2025, 15:11:12

MARIO CESAR BUENO
MARIO CESAR BUENO:23961066949
Assinado de forma digital por MARIO CESAR BUENO:23961066949
Dados: 2025.03.07 09:16:43 -03'00'

Certificação

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R$ 67,30 + 2,43 por fls. adicional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA
CNPJ: 10.738.123/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:48:46 do dia 28/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2025.
Código de controle da certidão: **213B.8134.EECC.9D31**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.738.123/0001-88
Razão Social: VOUGUE FABR DE EST E COM DE EQUIP ELETRI
Endereço: - LINHA GUACU DO PERIMETRO 8 0 FAZENDA NRITANIA - / NOVO SOBRADINHO / TOLEDO / PR / 85925-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/03/2025 a 11/04/2025

Certificação Número: 2025031323551572103319

Informação obtida em 21/03/2025 15:50:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

NIRE : 41206440344
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Protocolo: PRC2500948382

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
41206440344	10.738.123/0001-88	31/03/2009	25/03/2009

Endereço Completo
Distrito LINHA GUACU, DO PERIMETRO 8º, DA FAZENDA BRITANIA, Nº 00, DISTRITO DE NOVO SOBRADINHO - Toledo/PR - CEP 85925-000

Objeto Social
Comércio de equipamentos telefônicos e de telecomunicações; Serviços de instalação e manutenção de redes telefônicas, lógica, elétrica, inclusive cercas elétricas; Comércio e manutenção de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio de materiais elétricos e de construção, inclusive câmaras de segurança; Serviços de construção civil; Comércio de artefatos de gesso e materiais de decoração; Prestação de serviços de colocação e acabamentos em gesso; limpeza predial; Comércio, manutenção e instalação de ar-condicionado; Serviços de pintura predial; Comércio de produtos hidráulicos e Serviços de manutenção e instalação hidráulica; Serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV; Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Montagem de estruturas metálicas; Fabricação de estruturas metálicas; Comércio atacadista de materiais de construção em geral.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DIOGO RAFAEL GONCALVES	049.170.359-70	R$ 150.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
DIOGO RAFAEL GONCALVES	049.170.359-70	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação / Status
14/08/2023	20235698644	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA / SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 10/03/2025, às 07:52:58 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **GK1KD9LJ**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS)
13304/2025

IMPORTANTE:	FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que a presente certidão está sendo expedida de forma positiva com efeito de negativa, tendo em vista a existência de débitos não vencidos.

VALIDADE: 06/05/2025	**CÓD. AUTENTICAÇÃO: 5ZTJ4J2QEMMC4XXX9RT**

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

ENDEREÇO: LINHA GUAÇU, S/N - DISTRITO DE NOVO SOBRADINHO - PERÍMETRO 8º, FAZENDA BRITÂNIA Toledo - PR CEP: 85925000

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
969774	10.738.123/0001-88	90475398-00	969774

CNAE / ATIVIDADES

4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas, 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, 4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque, 4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral, 4399-1/03 - Obras de alvenaria, 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral, 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico, 4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos, 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, 8299-7/01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água, 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, 9512-6/00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação, 2330-3/01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda, 2511-0/00 - Fabricação de estruturas metálicas

Observações:
Certidão emitida gratuitamente pela internet em 07/03/2025.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.toledo.pr.gov.br

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90475398-00	10.738.123/0001-88	04/2009

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA
Título do Estabelecimento	VOUGUE
Endereço do Estabelecimento	DIS LINHA GUACU, DO PERIMETRO 8, DA FAZENDA BRITANIA - DISTRITO DE NOVO SOBRADINHO - CEP 85925-000 FONE: (45) 3054-6808
Município de Instalação	TOLEDO - PR, DESDE 04/2009
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4752-1/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	2330-3/01 - FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA 2511-0/00 - FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS 4679-6/99 - COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL 4742-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO 4744-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS 4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL 4751-2/01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA 4753-9/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO 9511-8/00 - REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS 4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS 4321-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA 4322-3/01 - INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS 4322-3/02 - INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO 4330-4/03 - OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE 4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	049.170.359-70	DIOGO RAFAEL GONCALVES	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 11/04/2025.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90475398-00

Emitido Eletronicamente via Internet
12/03/2025 8:04:03

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.738.123/0001-88
Certidão nº: 12003450/2025
Expedição: 28/02/2025, às 16:15:38
Validade: 27/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.738.123/0001-88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.738.123/0001-88 MATRIZ		31/03/2009

NOME EMPRESARIAL
VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
73.19-0-02 - Promoção de vendas
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
DT LINHA GUACU, DO PERIMETRO 8º, DA FAZENDA BRITANIA	00	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.925-000	DISTRITO DE NOVO SOBRADINHO	TOLEDO	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SAGACONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	(45) 3055-2540

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	31/03/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/03/2025** às **16:49:19** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

CONTRATANTE: VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ 10.738.123/0001-88, localizada na Rodovia PR 585 s/n, Toledo PR, atualmente no ramos de instalações elétrica, cabeamento de rede para informática, câmeras de segurança, sistema de telefonia e sistema de ar condicionado, neste ato representado pelo Sr. Diogo Rafael Gonçalves, portador do CPF nº 049.170.359-70 cédula de identidade nº 8.604.654-7 - SSP/PR.

CONTRATADO: Dennis Augusto Cavizioli, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, CREA PR 10783/D, RG 27.196.370-0, CPF 222.307.788-97, residente na RUA D PEDRO II Nº 2665 Centro, na cidade de Toledo PR

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços e de assunção de responsabilidade técnica, as parte acima qualificadas tem entre si justo e avençado o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **CONTRATANTE**, empresa cuja atividade e instalações elétrica, cabeamento de rede para informática, câmeras de segurança, sistema de telefonia e sistema de ar condicionado, firma o presente CONTRATO, o qual se obriga a prestar à CONTRATANTE serviços profissionais atinentes a sua formação e habilitação na área da engenharia e assumir responsabilidade técnica perante o referido órgão de fiscalização profissional (CREA-PR) e outros que lhe exijam.

PARAGRAFO ÙNICO

O **CONTRATADO** prestará a **CONTRATANTE** as seguintes atividades: coordenar e supervisionar a execução de projetos na área de instalações elétrica, telecomunicações, enfim, tudo o que for pertinente a sua capacitação técnica para manter a regularidade da atividade explorada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE deverá indicar o CONTRATADO como responsável técnico, por sua atividade na área elétrica, perante o conselho regional de engenheiros e simultaneamente o CONTRATADO deverá assinar, perante aquele órgão, termo de responsabilidade técnica que fará parte integrante do presente instrumento com reconhecimento de firma. A carga horária cumprida pelo CONTRATADO deverá ser de 02:00 (duas) horas diárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** é responsável por eventuais retenções de impostos e contribuições previstos na legislação tributária e previdenciária e pagará ao CONTRATADO, todo dia 05 (cinco) do mês subsequente aquele devido efetivamente prestado, a importância de 06 (seis) salários mínimos. O pagamento será efetuado na sede da **CONTRATADA**, com emissão do respectivo recebido pelo **CONTRATADO**.

Paragrafo único- no caso de atraso nos pagamentos, a **CONTRATANTE** estará automaticamente em mora, arcando com juros de 1% (um por cento) ao mês de multa de 10% (dez por cento), facultado ao CONTRATADO a recessão do contrato nos termos do paragrafo primeiro da clausula sexta, sem prejuízo de cobrança judicial do débito pela via executiva judicial.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

O presente contrato é firmado por prazo de 04 (quatro) anos, passando a vigorar a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA RECISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ressalva a hipótese de a parte denunciante optar por indenizar a outra do valor correspondente ao da prestação dos serviços referente ao período.

Parágrafo 1º - O contrato também poderá ser rescindido em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste contrato, pela parte prejudicada, mediante denuncia imediata, sem prejuízo de eventual indenização cabível.

Parágrafo 2º - Qualquer tolerância das partes quanto ao descumprimento das cláusulas do presente contrato constituirá mera liberalidade, não configurando renúncia ou renovação do contrato ou de suas cláusulas que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME JURÍDICO

As partes declaram não haver entre si vinculo empregatício, tendo o CONTRATO plena autonomia na prestação dos serviços, desde que prestado conforme as condições ora pactuadas e demais exigências legais do Conselho Regional de Engenheiros quanto a responsabilidade técnica. O CONTRATADO responde eventualmente por eventual imprudência, negligência, imperícia ou dolo na execução dos serviços que venham a causar qualquer dano a CONTRATANTE ou a terceiros, devendo responder regressivamente caso a CONTRATANTE seja responsabilizada judicialmente por tais fatos, desde que haja a denunciação da lide, salvo no caso de conduta da própria CONTRATANTE contratada à orientação da pelo CONTRATADO.

Paragrafo único – tendo em vista a importância da responsabilidade técnica assumida, o CONTRATADO deverá fazer por escrito suas orientações a CONTRATADA e aos seus prepostos, mediante protocolo de recebimento ou ciência.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o foro da Comarca de Toledo, estado do Paraná, para qualquer demanda judicial relativa ao presente contrato, com exclusão de qualquer outro foro.

E por estar justas e contratadas, na melhor forma de direito, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias originais e de igual teor e forma, na presença de testemunhas, que também assinam, dando tudo por bom, firme e valioso.

Toledo, 25 de janeiro de 2023.

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970 Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970 Dados: 2023.01.30 08:27:59 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
CONTRATANTE

3º TABELIONATO

Dennis Augusto Cavizioli
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

JOSE LUIZ WUADEN:04289729932 Assinado de forma digital por JOSE LUIZ WUADEN:04289729932 Dados: 2023.01.30 08:28:18 -03'00'

José Luiz Wuaden

CPF: 042.897.299-32

073.126.899-73

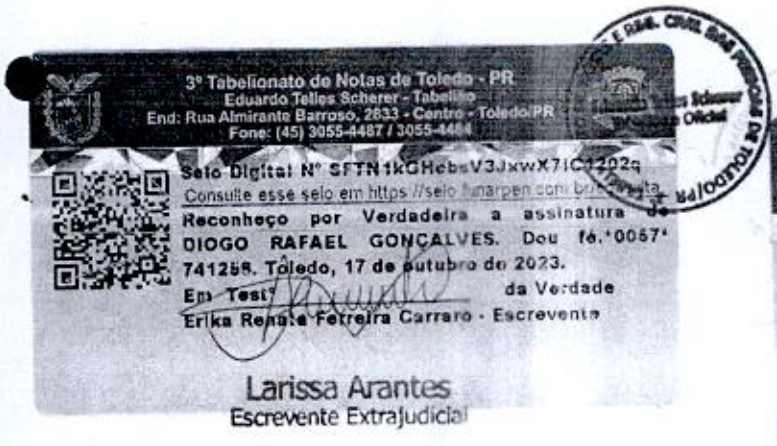
3º Tabelionato de Notas de Toledo - PR
Eduardo Telles Scherer - Tabelião
End: Rua Almirante Barroso, 2633 - Centro - Toledo PR
Fone: (45) 3055-4487 / 3055-4484

Selo Digital Nº 1202XQTqtUzXWxxapIqheiX:1
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por Semelhança a assinatura de DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI. (CN 11.8.J.4). Dou fé. 0008* 74707A.
Toledo, 01 de fevereiro de 2023.
Em Test° da Verdade
Erika Renata Ferreira Carraro - Escrevente

3º TABELIONATO DE NOTAS
Erika Renata Ferreira Carraro
Escrevente

2º SERVIÇO NOTARIAL
Tiselar Laércio Borges dos Santos - TABELIÃO - PARANÁ
Selo Digital Nº 1200XQyqtUP2oIvGe4eDMFrh
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço verdadeira a assinatura de CRISTIANE ... EDUARDO. 725762[illegible]0020 Dou fé. Toledo 01 de fevereiro de 2023 - 11:25:02h
Em Test° da verdade
Franciele Diana Prediger - escrevente

2º SERVIÇO NOTARIAL
Franciele Diana Prediger
Escrevente
Toledo - Paraná


3º Tabelionato de Notas de Toledo - PR
Eduardo Telles Scherer - Tabelião
End: Rua Almirante Barroso, 2833 - Centro - Toledo/PR
Fone: (45) 3055-4487 / 3055-4484
Selo Digital Nº SFTN1kGHebsV3JxwX7IC12Z2q
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por Verdadeira a assinatura de DIOGO RAFAEL GONÇALVES. Dou fé.*0057* 741258. Toledo, 17 de outubro de 2023.
Em Test° da Verdade
Erika Renata Ferreira Carraro - Escrevente
Larissa Arantes
Escrevente Extrajudicial


DE NOTAS E REG. CIVIL DAS PESSOAS
Eduardo Telles Scherer
3º Tabelionato de Notas de Toledo - PR
Eduardo Telles Scherer - Tabelião
Fone: (45) 3055-4487 / 3055-4484
Reconheço por Verdadeira a assinatura de JOSÉ LUIZ WIJDEN. Dou fé.*0059*68556F. Toledo, 17 de outubro de 2023.
Em Test° da Verdade
Erika Renata Ferreira Carraro - Escrevente
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
3º TABELIONATO DE NOTAS TOLEDO/PR
Erika Renata Ferreira Carraro
Escrevente

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 27199/2025 — Validade: 31/03/2025

Nome civil:
DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI

CPF:
222.307.788-97

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-101783/D

Documento de Identidade:
271963700

Registro Nacional:
1707138745

Órgão emissor:
SSP/SP

Registrado(a) desde:
13/03/2009

Filiação:
PAI: LUIZ AUGUSTO CAVIZIOLI
MÃE: WILMA APARECIDA SCHIABELLI CAVIZIOLI

Naturalidade:
SAO CARLOS/SP

Encontra-se quite com o exercício 2024.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA

Data da Colação de Grau: 16/01/2009 - Diplomação: 16/01/2009

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º de 29/06/1973

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 71290/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 10/03/2025 14:52:20

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 9257/2025 — Validade: 31/03/2025

Razão social:
VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ:
10.738.123/0001-88

Num. Registro:
50562

Data do Registro:
03/11/2010

Capital Social:
R$ 150.000,00

Endereço:
LINHA GUAÇU, S/N, PERÍMETRO 8°, FAZENDA BRITANIA

CEP:
85925-000

Cidade:
NOVO SOBRADINHO (TOLEDO)-PR

Nº da Alteração Contratual:
9

Data da última alteração:
14/08/2023

Objetivo Social:
Comércio de equipamentos telefônicos e de telecomunicações; Serviços de instalação e manutenção de redes telefônicas, lógica, elétrica, inclusive cercas elétricas; Comércio e manutenção de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio de materiais elétricos e de construção, inclusive câmeras de segurança; Serviços de construção civil; Comércio de artefatos de gesso e materiais de decoração; Prestação de serviços de colocação e acabamentos em gesso; limpeza predial; Comércio, manutenção e instalação de ar-condicionado; Serviços de pintura predial; Comércio de produtos hidráulicos e Serviços de manutenção e instalação hidráulica; Serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV; Medição de consumo de energia elétrica, gás e agua; Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Montagem de estruturas metálicas; Fabricação de estruturas metálicas; Comércio atacadista de materiais de construção em geral.

Restrição de atividade:
As atividades técnicas da empresa estão circunscritas a área de Engenharia Elétrica, conforme às atribuições de seu responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2024
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou divida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 10.738.123/0001-88

NOME CIVIL: DENNIS AUGUSTO CAVIZIOLI

Carteira: PR-101783/D - Data de expedição: 13/03/2009

Desde 03/11/2010 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.° 218/1973 - Art. 8°

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.° 218/1973 - Art. 9°

NOME CIVIL: FELIPE CASOLA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Carteira: PR-148330/D - Data de expedição: 19/08/2015

Desde 20/11/2023 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.° 23.569/1933 - Art. 28°

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.° 218/1973 - Art. 7°

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.° 5.194/1966 - Art. 7°

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 28155/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 24/01/2025 07:35:19

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	10.738.123/0001-88	DUNS®:	89*****91
Razão Social:	VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	10/07/2025
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	03/04/2025	Automática
FGTS		Validade:	11/04/2025	Automática
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	14/04/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/12/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	14/12/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

Assunto: Requerimento de Diligências

CONSIDERANDO a avaliação dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação no uso de suas atribuições, requer a apresentação de documentação complementar em sede de diligências a fim de verificar a melhor proposta ofertada, sendo:

a) Documento contendo as Características Técnicas do Equipamento (luminárias) - Ficha Técnica das Luminárias e postes e super postes - (catálogo ou similar);
b) Carta de Garantia das Luminárias Emitida pelo fabricante;
c) Estudo Luminotécnico de conformidade à NBR 5101/2018, elaborado no DIALux;
d) Certificado de Conformidade e Registro no INMETRO das luminárias de LED;
e) Comprovante ou Declaração de Exequibilidade da proposta apresentada.

Posto isto, concede-se o prazo de 24 (horas) para apresentação da documentação solicitada, encerrando o prazo em 01/04/2025 às 10h00m.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

VOUGUE ENGENHARIA
ELÉTRICA E TELECOM

VOUGUE FABRIAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA ,

com sede à linha guaçú s/n – Fazenda Britanea, distrito de Novo Sobradinho – Toledo PR,

CONCORRÊNCIA N° 05/2025

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT (SEM BDI)	BDI (%)	VLR UNIT (COM BDI)	VLR TOTAL (COM BDI)	PESO
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						R$ 956,60	0,81%
01.01	PRÓPRIA	CPU 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	2	R$ 384,09	24,53%	R$ 478,30	R$ 956,60	0,81%
2			PADRÃO DE ENETRADA DE ENERGIA						R$ 1.581,83	1,35%
02.01	SINAPI	101498	ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA, AEREA, BIFASICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE	UN	1	R$ 650,23	24,53%	R$ 809,73	R$ 809,73	0,69%
02.02	SINAPI	100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI	UN	1	R$ 120,00	24,53%	R$ 149,44	R$ 149,44	0,13%
02.03	SINAPI	5033	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN,	UN	1	R$ 500,01	24,53%	R$ 622,66	R$ 622,66	0,53%
3			PONTOS DE ILUMINAÇÃO RODOVIA PR-471						R$ 111.960,25	95,37%
03.01			FUNDAÇÃO E TUBULAÇÃO						R$ 11.545,24	9,83%
03.01.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	46,9	R$ 80,00	24,53%	R$ 99,62	R$ 4.672,37	3,98%

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.27 10:22:21 -03'00'

Engenheiro Eletricista
CREA-PR 101783/D

03.01.02	SINAPI	104740	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM COMPACTADOR DE SOLOS	M3	46,9	R$ 12,00	24,53%	R$ 14,94	R$ 700,85	0,60%
03.01.03	SINAPI	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	737	R$ 6,25	24,53%	R$ 7,78	R$ 5.736,16	4,89%
03.01.04	SINAPI	34641	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	UN	2	R$ 105,00	24,53%	R$ 130,76	R$ 261,51	0,22%
03.01.05	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	2	R$ 70,00	24,53%	R$ 87,17	R$ 174,34	0,15%
03.02			IMPLANTAÇÃO DOS POSTES							
03.02.01	SICRO	2 S 04 020 00	ESCAVAÇÃO EM VALA MATERIAL DE 3ª CATEGORIA	M3	1,65	R$ 80,00	24,53%	R$ 99,62	R$ 25.030,21	21,32%
03.02.02	PRÓPRIA	CPU 003	CONCRETAGEM COM USO DE BALDES (CONCRETO 25	M³	1,65	R$ 465,30	24,53%	R$ 579,44	R$ 164,38	0,14%
03.02.03	SINAPI	14162	POSTE CÔNICO CONTÍNUO EM AÇO GALVANIZADO, CURVO, BRAÇO SIMPLES, FLANGEADO, H = 9 M, DIÂMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	18	R$ 800,00	24,53%	R$ 996,24	R$ 956,07	0,81%
03.02.04	PRÓPRIA	CPU 002	SUPERPOSTE CÔNICO CONTÍNUO EM AÇO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO H = 13,5 M, COM SUPORTE PARA 4 LUMINÁRIAS, FORNECIMENTO E	UNI	2	R$ 2.400,00	24,53%	R$ 2.988,72	R$ 17.932,32	15,28%
03.03			INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS						R$ 5.977,44	5,09%
03.03.01	SINAPI	101659	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINAÇAO PUBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	18	R$ 633,93	24,53%	R$ 789,43	R$ 24.141,51	20,57%
03.03.02	SINAPI	101660	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINAÇAO PUBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	8	R$ 996,92	24,53%	R$ 1.241,46	R$ 14.209,79	12,10%
03.04			CABOS DE ALIMENTAÇÃO						R$ 9.931,72	8,46%
03.04.01	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1.474,00	R$ 27,00	24,53%	R$ 33,62	R$ 51.243,29	43,65%
									R$ 49.560,45	42,22%

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970 Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970 Dados: 2025.03.27 10:22:44 -03'00'

Danilo Augusto Cavichioli
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 101783/D

03.04.02	SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M	415,8	R$ 3,25	24,53%	R$ 4,05	R$ 1.682,84	1,43%
4			**SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS NA RUA**						R$ 2.891,33	2,46%
04.01	SINAPI	101661	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE VAPOR DE MERCÚRIO/VAPOR DE SÓDIO POR LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (NÃO INCLUI	UN	3	R$ 40,00	24,53%	R$ 49,81	R$ 149,44	0,13%
04.02	SINAPI	101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	3	R$ 633,93	24,53%	R$ 789,43	R$ 2.368,30	2,02%
04.03	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2020	UN	3	R$ 100,00	24,53%	R$ 124,53	R$ 373,59	0,32%
			CUSTO TOTAL DA OBRA:			**SEM BDI**	**R$ 94.266,45**	**COM BDI**	**117.390,00**	**100,00%**

DIOGO RAFAEL GONÇALVES
CPF: 049.170.359-70

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.27 10:22:59 -03'00'

Dennis Augusto Cavizioli
CREA 101783/D
Eng. Eletricista

Dennis Augusto Cavizioli
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 101783/D

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

				1° MÊS	2° MÊS
			% SIMPLES POR MÊS	51,91%	48,09%
			% ACUMULADO POR MÊS	51,91%	100,00%
			R$ SIMPLES POR MÊS	R$ 60.931,58	R$ 56.458,42
			R$ ACUMULADO POR MÊS	R$ 60.931,58	R$ 117.390,00
ETAPA DA OBRA		**PREÇO GLOBAL**	**PESO**	**ALOCADO**	**30 dias**	**60 dias**
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R$ 956,60	0,81%	100,00%	50,00%	50,00%
2	PADRÃO DE ENETRADA DE ENERGIA	R$ 1.581,83	1,35%	100,00%	100,00%	
3	PONTOS DE ILUMINAÇÃO RODOVIA PR-471	R$ 111.950,24	95,37%	100,00%	50,00%	50,00%
4	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS NA RUA SOBRADINHO	R$ 2.891,33	2,46%	100,00%	100,00%	
TOTAL		**R$ 117.390,00**	**100,00%**			

Dennis Augusto Caviezel
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 101783/D

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.03.27 10:23:14 -03'00'

Vipro

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI PRINCIPAL

VIPRO - VISÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 53.759.357/0001-14

Endereço: Rua Taquarituba nº 227, Vila Bom Jesus, Itapeva-SP - Telefone: (15) 99786-6479

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR - 78.121.936/0001-68**

Obra: Elaboração de projeto de iluminação ornamental do trecho da rodovia PR-471, no local denominado (curva). - Município de Três barras do Paraná-PR

SINAPI (08/2024 - PR - NÃO DESONERADA)

Pregão 34/2024 - Ordem de Serviço 11/2024

Tipo de obra, conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

SIGLA	ITEM	MÍNIMO	% ADOTADO	MÁXIMO
AC	**Administração central**	3,75%	**5,30%**	7,93%
DF	**Despesas financeiras**	1,01%	**1,01%**	1,11%
R	**Riscos**	1,00%	**1,00%**	1,97%
S + G	**Seguro + Garantia**	0,25%	**0,26%**	0,56%
L	**Lucro**	8,00%	**8,00%**	9,51%
T	**Tributos (soma)**		**6,65%**	
	COFINS		3,00%	
	PIS		0,65%	
	CPRB (Folha desonerada)		0,00%	
	ISS		3,00%	
	BDI ADOTADO		**24,53%**	

Fórmula de Cálculo do BDI com base no TCU:

$$BDI = \frac{(1+(AC+R+S+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-T)} - 1$$

Em caso de obra pública, faz-se necessário verificar os seguintes limites para o BDI:

MÍNIMO	CÁLCULO (SEM CPRB)	MÁXIMO
24,00%	24,53%	27,86%

DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114

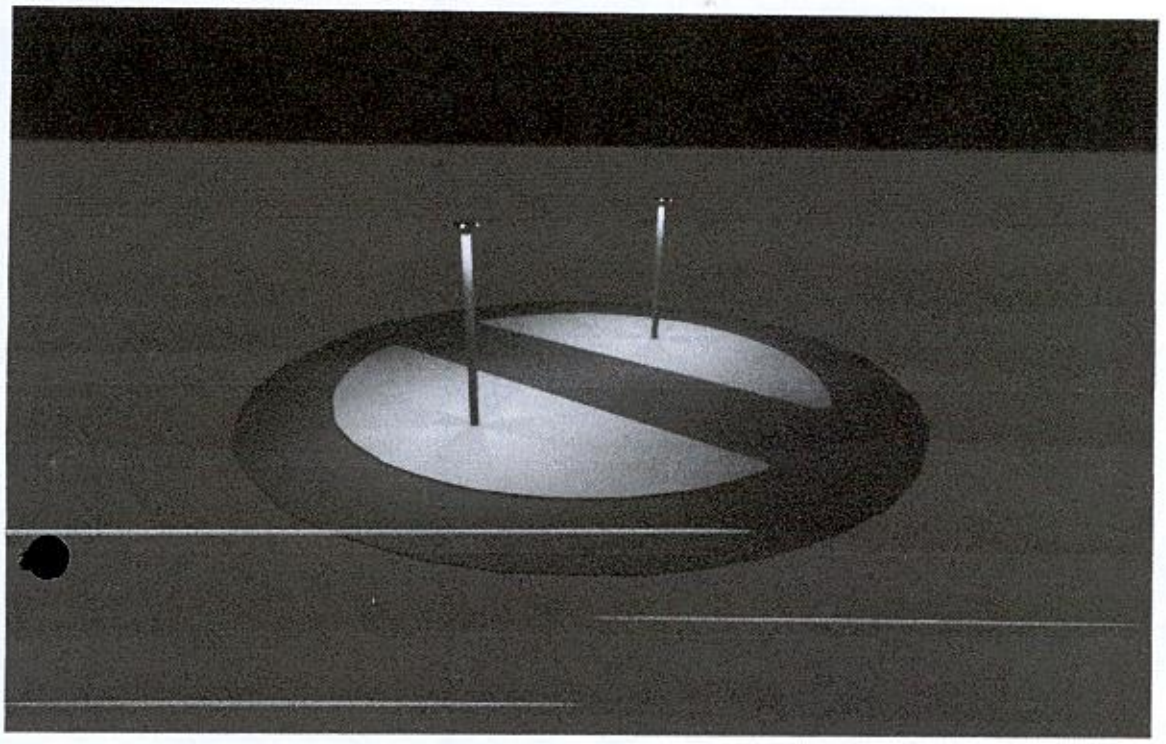
Assinado digitalmente por DURVAL P DOS SANTOS JUNIOR:53759357000114
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento
Data: 2024.09.19 14:03:20-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970 Dados: 2025.03.27 10:23:30 -03'00'
Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970

Oswaldo Augusto Caviccioli
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 101783/D

Data 31/03/2025

DIALux



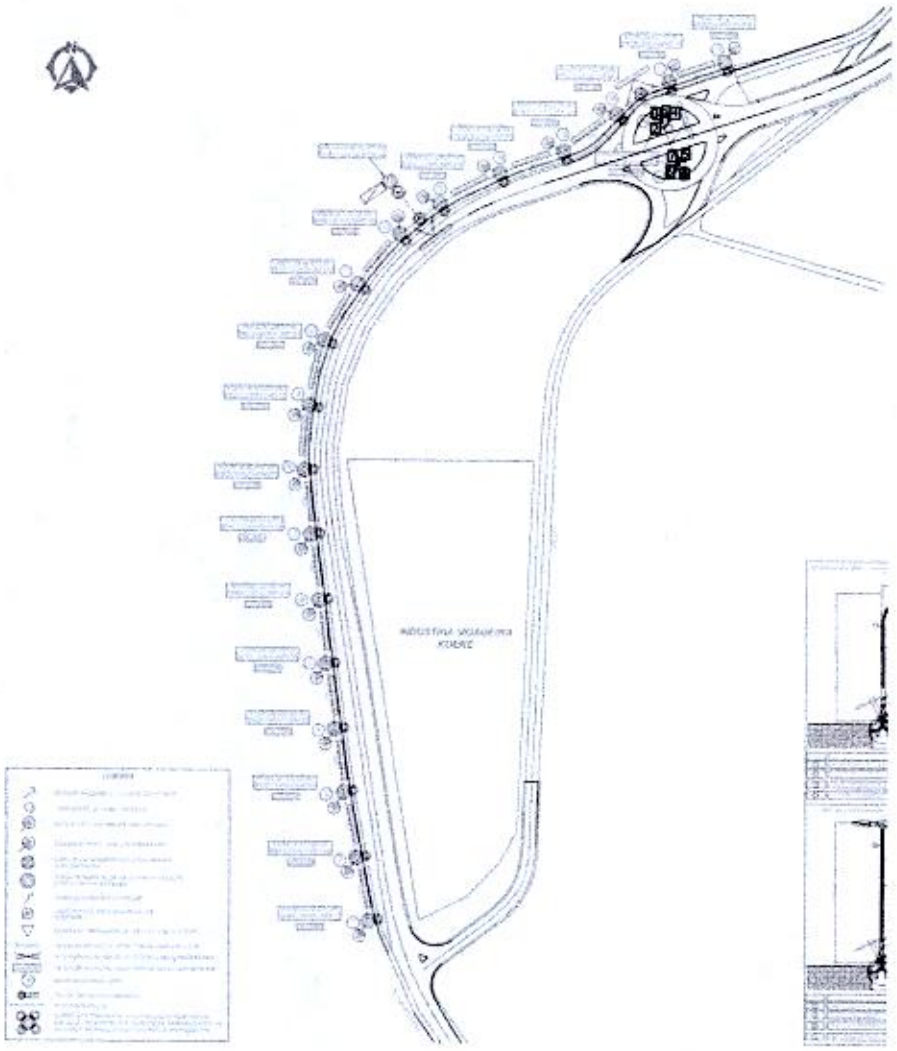
250W

Created with DIALux

DIALux

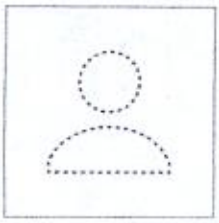
Terreno 1

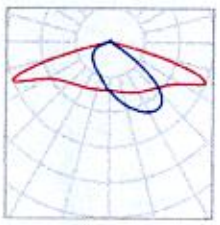
Esquema de posição de luminárias



Terreno 1

Esquema de posição de luminárias





Fabricante	ESB LIGHT	P	237.7 W
Nº do artigo	LUMINÁRIA LED	$\Phi_{Luminária}$	36494 lm
Nome do artigo	LPI240SV-4 URBAN V01		
Equipagem	1x		

Luminárias isoladas

X	Y	Altura de montagem	Luminária
498.504 m	587.356 m	13.500 m	1
499.857 m	587.334 m	13.500 m	2
499.803 m	586.224 m	13.500 m	3
498.563 m	586.199 m	13.500 m	4
509.360 m	563.638 m	13.500 m	5
508.012 m	563.518 m	13.500 m	6
509.422 m	562.529 m	13.500 m	7
508.191 m	562.375 m	13.500 m	8

Terreno 1

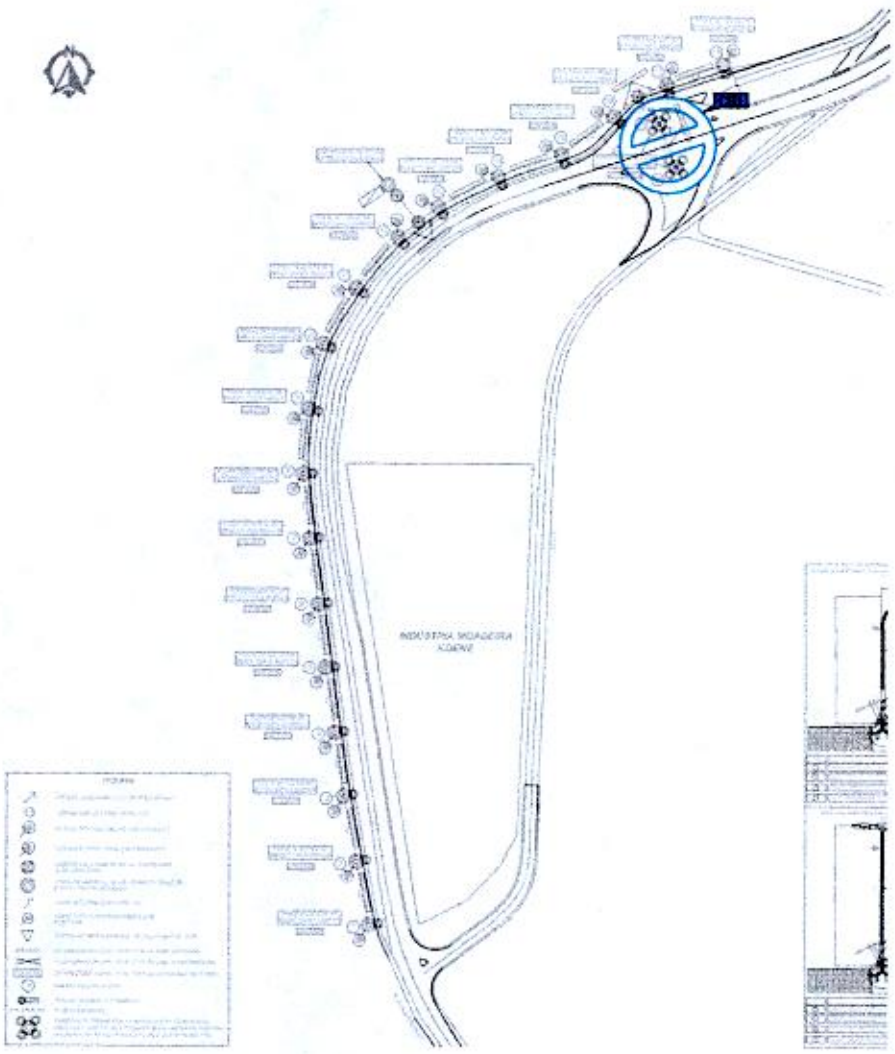
Lista de luminárias

Φ_{total}	P_{total}	Rendimento luminoso
291952 lm	1901.6 W	153.5 lm/W

Un.	Fabricante	Nº do artigo	Nome do artigo	P	Φ	Rendimento luminoso
8	ESB LIGHT	LUMINÁRIA LED	LPI240SV-4 URBAN V01	237.7 W	36494 lm	153.5 lm/W

Terreno 1 (Cenário de Luz 1)

Objectos de cálculo



Terreno 1 (Cenário de Luz 1)

Objectos de cálculo

Superfícies de cálculo

Propriedades	Ē	E_{min}	$E_{máx}$	U_o (g_1)	g_2	Índice
Superfície de cálculo 1 Potência luminosa perpendicular Altura: 0.100 m	53.4 lx	12.6 lx	120 lx	0.24	0.11	CG1

Perfil de utilização: Configuração DIALux (5.1.4 Padrão (área de tráfego ao ar livre))

Terreno 1 (Cenário de Luz 1)

Superfície de cálculo 1



Propriedades	Ē	E_{min}	$E_{máx}$	U_o (g_1)	g_2	Índice
Superfície de cálculo 1 Potência luminosa perpendicular Altura: 0.100 m	53.4 lx	12.6 lx	120 lx	0.24	0.11	CG1

Perfil de utilização: Configuração DIALux (5.1.4 Padrão (área de tráfego ao ar livre))

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº *Certificate number*: 23101139
Contrato nº *Contract number*: 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model*: Modelo 5
Data emissão *Date of issue*: 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date*: 16/10/2027
Página *Page*: 1/4
Revisão *Review*: 05
Certificado de Conformidade válido somente acompanhado das páginas 01 a 04

CATA Certificadora

Organismo de Certificação Acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE vinculada ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. *Certification Body accredited by the General Coordination of Accreditation – CGCRE, linked to the National Institute of Metrology, Quality and Technology INMETRO*

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturer Company*

ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA

Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Para o seguinte Escopo / Produtos(s) *Scope / Products*

Luminárias para Iluminação Pública Viária

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*

Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

São Paulo, 11 de Abril de 2024.

CATA Certificadora
Silvia Parlentieff
Gestora de Certificação
Certification Manager

Certificação de Produtos
OCP 0085

CATA Certificadora

A validade deste Certificado de Conformidade está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contrato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible nonconformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC – Conformity Assessment Report. In order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services of Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contract described above.*

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturer Company*
ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA
Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Escopo / Produtos (s) *Scope / Products*
Família: Luminárias para Iluminação Pública Viária
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*
Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

Certificado nº *Certificate number* 23101139
Contrato nº *Contract number* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model* Modelo 5
Data emissão *Date of issue* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date* 16/10/2027
Página *Page* 2/4
Revisão *Review* 05

Luminárias para Iluminação Pública Viária *Fixtures for Roadway Lighting*

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas
Family: Public luminaire for street lighting LED technology CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Hours

Marca *Brand*	Modelo ou Código *Model or Code*	Descrição *Description*									Código de Barras *Bar Codes*
		Potência *Power*		Fluxo Luminoso *Luminous Flux*		Eficiência luminosa *Luminous efficacy*		Fator de Potência *Power Factor*		TCQ(K) *CCT (K)*	
ESB LIGHT	LPI70SV-5 URBAN V01	70 W	/	11.270 lm	/	161 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K	----------
ESB LIGHT	LPI80SV-5 URBAN V01	80 W	/	12.640 lm	/	158 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K	----------
ESB LIGHT	LPI100SV-5 URBAN V01	100 W	/	15.900 lm	/	159 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K	----------
ESB LIGHT	LPI120SV-5 URBAN V01	120 W	/	18.720 lm	/	156 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K	----------
ESB LIGHT	LPI150SV-5 URBAN V01	150 W	/	23.850 lm	/	159 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K	----------

Nota: Relatório de ensaio Lite 120-06-2023 Rev.00, Lite 108-10-2023 Rev.00, Lite 107-02-2023 Rev.00, Lite 107-04-2023 Rev.00 datado de 29/09/2023 – relatório de ensaio: Lite 104-02-2023 Rev.00 datado de 04/10/2023 – Laboratório: Intertek do Brasil Inspeções Ltda - relatório de ensaio: Nº. 10034/2023 18 Rev.01 e Nº 10034/2023 17 Rev.01datado de 17/10/2023 – Laboratório: BR CERT Laboratórios LTDA – Relatório de ensaio: Nº24012603 LEF, Nº24012604 LEF, Nº24012605 LEF datado de 16/01/2024 – laboratório: Lenco Centro de Controle Tecnológico – Relatório de ensaio: Nº24022698 LEF, Nº24022698 LEF – Complementar, Nº24022699 LEF, Nº24022699 LEF – Complementar, Nº24022700 LEF e Nº24022700 LEF – Complementar datado de 14/02/2024 – Relatório de ensaio: Nº24042938 LEF, Nº24042938 LEF – Complementar Nº24042939 LEF, Nº24042939 LEF – Complementar datado de 09/04/2024 – Laboratório: Lenco Centro de Controle Tecnológico LTDA
Note: Test report Lite 120-06-2023 Rev.00, Lite 108-10-2023 Rev.00, Lite 107-02-2023 Rev.00, Lite 107-04-2023 Rev.00 dated 29/09/2023 – test report: Lite 104-02-2023 Rev.00 dated 10/04/2023 – Laboratory: Intertek do Brasil Inspeções Ltda - test report: No. 10034/2023 18 Rev.01 and No. 10034/2023 17 Rev.01 dated 10/17/2023 – Laboratory: BR CERT Laboratórios LTDA – Test report: Nº24012603 LEF, Nº 24012604 LEF, Nº 24012605 LEF dated 01/16/2024 – laboratory: Lenco Technological Control Center – Test report: Nº 24022698 LEF, Nº 24022698 LEF – Complementary, Nº 24022699 LEF, Nº24022699 LEF – Complementary, Nº 24022700 LEF and Nº24022700 LEF – Complementary dated 14/02/2024 – Test report: Nº 24042938 LEF, Nº24042938 LEF – Complementary Nº 24042939 LEF, Nº 24042939 LEF – Complementary dated 09/04/2024 – Laboratory: Lenco Centro de Controle Tecnológico LTDA

Revisão *Review*: 01
Data *Date*: 09/11/2023
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Correção de na descrição de modelos e inclusão de relatórios de ensaio revisados

Revisão *Review*: 02
Data *Date*: 10/11/2023
Página *Page*: 02/04
Descrição *Description*: Correção na descrição de fator de potência

Revisão *Review*: 03
Data *Date*: 22/01/2024
Página *Page*: 02/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaios

Revisão *Review*: 04
Data *Date*: 11/03/2024
Página *Page*: 02/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaios nos modelos: LPI70SV-5 URBAN V01, LPI80SV-5 URBAN V01, LPI100SV-5 URBAN V01

Revisão *Review*: 05
Data *Date*: 11/04/2024
Página *Page*: 02/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaios nos modelos: LPI120SV-5 URBAN V01 e LPI150SV-5 URBAN V01

Avaliação do SGQ Fabricante: ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA datado de 09/08/2023.
QMS Assessment Manufacturer: ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA dated 09/08/2023

A validade deste Certificado de Conformidade está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contrato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible nonconformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC – Conformity Assessment Report. In order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services at Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contract described above.*

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº *Certificate number*: 23101139
Contrato nº *Contract number*: 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model*: Modelo 5
Data emissão *Date of issue*: 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date*: 16/10/2027

Revisão *Revision*: 05

EXCLUSIVIDADE - MUNICÍPIO DE CURITIBA

ANEXO DA PORTARIA INMETRO Nº 62/2022

ANEXO F - MODELO DA PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

INMETRO

LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA
LÂMPADAS DE DESCARGA E TECNOLOGIA LED

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

01 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL	
MARCA	ESB LIGHT
FORNECEDOR	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
FABRICANTE	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA

02 - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA	
FAMÍLIA (*)	LUMINARIA PUBLICA PARA ILUMINAÇÃO VIARIA TECNOLOGIA LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 HORAS
MARCA/MODELO DO LED	CREE JR5050
TIPO DE LUMINÁRIA	TECNOLOGIA LED
VIDA DECLARADA (h)	102.000 h

(*) Composição do Código da Família:
LUMINARIA TECNOLOGIA LED: Tipo de Luminaria / Marca e Modelo do LED / IP da Luminaria / Vida declarada nominal
LUMINARIA COM LAMPADA DESCARGA: Tipo de Luminaria / Tipo de Lampada / Tipo de refletor e difusor / Vida declarada nominal

CODIGO DE BARRAS	MODELO	TENSÃO DE ENSAIO (V)	FREQ (HZ)	POTENCIA (W)	FATOR DE POTENCIA	FLUXO LUMINOSO (lm)	RENDIMENTO OTICO (***) (%)	EE (**) (lm/W)	IRC	TCC (K)	Nº RELATORIO ENSAIO LABORATORIO
----------	LPI70SV-5 URBAN V01	127-277	50/60	70	≥0,98	11.270	***	161	>70	5000	Lote 120-06-2023 Rev.00 Nº24022698 LEF
----------	LPI80SV-5 URBAN V01	127-277	50/60	80	≥0,98	12.640	***	158	>70	5000	Lote 108-10-2023 Rev.00 Nº24022699 LEF
----------	LPI100SV-5 URBAN V01	127-277	50/60	100	≥0,98	15.900	***	159	>70	5000	Lote 107-02-2023 Rev.00 Nº24022700 LEF
----------	LPI120SV-5 URBAN V01	127-277	50/60	120	≥0,98	18.720	***	156	>70	5000	Lote 107-04-2023 Rev.00 Nº24042938 LEF
----------	LPI150SV-5 URBAN V01	127-277	50/60	150	≥0,98	23.850	***	159	>70	5000	Lote 104-02-2023 Rev.00 Nº. 10034/2023 18 Rev.01 Nº 10034/2023 17 Rev.01 Nº24042939 LEF

(**) EE – Eficiência Energética. (***) Aplicavel somente para Luminárias com lâmpadas de descarga

anilha PET emitida pelo laboratório de ensaios identificado no documento. PET Specialized seal issued by the testing laboratory identified in the document

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

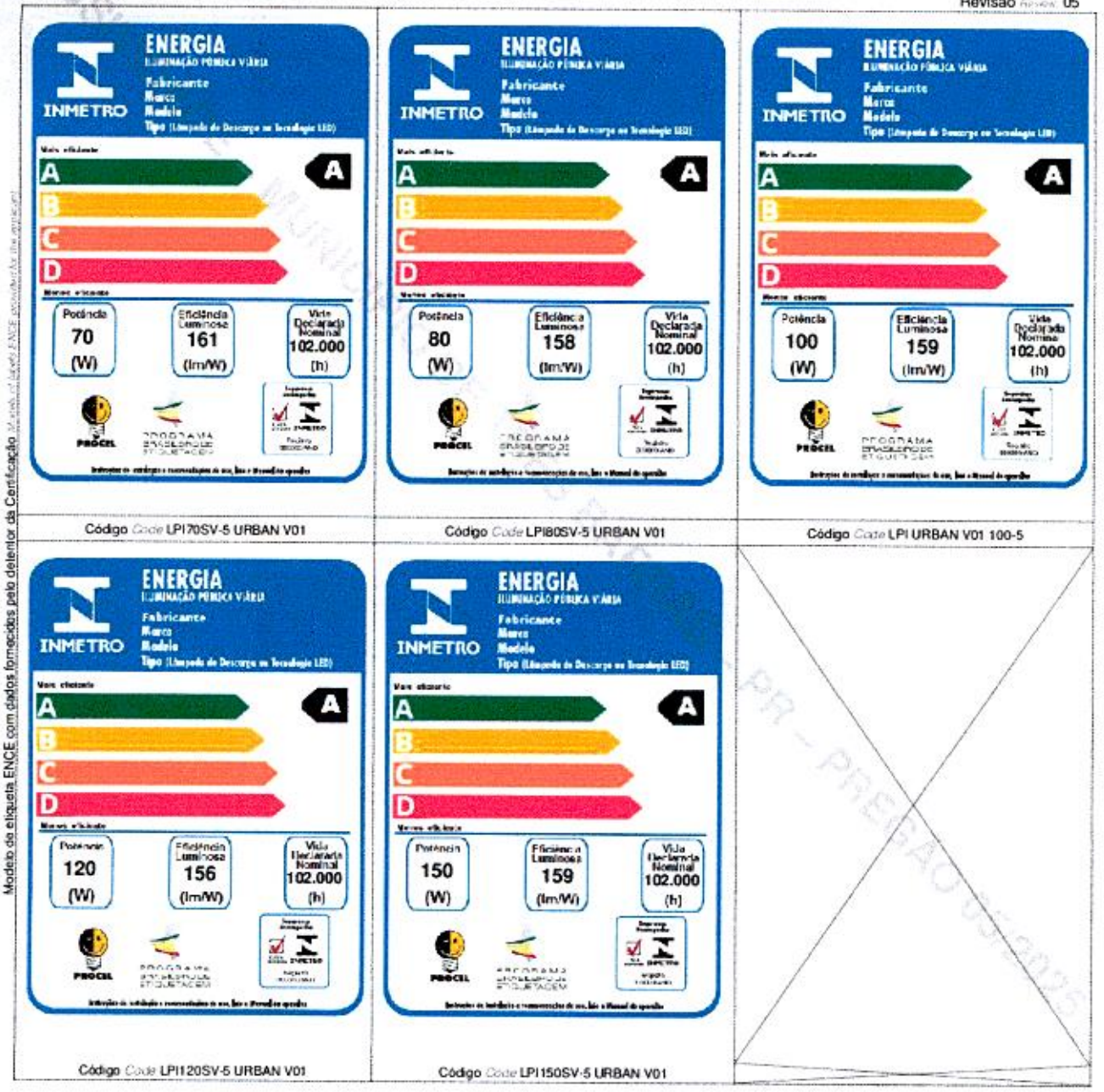
Etiquetas ENCE dos produtos Certificados

Conforme descrição na página 2

Label ENCE of the certified products
According to description on page 2

Certificado nº *Certificate number*: 23101139
Contrato nº *Contract number*: 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model*: Modelo 5
Data emissão *Date of issue*: 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date*: 16/10/2027
Página *Page*: 4/4
Revisão *Revision*: 05

Modelo da etiqueta ENCE com dados fornecidos pelo detentor da Certificação *Model of the label ENCE provided by the manufacturer*



CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº *Certificate number:* 23101140
Contrato nº *Contract number:* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model:* Modelo 5
Data emissão *Date of issue:* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date:* 16/10/2027
Página *Page:* 1/4
Revisão *Review:* 02
Certificado de Conformidade válido somente acompanhado das páginas 01 a 04

EXCLUSIVIDADE MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS – PREGÃO 03/2025

CATA Certificadora

Organismo de Certificação Acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE vinculada ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. *Certification Body accredited by the General Coordination of Accreditation – CGCRE, linked to the National Institute of Metrology, Quality and Technology INMETRO.*

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturing Company*

ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA

Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Para o seguinte Escopo / Produtos(s) *Scope / Products*

Luminárias para Iluminação Pública Viária

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*

Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

São Paulo, 11 de Março de 2024.

CATA Certificadora
Silvia Parlentieff
Gestora de Certificação
Certification Manager

Certificação de Produtos
OCP 0085

CATA Certificadora

A validade deste Certificado de Conformidade está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible nonconformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC - Conformity Assessment Report. In order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services of Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contact mentioned above.*

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturer Company*
ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA
Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Escopo / Produtos (s) *Scope / Products*
Família: Luminárias para Iluminação Pública Viária
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*
Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

Certificado nº *Certificate number* 23101140
Contrato nº *Contract number* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model* Modelo 5
Data emissão *Date of issue* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date* 16/10/2027
Página *Page* 2/4
Revisão *Review* 02

Luminárias para Iluminação Pública Viária *Fixtures for Roadway Lighting*

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas
Family: Public luminaire for street lighting LED technology CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Hours

Marca *Brand*	Modelo ou Código *Model or Code*	Descrição *Description*										Código de Barras *Bar Code*
		Potência *Power*		Fluxo Luminoso *Luminous Flux*		Eficiência Luminosa *Luminous efficiency*		Fator de Potência *Power factor*		TCC(K) *TCC(K)*		
ESB LIGHT	LPI30SV-5 URBAN V01	30 W	/	4.950 lm	/	165 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI40SV-5 URBAN V01	40 W	/	6.320 lm	/	158 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI50SV-5 URBAN V01	50 W	/	8.250 lm	/	165 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI60SV-5 URBAN V01	60 W	/	9.300 lm	/	155 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------

Nota: Relatório de ensaio: Lite 120-05-2023 Rev.00 datado de 03/09/2023 – Relatório de ensaio: Lite 120-03-2023 Rev.00, Lite 108-04-2023 Rev.00 datado de 29/09/2023 Lite 108-07-2023 Rev.00 datado de 03/10/2023 – Laboratório: Intertek do Brasil Inspeções Ltda – Relatório de ensaio Nº. 10034/2023 19 Rev.01 datado de 17/10/2023 e Relatório de ensaio: Nº 10034/2023 20 Rev.01 datado de 17/10/2023 – Laboratório: BR CERT Laboratórios LTDA - Relatório de ensaio: Nº24022694 LEF, Nº24022694 LEF – Complementar, Nº24022695 LEF, Nº24022695 LEF – Complementar, Nº24022696 LEF, Nº24022696 LEF – Complementar, Nº24022697 LEF e Nº24022697 LEF – Complementar datado de 14/02/2024 – Laboratorio: Lenco Centro de Controle Tecnológico LTDA
Note: Test report: Lite 120-05-2023 Rev.00 dated 03/09/2023 – Test report: Lite 120-03-2023 Rev.00, Lite 108-04-2023 Rev.00 dated 29/09/2023 Lite 108-07-2023 Rev.00 dated 10/03/2023 – Laboratory: Intertek do Brasil Inspeções Ltda – Test report No. 10034/2023 19 Rev.01 dated 17/10/2023 and Test report: Nº 10034/2023 20 Rev.01 dated 17/10/2023 – Laboratory: BR CERT Laboratórios LTDA - Test report: Nº 24022694 LEF, Nº24022694 LEF – Complementary, Nº24022695 LEF, Nº24022695 LEF – Complementary, Nº24022696 LEF, Nº24022696 LEF – Complementary, Nº24022697 LEF and Nº24022697 LEF – Complementary dated 02/14/2024 – Laboratory: Lenco Technological Control Center LTD.

Revisão *Review*: 01
Data *Date*: 09/11/2023
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Correção na descrição dos modelos e inclusão de relatórios de ensaio revisados

Revisão *Review*: 02
Data *Date*: 11/03/2024
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaio nos modelos: LPI30SV-5 URBAN V01, LPI40SV-5 URBAN V01 e LPI60SV-5 URBAN V01

Avaliação do SGQ Fabricante: ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA datado de 09/08/2023.
QMS Assessment Manufacturer: ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA dated 08/09/2023.

A validade deste Certificado de Conformidade está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contrato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible nonconformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC - Conformity Assessment Report in order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services of Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contract described above.*

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº 23101140
Contrato nº 2023ELE306
Modelo da Certificação Modelo 5
Data emissão 16/10/2023
Validade deste Certificado 16/10/2027
Página 3/4
Revisão 02

ANEXO DA PORTARIA INMETRO Nº 62/2022

ANEXO F - MODELO DA PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

INMETRO

LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA
LÂMPADAS DE DESCARGA E TECNOLOGIA LED

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

01 – DENOMINAÇÃO COMERCIAL	
MARCA	ESB LIGHT
FORNECEDOR	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
FABRICANTE	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA

02 - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA	
FAMÍLIA (*)	LUMINÁRIA PUBLICA PARA ILUMINAÇÃO VIARIA TECNOLOGIA LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 HORAS
MARCA/MODELO DO LED	CREE JR5050
TIPO DE LUMINÁRIA	TECNOLOGIA LED
VIDA DECLARADA (h)	102.000 h

(*) Composição do Código da Família:
LUMINÁRIA TECNOLOGIA LED: Tipo de Luminária / Marca e Modelo do LED / IP da Luminária / Vida declarada nominal
LUMINÁRIA COM LÂMPADA DESCARGA: Tipo de Luminária / Tipo de Luminária / Tipo de refletor e difusor / Vida declarada nominal

CÓDIGO DE BARRAS	MODELO	TENSÃO DE ENSAIO (V)	FREQ (HZ)	POTÊNCIA (W)	FATOR DE POTÊNCIA	FLUXO LUMINOSO (lm)	RENDIMENTO ÓTICO (***) (%)	EE (**) (lm/W)	IRC	TCC (K)	3º RELATÓRIO ENSAIO LABORATÓRIO
----------	LPE05V-5 URBAN V01	127~277	50/60	30	≥0,98	4.950	***	165	>70	5000	Lim 108-04-2023 Rev.00 Nº24022404LEF
----------	LPE40SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	40	≥0,98	6.320	***	158	>70	5000	Lim 120-03-2023 Rev.00 Nº24022695LEF
----------	LPE50SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	50	≥0,98	8.250	***	165	>70	5000	Lim 120-05-2023 Rev.00 Nº24022696LEF
----------	LPE60SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	60	≥0,98	9.900	***	165	>70	5000	Lim 108-07-2023 Rev.00 Nº.10034/2023 19 Rev.01 Nº.10034/2023 20 Rev.01 Nº24022697LEF

(**) EE – Eficiência Energética. (***) Aplicável somente para Luminárias com lâmpadas de descarga

anilha PET emitida pelo laboratório de ensaios identificado no documento. PET Sphere Brasil issued by the testing laboratory identified in the document.

EXCLUSIVIDADE MUNICIPIO DE PORTO 05/2025

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

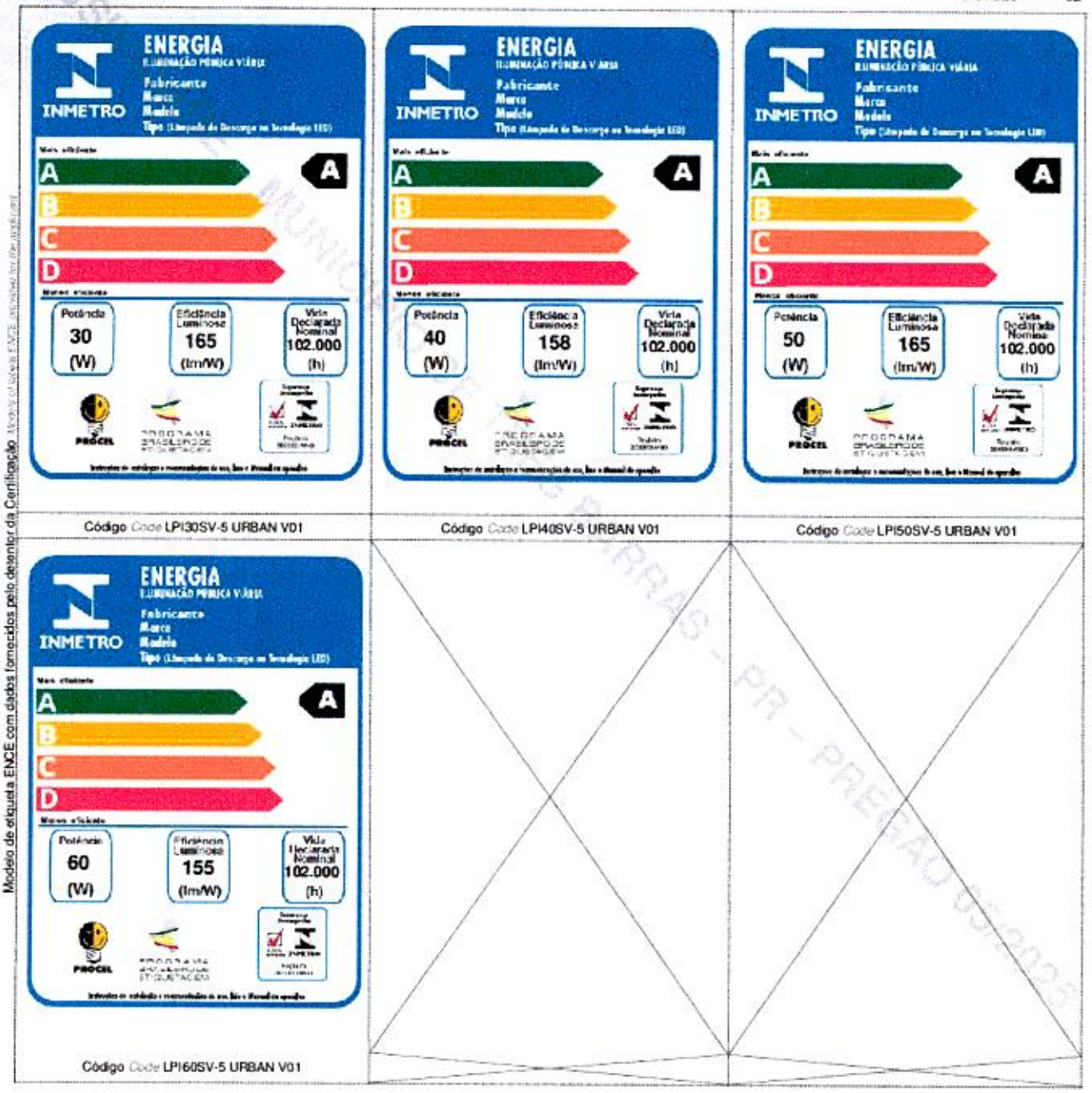
Etiquetas ENCE dos produtos Certificados

Conforme descrição na página 2

Label ENCE of the certified products
According to description on page 2

Certificado nº *Certificate number* 23101140
Contrato nº *Contract number* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model* Modelo 5
Data emissão *Date of issue* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date* 16/10/2027
Página *Page* 4/4
Revisão *Revision* 02

Modelo de etiqueta ENCE com dados fornecidos pelo detentor da Certificação *Model of label ENCE provided by the certificate holder*



Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº *Certificate number* 23101142
Contrato nº *Contract number* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model* Modelo 5
Data emissão *Date of issue* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date* 16/10/2027
Página *Page* 1/4
Revisão *Review* 06
Certificado de Conformidade válido somente acompanhado das páginas 01 a 04

EXCLUSIVIDADE FORNECIMENTO TUBOS PEÇAS — PREGÃO 05/2025

CATA Certificadora

Organismo de Certificação Acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE vinculada ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. *Certification Body accredited by the General Coordination of Accreditation – CGCRE, linked to the National Institute of Metrology, Quality and Technology INMETRO.*

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturer Company*

ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA

Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Para o seguinte Escopo / Produtos(s) *Scope / Products*

Luminárias para Iluminação Pública Viária

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*

Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

São Paulo, 24 de Abril de 2024.

CATA Certificadora
Silvia Parfentieff
Gestora de Certificação
Certification Manager

Certificação de Produtos
OCP 0085

CATA Certificadora

A validade deste Certificado de Conformidade está sujeita à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações da CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contrato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible non-conformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC – Conformity Assessment Report. In order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services of Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contract described above.*

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certifica a Empresa Fabricante *Manufacturer Company*
ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA
Avenida Ministro Mario Andreazza, 880 - Distrito Industrial I - CEP 69.075-830 - Manaus - AM
CNPJ: 13.348.127/0001-48

Escopo / Produtos (s) *Scope / Products*
Família: Luminárias para Iluminação Pública Viária
CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Referência Técnica/Legal *Regulation*
Portarias INMETRO Nº 62 de 17/02/2022 e Portaria INMETRO Nº 200 de 29/04/2021.

Certificado nº *Certificate number*: 23101142
Contrato nº *Contract number*: 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model*: Modelo 5
Data emissão *Date of issue*: 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date*: 16/10/2027
Página *Page*: 2/4
Revisão *Revision*: 06

Luminárias para Iluminação Pública Viária *Fixtures for Roadway Lighting*

Família: Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas
Family: Public luminaire for street lighting LED technology CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Hours

Marca *Brand*	Modelo ou Código *Model or Code*	Descrição *Description*										Código de Barras *Bar Codes*
		Potência *Power*		Fluxo Luminoso *Luminous Flux*		Eficiência luminosa *Luminous efficiency*		Fator de Potência *Power factor*		TCC(K) *TCC(K)*		
ESB LIGHT	LPI180SV-5 URBAN V01	180 W	/	28.620 lm	/	159 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI200SV-5 URBAN V01	200 W	/	31.200 lm	/	156 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI220SV-5 URBAN V01	220 W	/	35.640 lm	/	162 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------
ESB LIGHT	LPI240SV-5 URBAN V01	240 W	/	38.640 lm	/	161 lm/W	/	≥0,98	/	5000 K		----------

Nota: Relatório de ensaio Lite 108-02-2023 Rev.00, datado de 03/10/2023 – Relatório de ensaio: Lite 120-02-2023 Rev.00 datado de 03/11/2023 – Relatório de ensaio: Lite 147-02-2023 Rev.00 e Lite 147-04-2023 Rev.00 datado de 10/11/2023 - Laboratório: Intertek do Brasil Inspeções Ltda – Relatório de ensaio: Nº 10034/2023 13 Rev.01 e Nº. 10034/2023 14 Rev.01 datado de 17/10/2023 – Laboratório: BR CERT Laboratórios LTDA – Relatório de ensaio: N°24022701 LEF e Nº24022701 LEF – Complementar datado de 14/02/2024 – Relatório de ensaio: N°24042940 LEF e N24042940 LEF – Complementar datado de 09/04/2024 – Relatório de ensaio: N°24042965 LEF, Nº24042965 LEF – Complementar, N°24042966 LEF e Nº24042966 LEF – Complementar datado de 19/04/2024 Laboratório: Lenco Centro de Controle Tecnológico LTDA
Note: Test report Lite 108-02-2023 Rev.00, dated 03/10/2023 – Test report: Lite 120-02-2023 Rev.00 dated 03/11/2023 – Test report: Lite 147-02-2023 Rev.00 and Lite 147-04-2023 Rev.00 dated 11/10/2023 - Laboratory: Intertek do Brasil Inspeções Ltda – Test report: Nº 10034/2023 13 Rev.01 and Nº. 10034/2023 14 Rev.01 dated 17/10/2023 – Laboratory: BR CERT Laboratórios LTDA – Test report: N°24022701 LEF and Nº24022701 LEF – Complementary dated 14/02/2024 – Test report: N°24042940 LEF and N24042940 LEF – Complementary dated 04/09/2024 – Test report: N°24042965 LEF, Nº24042965 LEF – Complementary, N°24042966 LEF and Nº24042966 LEF – Complementary dated 04/19/2024 Laboratory: Lenco Centro de Controle Tecnológico LTDA.

Revisão *Revision*: 01
Data *Date*: 07/11/2023
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: inclusão do modelo: LPI URBAN V01 180-5 no corpo do certificado

Revisão *Revision*: 02
Data *Date*: 09/11/2023
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Correção de na descrição de modelos

Revisão *Revision*: 03
Data *Date*: 13/11/2023
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: inclusão de modelos: LPI200SV-5 URBAN V01 e LPI220SV-5 URBAN V01 no corpo do certificado

Revisão *Revision*: 04
Data *Date*: 11/03/2024
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaio no modelo: LPI180SV-5 URBAN V01

Revisão *Revision*: 05
Data *Date*: 11/04/2024
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaio no modelo: LPI200SV-5 URBAN V01

Revisão *Revision*: 06
Data *Date*: 24/04/2024
Página *Page*: 02/04, 03/04 e 04/04
Descrição *Description*: Inclusão de ensaio no modelo: LPI220SV-5 URBAN V01 e LPI240SV-5 URBAN V01

Avaliação do SGQ Fabricante: ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA datado de 09/08/2023.
QMS Assessment Manufacturer: ESB Industria e Comércio de Eletro Eletrônicos LTDA dated 08.09.2023.

A validade deste Certificado de Conformidade está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do CATA Certificadora previstas no Relatório de Avaliação da Conformidade – RAC – específico. Para verificação da condição atualizada de regularidade deste Certificado de Conformidade deve ser consultado o banco de dados de produtos e serviços certificados do Inmetro. Este Certificado está vinculado ao endereço e contrato acima descrito. *The validity of this Certificate of Conformity is tied to the performance of the maintenance and treatment evaluations of possible nonconformities according to the CATA Certificadora guidelines provided in the specific RAC – Conformity Assessment Report in order to verify the updated condition of regularity of this Certificate of Conformity, the database of certified products and services of Inmetro must be consulted. This Certificate is bound to the address and contract described above.*

ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

Certificate of Conformity of the Product

Certificado nº *Certificate number* 23101142
Contrato nº *Contract number* 2023ELE306
Modelo da Certificação *Certification Model* Modelo 5
Data emissão *Date of issue* 16/10/2023
Validade deste Certificado *Expiry date* 16/10/2027

Revisão *Revision* 06

EXCLUSIVIDADE MUNICÍPIO DE PARAIBUNA

ANEXO DA PORTARIA INMETRO Nº 62/2022

ANEXO F - MODELO DA PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

INMETRO

LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA
LÂMPADAS DE DESCARGA E TECNOLOGIA LED

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

01 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL	
MARCA	ESB LIGHT
FORNECEDOR	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
FABRICANTE	ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA

01 - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA	
FAMÍLIA (*)	LUMINARIA PUBLICA PARA ILUMINAÇÃO VIARIA TECNOLOGIA LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 HORAS
MARCA/MODELO DO LED	CREE JR5050
TIPO DE LUMINÁRIA	TECNOLOGIA LED
VIDA DECLARADA (h)	102.000 h

(*) Composição do Código da Família:
LUMINÁRIA TECNOLOGIA LED: Tipo de Luminaria / Marca e Modelo do LED / ID da Luminaria / Vida declarada nominal
LUMINARIA COM LÂMPADA DESCARGA: Tipo de Luminaria / Tipo de Luminaria / Tipo de refrator e difusor / Vida declarada nominal

CODIGO DE BARRAS	MODELO	TENSÃO DE ENSAIO (V)	FREQ. (HZ)	POTÊNCIA (W)	FATOR DE POTÊNCIA	FLUXO LUMINOSO (lm)	RENDIMENTO OTICO (***) (%)	EE (**) (lm/W)	IRC	TCC (K)	Nº RELATORIO ENSAIO LABORATORIO
----------	LPI180SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	180	_0,98	28.620	***	159	>70	5000	Lite 120-02-2023 Rev.00 Nº24022701 LEF
----------	LPI200SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	200	_0,98	31.200	***	156	>70	5000	Lite 147-02-2023 Rev.00 Nº24042940 LEF
----------	LPI220SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	220	_0,98	35.640	***	162	>70	5000	Lite 147-04-2023 Rev.00 Nº24042965 LEF
----------	LPI240SV-5 URBAN V01	127~277	50/60	240	_0,98	38.640	***	161	>70	5000	Lite 108-02-2023 Rev.00 Nº24042966 LEF Nº 10034/2023 13 Nº. 10034/2023 14

(**) EE – Eficiência Energética. (***) Aplicável somente para Luminarias com lâmpadas de descarga

anilha PET emitida pelo laboratório de ensaios identificado no documento. PET Sinalizadores reserva-se o direito de não aceitar anilhas danificadas ou ilegíveis.

CATA Certificadora

Certificado de Conformidade de Produto

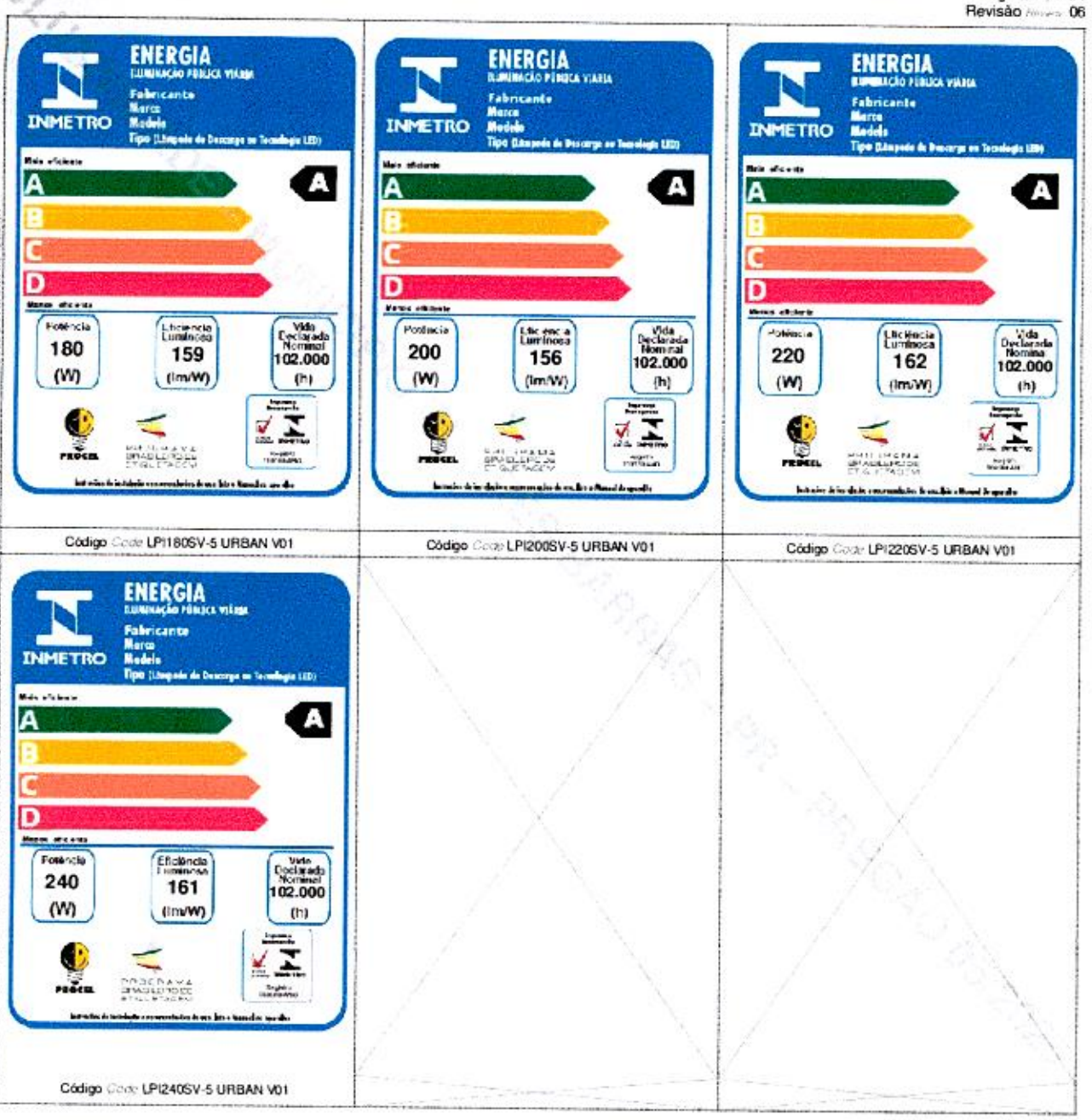
Certificate of Conformity of the Product

Etiquetas ENCE dos produtos Certificados

Conforme descrição na página 2

Label ENCE of the certified products
According to description on page 2

Certificado nº 23101142
Contrato nº 2023ELE306
Modelo da Certificação Modelo 5
Data emissão 16/10/2023
Validade deste Certificado 16/10/2027
Página 4/4
Revisão 06



Código *Code* LPI180SV-5 URBAN V01

Código *Code* LPI200SV-5 URBAN V01

Código *Code* LPI220SV-5 URBAN V01

Código *Code* LPI240SV-5 URBAN V01

Modelo de etiqueta ENCE, com dados fornecidos pelo detentor do Certificação

ESB Indústria e Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda.
CNPJ: 13.348.127/0004-90 IE: 039/0156124

DECLARAÇÃO

A empresa **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.348.127/0004-90, com sede à Rua Armelindo Fabian, nº 395, Bairro Agrícola, Erechim/RS, CEP: 99714-500, por intermédio de seu sócio administrador, o Sr. Fernando Carbonera, portador do RG nº 1089989576 - SSP/RS e CPF nº 007.270.550-70, **DECLARA** para todos os fins de direito, especialmente para empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, na concorrência eletrônica nº 05/2025, para o Município de Três Barras, que as Luminárias LED e todos os seus componentes ofertados possuem garantia de 5 (cinco) anos, contra qualquer defeito de fabricação, contados da data de emissão da nota fiscal dos produtos esta garantia não se estende a:

a. Descargas Atmosféricas;
b. Vandalismo;
c. Danos provocados por queda, impacto, enchente;
d. Defeitos causados por caso fortuito ou força maior;
e. Produtos alterados e/ou modificados;
f. Produtos que não tenham sido instalados pela contratada.
g. Oscilações na rede fora da tensão especificada e devidamente comprovada.

Por ser verdade, firma a presente.

Erechim/RS em 01 de abril de 2025.

FERNANDO CARBONERA:00727055070

Assinado de forma digital por FERNANDO CARBONERA:00727055070
Dados: 2025.04.01 09:16:54 -03'00'

ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA
CNPJ: 13.348.127/0004-90
FERNANDO CARBONERA
CARGO: Sócio Administrador
CPF: 007.270.550-70
RG: 1089989576 - SSP/RS

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

Ao Exmo. Sr.(a)

Pregoeiro, (a)

Comissão permanente de licitações,

Prefeitura Municipal De Três Barras – PR

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: 05/2025

Assunto: Declaração de Exequibilidade de Licitação – Serviços de instalação de iluminação pública.

Prezados Senhores,

Empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE MATERAIS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 10.738.123/0001-88, neste ato representada por Diogo Rafael Gonçalves, inscrita no CPF n. 049.170.359-70, declaro, para os devidos fins, a minha exequibilidade em relação à participação na licitação para
EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento Edital de Licitação Concorrência nº 05/2025

Após análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta de desconto no percentual de 38,35% (trinta e oito virgula trinta e cinco porcento) para o fornecimento de mão de obra e materiais atinente ao serviço de iluminação pública.

Declaro, ainda, que não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer minha capacidade de realizar a obra objeto desta licitação, estando a minha empresa totalmente apta a fornecer o serviço.

Além disso, estamos cientes das normas de segurança e das exigências legais relacionadas à execução da obra. Comprometemo-nos a cumprir rigorosamente todas as normas e

regulamentos pertinentes, visando a segurança de nossos colaboradores, bem como a integridade do projeto em si.

Nosso quadro de profissionais é composto por especialistas altamente qualificados na operação, com experiência comprovada na realização de trabalhos similares. Além disso, possuímos equipamentos modernos e adequados para a execução dos serviços demandados.

Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas ao serviço em questão, e temos plena ciência das consequências de não cumprir com nossas obrigações contratuais.

Certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participar desta licitação e manifestamos nosso interesse em fornecer mão de obra e os materiais necessários para a conclusão da obra à Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste.

Sendo assim, solicito que esta declaração seja considerada como parte integrante da minha proposta para a licitação em questão.

Toledo, 01 de abril de 2025.

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.04.01 09:04:45 -03'00'

Diogo Rafael Gonçalves
Sócio Administrador

LINHA PÚBLICA

Luminária
Poste Injetada Família - "URBAN V01"

ESB LIGHT
POWER IN LED LIGHTING

Corpo	Alumínio injetado a alta pressão com sistema de articulação +/-20° ou cano fixo com sistema de ajuste de ângulo de +/- 5°
Classificação fotométrica para ângulo 0°	Tipo II Média Limitada
Faixa de tensão nominal Full Range	90~305 Vac
Frequência nominal	50/60Hz
Fator de Potência	≥0,98
País de origem	Fabricado no Brasil
Fabricante	ESB LIGHT
Garantia do produto	Garantia de 5 anos a partir da data de venda
Validade para armazenamento	Indeterminada.
Tipo de proteção contra choque elétrico	CLASSE I
Expectativa de vida útil	102.000h L70
Arquivo IES	Entre em contato com nosso departamento técnico para obter o arquivo IES de nossas luminárias: (54) 3522 – 5275
Condições de Operação	-30 à 50°C
Cor da Luminária	Cinza N6,5
Índice de reprodução de cores	≥ 70
Temperatura de Cor	4000K/5000K (Conforme modelo certificado)
Grau de Proteção IP	IP 67
Grau de Proteção IK	IK 09
Fixação****	Encaixe para tubos de Ø25mm à Ø60,3mm
Proteção contra Surto	10KV/12KA
THD	<10% Conforme Norma IEC 61000-3-2
Acionamento da Luminária***	Relé fotoelétrico ou shorting gap, conforme norma ABNT NBR 5123
Sistema de Tele gestão	Item opcional composto por base 7 pinos, conforme norma ANSI C136.41-2013
Driver**	Driver com sistema para dimerização e em conformidade com NBR 16026:2012 / NBR IEC 61347-2-13
Área máxima projetada sujeita à força do vento	0,0884 m²

Modelo	Potência (W)*	Peso (Kg)	Dimensões (+/-5mm)	Eficiência (lm/W)*	Fluxo (lm)*
LPI30SV-4 URBAN V01	30	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	161	4.830
LPI40SV-4 URBAN V01	40	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	157	6.280
LPI50SV-4 URBAN V01	50	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	161	8.050
LPI60SV-4 URBAN V01	60	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	155	9.300
LPI70SV-4 URBAN V01	70	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	158	11.060
LPI80SV-4 URBAN V01	80	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	156	12.480
LPI100SV-4 URBAN V01	100	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110	156	15.600
LPI120SV-4 URBAN V01	120	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110	156	18.720
LPI150SV-4 URBAN V01	150	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110	156	23.400
LPI180SV-4 URBAN V01	180	4.10* / 4.00	500x265x112* / 458x265x114	157	28.260
LPI200SV-4 URBAN V01	200	4.10* / 4.00	500x265x112* / 458x265x114	155	31.000
LPI220SV-4 URBAN V01	220	4.10* / 4.00	500x265x112* / 458x265x114	162	35.640
LPI240SV-4 URBAN V01	240	4.10* / 4.00	500x265x112* / 458x265x114	158	37.920
LPI30SV-5 URBAN V01	30	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	165	4.950
LPI40SV-5 URBAN V01	40	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	158	6.320
LPI50SV-5 URBAN V01	50	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	165	8.250
LPI60SV-5 URBAN V01	60	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	155	9.300
LPI70SV-5 URBAN V01	70	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	161	11.270
LPI80SV-5 URBAN V01	80	2.15* / 2.05	350x263x106* / 309x263x113	158	12.640
LPI100SV-5 URBAN V01	100	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110	159	15.900
LPI120SV-5 URBAN V01	120	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110	156	18.720
LPI150SV-5 URBAN V01	150	3.40* / 3.30	383x258x110* / 341x258x110		

ESBLIGHT
POWER IN LED LIGHTING

Recomendações iniciais

- A instalação deve ser efetuada por em conformidade com a Norma 5410-Instalações elétricas de baixa tensão e a NR10-Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- Para instalação do equipamento, siga as recomendações referente a fixação da luminária e diagrama elétrico do produto.
- Caso haja necessidade de manutenção o produto deve ser encaminhado a assistência técnica do fabricante.

Fixação da luminária

Fixação da luminária
Modelo com articulação



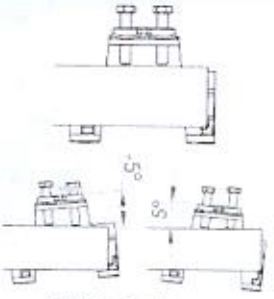
Local para encaixe do braço de 25 à 60,3mm

Parafusos para ajuste da articulação

Fixação da luminária
Modelo sem articulação



Local para encaixe do braço de 25 à 60,3mm



Ajuste o ângulo para: -5°, 0° ou 5°

A alteração do ângulo (+/-20°) de fixação da luminária, deve ser feita através do afrouxamento dos parafusos existentes na articulação conforme mostrado acima
*IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Luminárias para serviços severos



Substituir qualquer blindagem protetora quebrada



Luminárias não adequadas para montagem direta sobre superfícies normalmente inflamáveis.

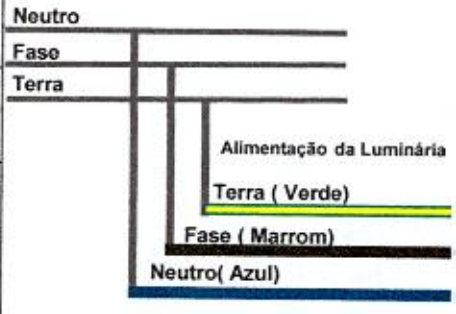


Luminárias não adequadas para montagem coberta por isolante térmico.

- Montagem em poste ou braço com diâmetro de 25mm à 60,3mm.
- Torque aplicado de 13N.m nos parafusos que fixam a luminária ao suporte.
- Manter distância mínima de 1 metro entre luminária e outro objeto (Norma NBR 60598, Item 3.3.3)

- O design e as especificações estão sujeitos a alterações sem aviso prévio para fins de melhoria na qualidade.

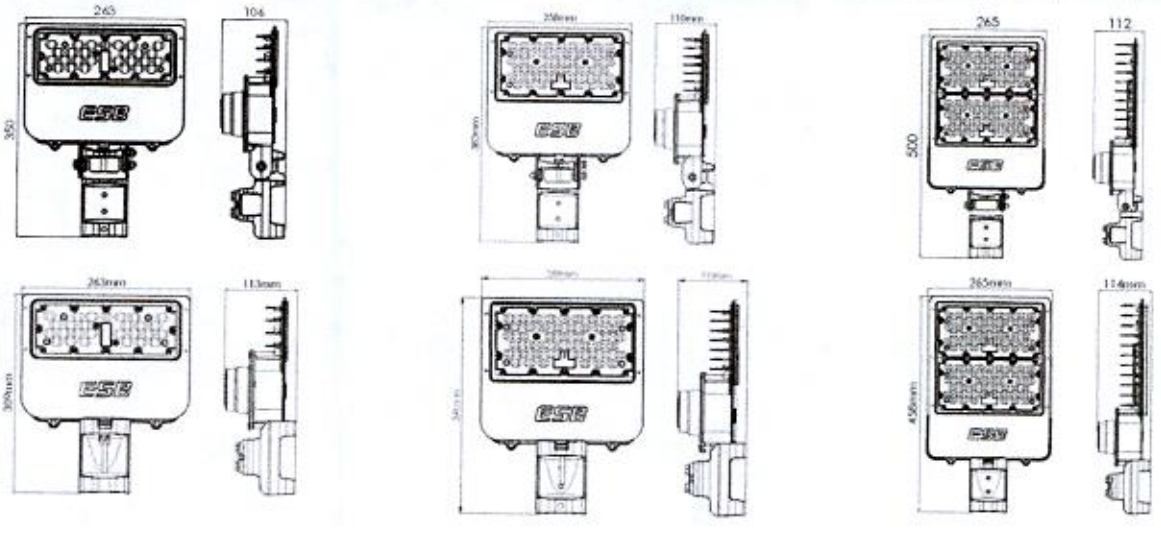
O NÃO ATERRAMENTO DO EQUIPAMENTO ACARRETARÁ NA PERDA DA GARANTIA!



- Verificar a tensão correta correspondente de entrada para a luminária.
- Se o cabo ou cordão externo flexível desta luminária for danificado, ele deve ser substituído por um cabo ou cordão especial disponível exclusivamente pelo fabricante ou pelo serviço técnico.
- Conexão na rede elétrica mínima de 3x1,0 mm.

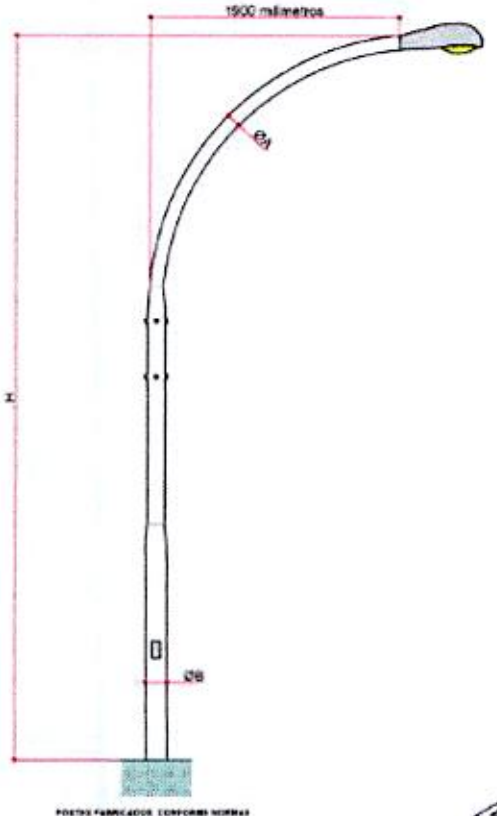
DPS não coberto pela garantia
*Tolerância +/-10%
**Potência do Driver varia de acordo com a potência da luminária
*** Obrigatório o uso de Relé Térmico ou Eletrônico.
**** Para fixação em braços de 25~33 mm utilizar parafuso M8x60

Desenho Técnico



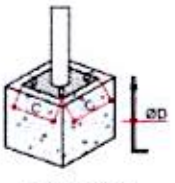
POSTE TELECÔNICO CURVO SIMPLES

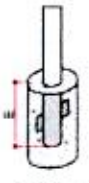
Indicado para câmeras de monitoramento, iluminação de ruas, pátios e estacionamentos.





JANELA DE INSPEÇÃO COM TAMPA (OPCIONAL)





POSTES FABRICADOS CONFORME NORMAS ABNT NBR 14744:2001 E ABNT NBR 8222:2010

JANELA DE INSPEÇÃO E ACABAMENTO EM PINTURA SÃO OPCIONAIS

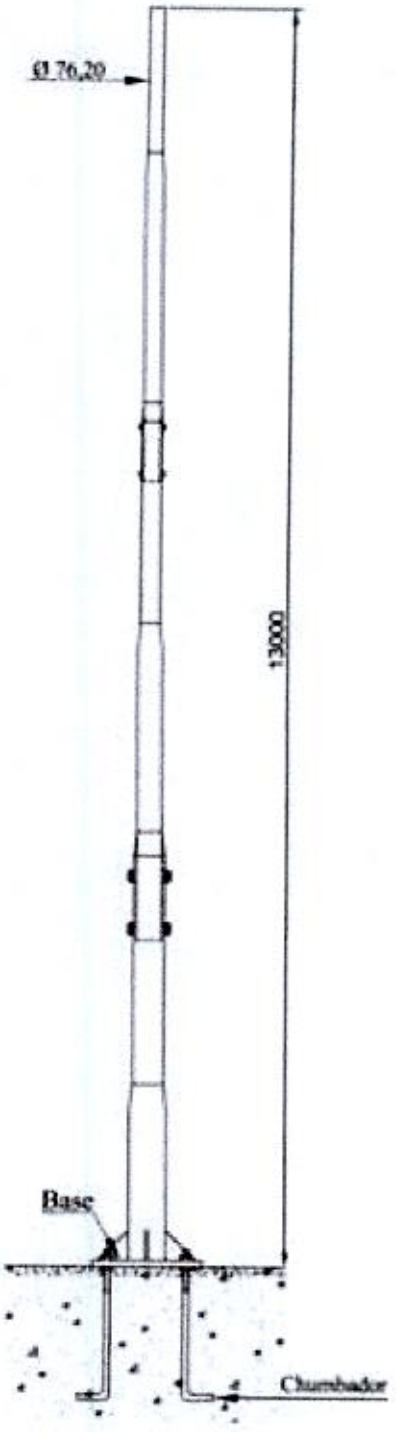
LUMINÁRIAS E ITENS ELÉTRICOS NÃO INCLUSOS

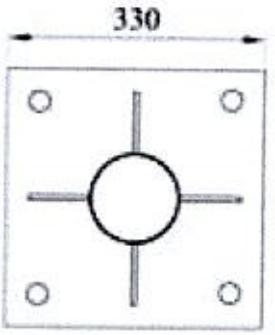
DEVIDO AO CONSTANTE APRIMORAMENTO

LS POSTES - POSTE TELECÔNICO CURVO SIMPLES

ALTURA ÚTIL	DIÂMETRO DO TOPO	DIÂMETRO DA BASE	BASE E CHUMBADORES: DIMENSÕES DA FLANGE	BASE E CHUMBADORES: DIÂMETRO DO CHUMBADOR	BASE E CHUMBADORES: CÓDIGO			ENGASTADO: ENGASTAMENTO	ENGASTADO: CÓDIGO		
H (m)	A (mm)	B (mm)	C (mm)	D (mm)	MODELO	ALTURA	FIXAÇÃO	E (mm)	MODELO	ALTURA	FIXAÇÃO
4 metros	48,30 ± 2,50	60,3 ± 3,15	200	10	CS	4	BC	1000	CS	4	E
5 metros	48,30 ± 2,50	60,3 ± 3,15	200	12	CS	5	BC	1000	CS	5	E
6 metros	60,3 ± 3,15	76,20 ± 3,15	200	12	CS	6	BC	1000	CS	6	E
7 metros	60,3 ± 3,15	88,9 ± 3,15	280	12	CS	7	BC	1000	CS	7	E
8 metros	60,3 ± 3,15	101,6 ± 3,15	280	16	CS	8	BC	1000	CS	8	E
9 metros	60,3 ± 3,15	101,6 ± 3,15	280	16	CS	9	BC	1000	CS	9	E
10 metros	60,3 ± 3,15	101,6 ± 3,15	280	16	CS	10	BC	1000	CS	10	E
11 metros	60,3 ± 3,15	127 ± 3,15	280	16	CS	11	BC	1500	CS	11	E
12 metros	60,3 ± 3,15	127 ± 3,15	330	16	CS	12	BC	1500	CS	12	E
13 - 18 metros	Fabricação sob consulta							Fabricação sob consulta			

*As medidas adotadas podem sofrer alteração conforme esforços solicitantes.





Descrição

Poste reto com base e chumbadores 13000

NOTAS:

1. Dimensões em milímetros.
2. Tolerância geral de 2%.
3. Sem Escala
4. Material em aço 1010/1020

Registro de Objeto Consultar registros concedidos

Detalhes do Registro 010663/2023

Status
Ativo

Concessão
27/10/2023

ESB INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
Avenida Ministro Mário Andreza, 880 Cep:69075-830 | Distrito Industrial - Manaus - AM
Tel: (Telefone) (54) 99101-9119 - engenharia@esblight.com.br (mailto:engenharia@esblight.com.br) - CNPJ: (CNPJ)13.348.127/0001-48

Programa de Avaliação da Conformidade
Luminárias para Iluminação Pública Viária

Portaria Inmetro
nº (número) 62 de 17/02/2022

Nome de Família
Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Certificado
23101139

Pesquisar histórico de alterações

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição

EXCLUSIVIDADE MUNICÍPIO DE CAMPO BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI70SV-5 URBAN V01	Potência 70 W / Fluxo Luminoso 11.270 lm / Eficiência Luminosa 161 lm/W / FP >0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305 Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI80SV-5 URBAN V01	Potência 80 W / Fluxo Luminoso 12.640 lm / Eficiência Luminosa 158 lm/W / FP >0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305 Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI100SV-5 URBAN V01	Potência 100 W / Fluxo Luminoso 15.900 lm / Eficiência Luminosa 159 lm/W / FP >0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI120SV-5 URBAN V01	Potência 120 W / Fluxo Luminoso 18.720 lm / Eficácia Luminosa 156 lm/W / FP >0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI150SV-5 URBAN V01	Potência 150 W / Fluxo Luminoso 23.850 lm / Eficiência Luminosa 159 lm/W / FP >0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 70-5	Potência 70 W / Fluxo Luminoso 11.270 lm / Eficiência Luminosa 161 lm/W / FP >0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 80-5	Potência 80 W / Fluxo Luminoso 12.640 lm / Eficiência Luminosa 158 lm/W / FP >0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 100-5	Potência 100 W / Fluxo Luminoso 15.900 lm / Eficiência Luminosa 159 lm/W / FP>0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 120-5	Potência 120 W / Fluxo Luminoso 18.720 lm / Eficiência Luminosa 156 lm/W / FP>0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 150-5	Potência 150 W / Fluxo Luminoso 23.850 lm / Eficiência Luminosa 159 lm/W / FP >0,98 / Tcc 5000 K

EXCLUSIVIDADE - MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - RS - PREGÃO 05/2025

<< Voltar

Registro de Objeto Consultar registros concedidos

Detalhes do Registro 010665/2023

Status
Ativo

Concessão
27/10/2023

ESB INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
Avenida Ministro Mário Andreza, 880 Cep:69075-830 | Distrito Industrial - Manaus - AM
Tel: (Telefone) (54) 99101-9119 - engenharia@esblight.com.br (mailto:engenharia@esblight.com.br) -
CNPJ: (CNPJ)13.348.127/0001-48

Programa de Avaliação da Conformidade
Luminárias para Iluminação Pública Viária

Portaria Inmetro
nº (número) 62 de 17/02/2022

Nome de Família
Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Certificado
23101140

Pesquisar histórico de alterações

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição

EXCLUSIVIDADE MUNICÍPIO DE PINHAIS BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI40SV-5 URBAN V01	Potência 40 W / Fluxo Luminoso 6.320 lm / Eficiência Luminosa 158 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI30SV-5 URBAN V01	Potência 30 W / Fluxo Luminoso 4.950 lm / Eficiência Luminosa 165 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI50SV-5 URBAN V01	Potência 50 W / Fluxo Luminoso 8.250 lm / Eficiência Luminosa 165 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI60SV-5 URBAN V01	Potência 60 W / FLuxo Luminoso 9.300 lm / Eficiência Luminosa 155 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 30-5	Potência 30 W / Fluxo Luminoso 4.950 lm / Eficiência Luminosa 165 lm/W / FP≥0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 40-5	Potência 40 W / Fluxo Luminoso 6.320 lm / Eficiência Luminosa 158 lm/W / FP ≥0,98 / tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 50-5	Potência 50 W / Fluxo Luminoso 8.250 lm / Eficiência Luminosa 165 lm/W / FP ≥0,98 / Tcc 5000 K
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 60-5	Potência 60 W / Fluxo Luminoso 9.300 lm / Eficiência Luminosa 155 lm/W / FP ≥0,98 / Tcc 5000 K

<< Voltar

Barra GovBr (http://www.gov.br/acessoainformacao/) (http://www.brasil.gov.br/)

EXCLUSIVIDADE MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Avaliação da Conformidade

Procurando algo?
O plug-in Adobe Flash Player não é mais compatível
Buscar

Pagina inicial (http://www.inmetro.gov.br/)
/ Qualidade (http://www.inmetro.gov.br/qualidade/) / Registro de objeto (../)
/ Consultar registros concedidos

Registro de Objeto Consultar registros concedidos

Detalhes do Registro 010668/2023

Status
Ativo

Concessão
27/10/2023

ESB INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA
Avenida Ministro Mário Andreza, 880 Cep:69075-830 | Distrito Industrial - Manaus - AM
Tel: (Telefone) (54) 99101-9119 - engenharia@esblight.com.br (mailto:engenharia@esblight.com.br) - CNPJ: (CNPJ)13.348.127/0001-48

Programa de Avaliação da Conformidade
Luminárias para Iluminação Pública Viária

Portaria Inmetro
nº (número) 62 de 17/02/2022

Nome de Família
Luminária Pública para iluminação viária Tecnologia LED CREE JR 5050 / IP67 / 102.000 Horas

Certificado
23101142

Pesquisar histórico de alterações

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição

EXCLUSIVIDADE MUNICÍPIO DE CAMPOS BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI240SV-5 URBAN V01	Potência 240 W / Fluxo Luminoso 38.640 lm / Eficiência Luminosa 161 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI180SV-5 URBAN V01	Potência 180 W / Fluxo Luminoso 28.620 lm / Eficiência Luminosa 159 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
22/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI200SV-5 URBAN V01	Potência 200 W / Fluxo Luminoso 31.200 lm / Eficiência Luminosa 156 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
22/11/2023	Incluido	ESB LIGHT	LPI220SV-5 URBAN V01	Potência 220 W / Fluxo Luminoso 35.640 lm / Eficiência Luminosa 162 lm/W / FP ≥0,98 / TCC 5000 K / Tensão de entrada 90-305Vac
10/11/2023	Excluido	ESB LIGHT	LPI URBAN V01 240-5	Potência 240 W / Fluxo Luminoso 38.640 lm / Eficiência Luminosa 161 lm/W / FP ≥0,98 / Tcc 5000 K

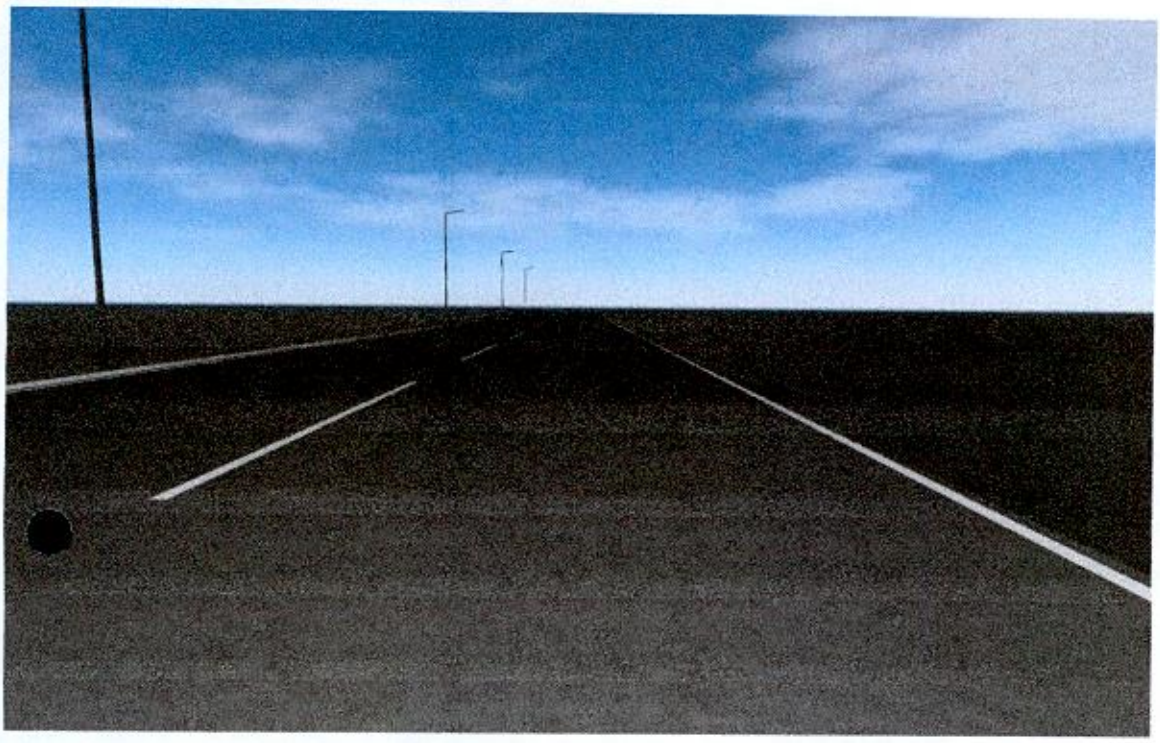
<< Voltar

Barra GovBr (http://www.gov.br/acessoainformacao/) (http://www.brasil.g

EXCLUSIVIDADE MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – PR – PREGÃO 05/2025

Data 31/03/2025

DIALux

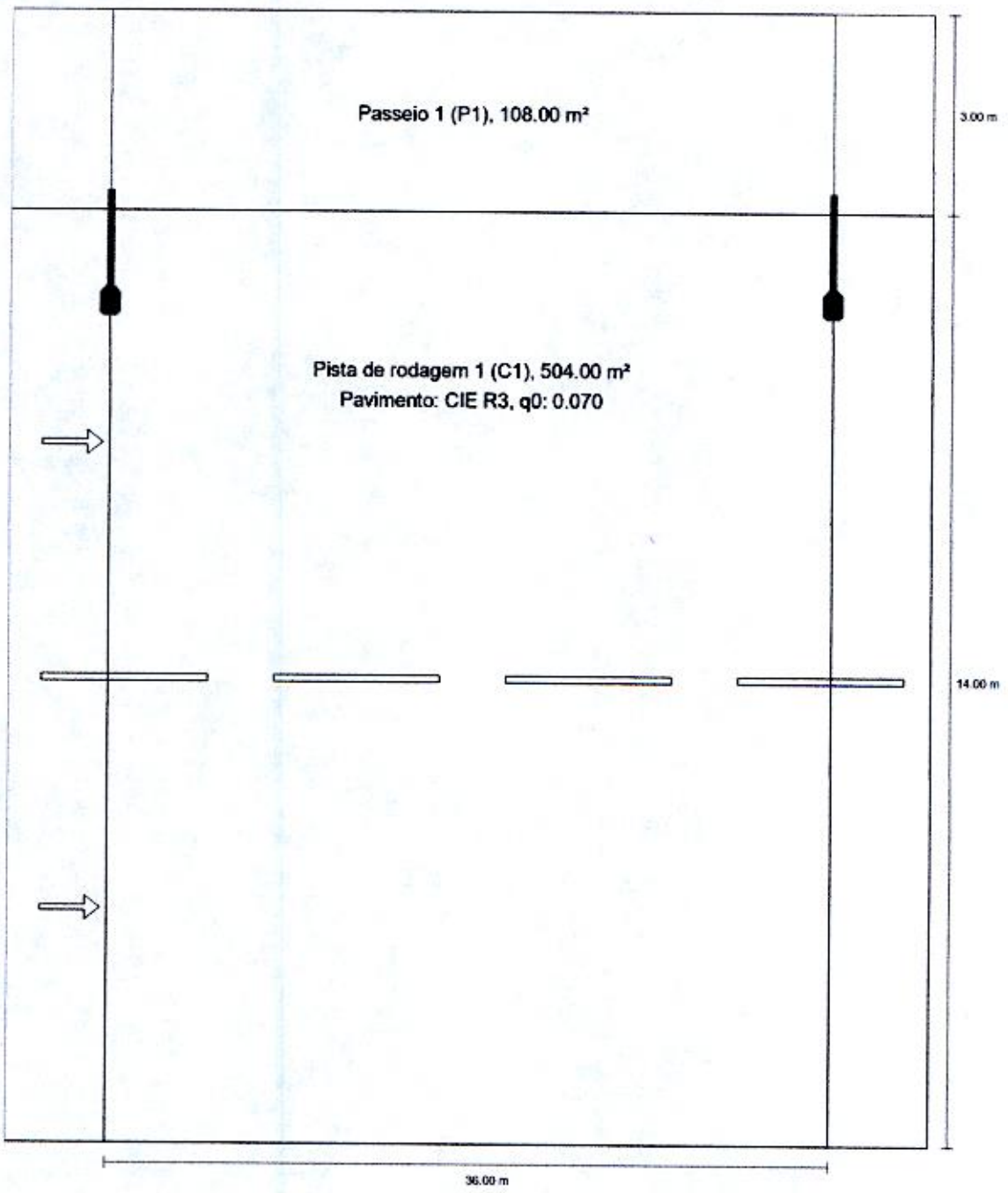


V1P1 - 200W

Created with DIALux

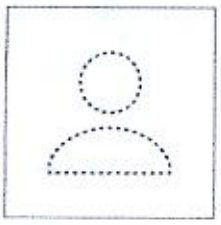
Rua 1 · Alternativa 1

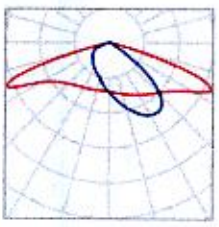
Resumo (em direcção EN 13201:2015)



Rua 1 · Alternativa 1

Resumo (em direcção EN 13201:2015)



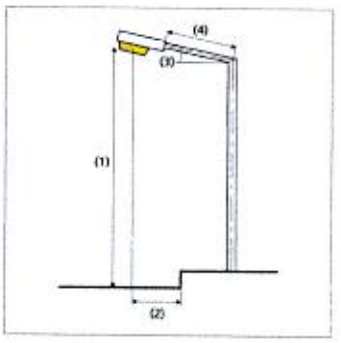


Fabricante	ESB LIGHT	**P**	195.3 W
N° do artigo	LUMINÁRIA LED	$\Phi_{Lâmpada}$	29580 lm
Nome do artigo	LPI200SV-4 URBAN V01	$\Phi_{Luminária}$	29580 lm
Equipagem	1x	η	100.00 %

Rua 1 · Alternativa 1

Resumo (em direcção EN 13201:2015)

LPI200SV-4 URBAN V01 (unilateral em cima)



Distância entre postes	36.000 m
(1) Altura de ponto de luz	9.000 m
(2) Saliência de ponto de luz	1.334 m
(3) Inclinação de braço extensor	10.0°
(4) Comprimento braço extensor	1.650 m
Horas de funcionamento anual	4000 h: 100.0 %, 195.3 W
Wattage / rota	5468.4 W/km
ULR / ULOR	0.01 / 0.01
Intensidades luminosas máx. Em todas as direcções que, em uma luminária correctamente instalada, formam o ângulo dado com as verticais inferiores.	≥ 70°: 585 cd/klm ≥ 80°: 103 cd/klm ≥ 90°: 7.28 cd/klm
Classe de potência luminosa Os valores de intensidade luminosa em [cd/klm] para o cálculo da classe de intensidade luminosa referem se ao fluxo luminoso das luminárias de acordo com EN 13201:2015.	G*2
Classe de índice de encandeamento	D.4
MF	0.80

Rua 1 · Alternativa 1

Resumo (em direcção EN 13201:2015)

Resultados para os campos de avaliação

Foi calculado com uma valor de manutenção 0.80 para a instalação.

	Tamanho	Calculado	Nominal
Passeio 1 (P1)	E_m (2)	21.33 lx	[20.00 - 30.00] lx
	E_{min} (2)	11.66 lx	≥ 4.00 lx
Pista de rodagem 1 (C1)	E_m	32.66 lx	≥ 30.00 lx
	U_o (2)	0.43	≥ 0.38

(2) Valor nominal alterado pelo planeador, em desvio à norma

Resultados para indicadores de eficiência energética

	Tamanho	Calculado	Consumo de Energia
Rua 1	D_p	0.010 W/lx*m²	–
LPI200SV-4 URBAN V01 (unilateral em cima)	D_e	1.3 kWh/m² yr	781.2 kWh/yr

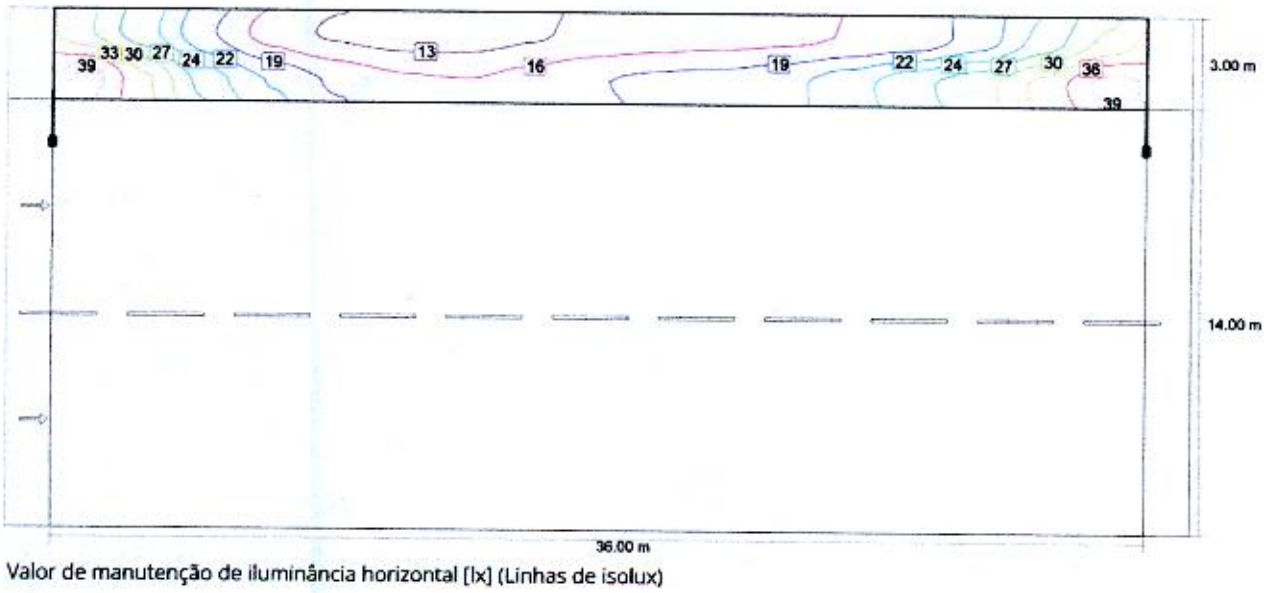
Rua 1 · Alternativa 1

Passeio 1 (P1)

Resultados para o campo de avaliação

	Tamanho	Calculado	Nominal
Passeio 1 (P1)	E_m (2)	21.33 lx	[20.00 - 30.00] lx
	E_{min} (2)	11.66 lx	≥ 4.00 lx

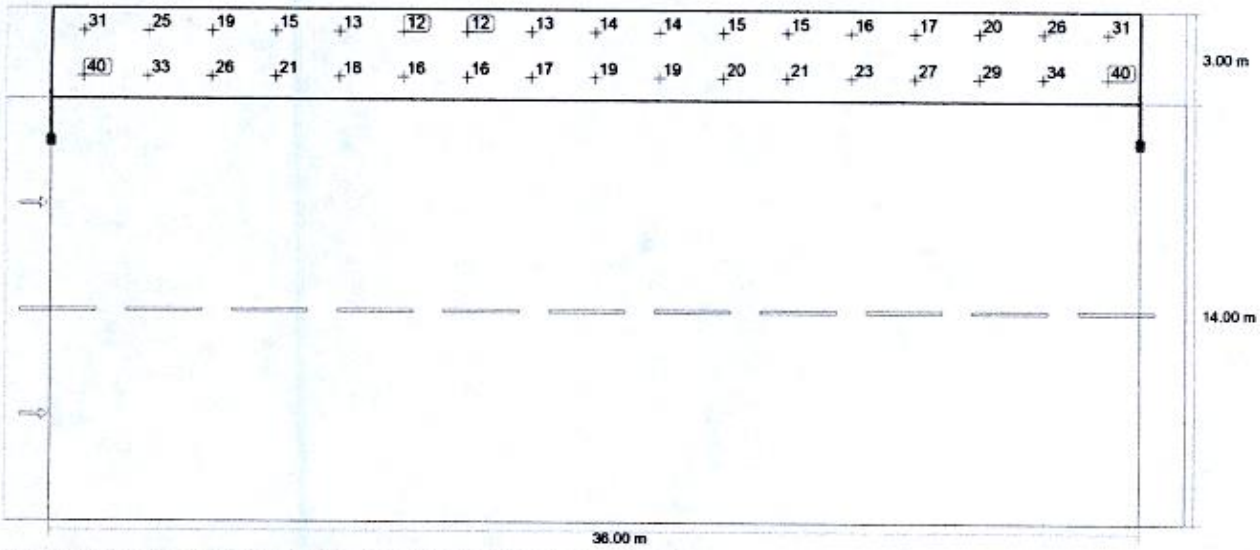
(2) Valor nominal alterado pelo planeador, em desvio à norma



Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Linhas de isolux)

Rua 1 · Alternativa 1

Passeio 1 (P1)



Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Grelha de valores)

m	1.059	3.176	5.294	7.412	9.529	11.647	13.765	15.882	18.000	20.118	22.235	24.353	26.471	28.588	30.706	32.824	34.941
16.250	30.76	25.30	18.83	14.50	12.57	11.66	11.75	12.76	13.76	14.48	14.90	15.28	16.10	17.05	20.21	25.66	30.77
14.750	39.88	33.08	25.58	21.19	18.18	16.38	16.01	16.98	18.56	19.36	19.78	20.99	23.41	26.52	29.24	33.93	39.92

Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Tabela de valores)

	E_m	E_{min}	E_{max}	U_o (g_1)	g_2
Valor de manutenção de iluminância horizontal	21.3 lx	11.7 lx	39.9 lx	0.55	0.29

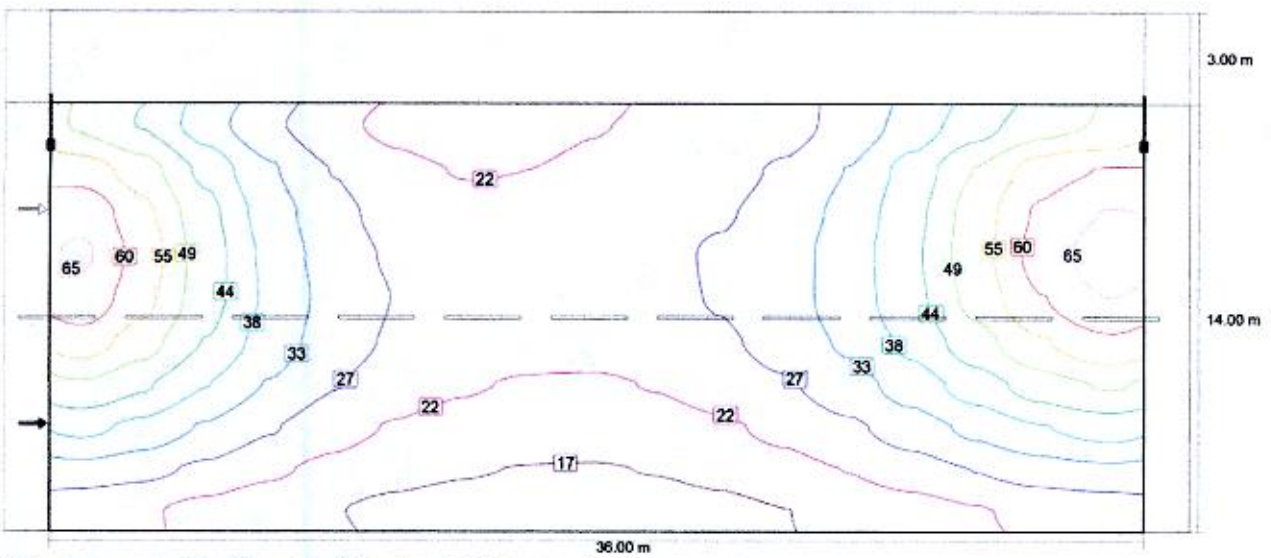
Rua 1 · Alternativa 1

Pista de rodagem 1 (C1)

Resultados para o campo de avaliação

	Tamanho	Calculado	Nominal
Pista de rodagem 1 (C1)	E_m	32.66 lx	≥ 30.00 lx
	U_o (2)	0.43	≥ 0.38

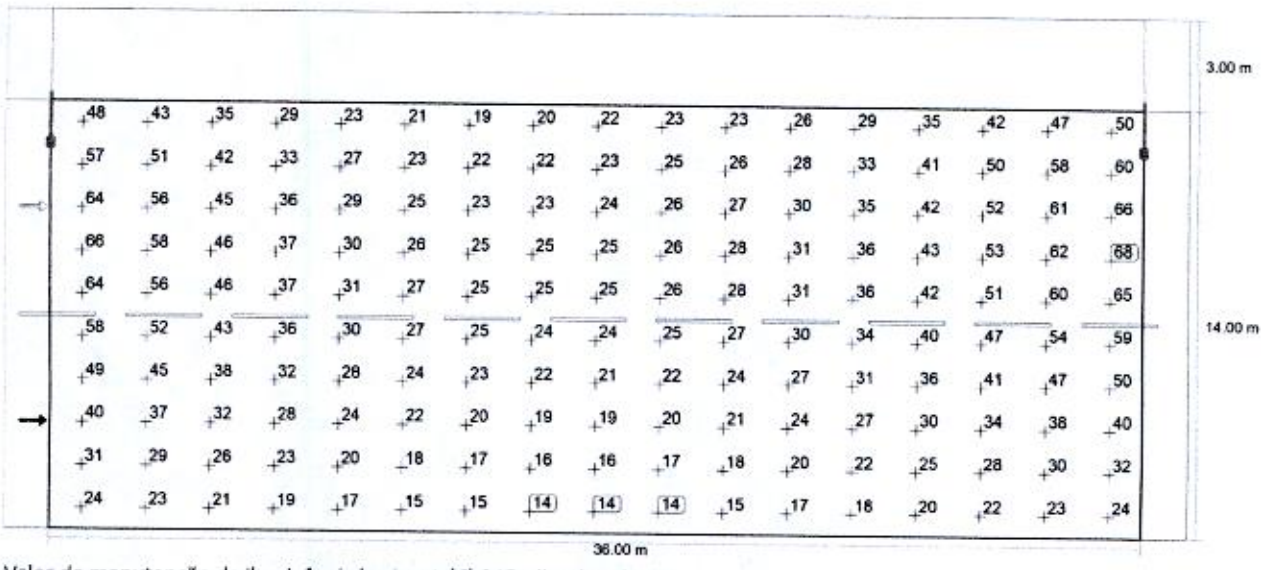
(2) Valor nominal alterado pelo planeador, em desvio à norma



Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Linhas de isolux)

Rua 1 · Alternativa 1

Pista de rodagem 1 (C1)



Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Grelha de valores)

m	1.059	3.176	5.294	7.412	9.529	11.647	13.765	15.882	18.000	20.118	22.235	24.353	26.471	28.588	30.706	32.824	34.941
13.300	48.30	43.34	35.27	28.52	23.49	20.57	19.45	20.03	21.75	22.67	23.41	25.51	29.42	35.34	41.76	47.20	49.64
11.900	57.27	51.35	42.01	33.26	27.11	23.38	21.78	22.05	23.42	24.59	25.66	28.22	33.14	40.57	49.58	57.54	60.22
10.500	63.76	55.82	45.25	35.63	29.14	25.19	23.44	23.44	24.35	25.60	26.96	29.67	34.72	42.37	52.04	61.06	65.62
9.100	66.05	57.68	46.46	36.77	30.35	26.50	24.82	24.51	24.95	26.28	28.03	30.76	35.61	43.05	52.58	62.30	68.07
7.700	63.66	56.19	46.13	37.24	31.00	27.20	25.28	24.70	24.93	25.99	27.90	30.81	35.51	42.40	51.11	59.89	65.43
6.300	57.52	51.66	43.41	35.89	30.22	26.56	24.54	23.65	23.69	24.59	26.60	29.56	33.90	39.86	47.14	54.25	58.78
4.900	48.84	44.63	38.43	32.49	27.69	24.48	22.64	21.66	21.48	22.37	24.26	26.90	30.65	35.57	41.17	46.51	49.77
3.500	39.85	36.90	32.41	27.95	24.21	21.57	19.93	19.07	18.90	19.63	21.22	23.53	26.55	30.28	34.38	38.15	40.44
2.100	31.32	29.37	26.38	23.20	20.48	18.46	17.18	16.48	16.33	16.93	18.18	20.04	22.29	24.90	27.75	30.26	31.74
0.700	23.77	22.62	20.75	18.69	16.83	15.41	14.52	13.94	13.97	14.32	15.33	16.59	18.19	19.92	21.71	23.25	24.05

Valor de manutenção de iluminância horizontal [lx] (Tabela de valores)

	E_m	E_{min}	E_{max}	U_o (g_1)	g_2
Valor de manutenção de iluminância horizontal	32.7 lx	13.9 lx	68.1 lx	0.43	0.20



AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com

AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no C.N.P.J. n.º 21.244.866/0001-18, com endereço a rua Celeste Muraro, 148,2º andar, Bairro Tocantins, Cidade de Toledo-PR, representada nesta ocasião por sua sócia: SIBELI ERMANTRAUT ANGELELI, brasileira, casada, empresária, inscrita no C.P.F. n.º 065.545.259-12, vem respeitosamente interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que habilitou a empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA no objeto da licitação de Concorrência Eletrônica 05/2025, referente à EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, com fundamento nos dispositivos legais aplicáveis e nos fatos a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do artigo 165, I da Lei nº 14.133/2021, o prazo para interposição de recurso é de **03 dias úteis** contados da ciência do ato impugnado. A publicação da decisão ocorreu em **02/04/2025**, sendo este recurso apresentado dentro do prazo legal.

II. DOS FATOS

O presente recurso tem como objetivo questionar a manutenção da empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA no certame, por conta de **duas infrações gravíssimas: descumprimento do prazo para anexação de documentos obrigatórios** e **oferta de proposta visivelmente inexequível**.



AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com

Conforme verificado nos registros da sessão:

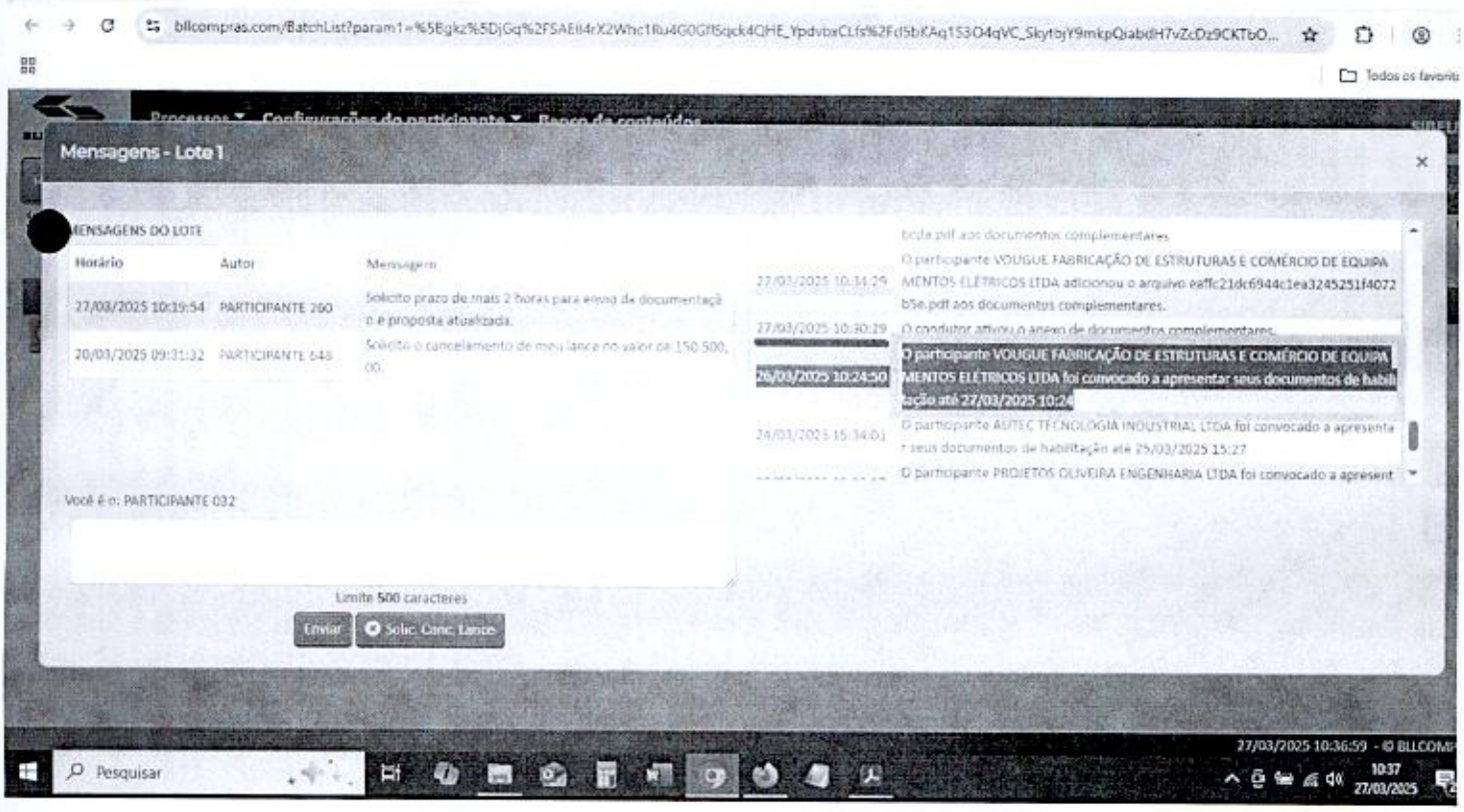
- O sistema fixou o prazo para anexação dos documentos de habilitação até as **10h24 do dia 27/03/2025**;
- Às **10h19min54s**, a empresa **solicitou prorrogação do prazo**, o que não foi formalmente deferido;
- Às **10h30min29s**, o condutor do processo **APENAS ATIVOU O MÓDULO DE ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS, SEM COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SEM ATO FORMAL DE PRORROGAÇÃO**;
- Às **10h34min29s, após o horário-limite já ter expirado**, a empresa procedeu à **anexação de diversos documentos**;
- Entre esses documentos, incluiu-se uma manifestação de exequibilidade **inócua e genérica, sem qualquer comprovação real de capacidade técnica ou econômica para execução contratual**.

II. DA GRAVIDADE DO DESCUMPRIMENTO DO PRAZO

A falha da empresa VOUGUE configura **descumprimento flagrante das regras editalícias e da legislação aplicável**, merecendo a **desclassificação imediata** da proposta apresentada.

Conforme podemos ver abaixo:

AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com



II.I. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório

A **vinculação ao edital** é um dos pilares do processo licitatório (art. 3º da Lei 8.666/93 e art. 5º da Lei 14.133/21), devendo a Administração Pública **respeitar rigorosamente os prazos e condições estabelecidos**, sob pena de **violação à legalidade e à isonomia**.

Ao permitir a anexação de documentos **após o prazo fatal**, a Comissão está **concedendo tratamento desigual a um dos licitantes**, em detrimento dos demais, comprometendo a lisura e a integridade do certame.

II.II. A inexistência de prorrogação formal

Não houve publicação, nem comunicação formal que conferisse à empresa qualquer **direito de prorrogação**.



AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com

A simples ativação do campo de anexação, sem ato expresso da autoridade competente, **não supre o dever legal de transparência e formalidade** exigido pela Lei de Licitações.

A jurisprudência dos tribunais de contas é clara ao afirmar que a prorrogação de prazos licitatórios deve ser **formal, pública e justificada**, sob pena de nulidade do ato administrativo.

III. DA PROPOSTA INEXEQUÍVEL

A proposta apresentada pela empresa VOUGUE (R$ 117.390,00) representa um **deságio superior a 38%** em relação ao valor estimado pela Administração (R$ 190.415,53), ensejando sérios indícios de inexequibilidade.

III.I. Requisitos legais para análise de exequibilidade

Nos termos do art. 48, II, da Lei 8.666/93 e art. 59 da Lei 14.133/21, é dever da Administração **inabilitar propostas que não demonstrem viabilidade técnica e econômica**.

Além disso, o §3º do art. 59 da nova Lei de Licitações é categórico:

"Considera-se inexequível a proposta que demonstrar a incapacidade do licitante de cumprir as obrigações do contrato, nos termos do edital, ou cuja execução acarrete prejuízo à própria empresa, revelando-se antieconômica."

No caso concreto, a empresa VOUGUE **não apresentou qualquer comprovação idônea** da viabilidade de sua proposta, limitando-se a **declarações genéricas**, sem documentação técnica (planilhas analíticas, composições de custos, contratos análogos, notas fiscais, etc.).

III.II. Risco de prejuízo à execução contratual

Ao admitir proposta nitidamente inexequível, a Administração corre o risco de:

- Ter o contrato descumprido por falta de capacidade operacional do contratado;

AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com

- Ser obrigada a **rescindir o contrato e iniciar novo procedimento**, com danos ao erário e à finalidade pública;
- Enfrentar judicializações por parte de terceiros prejudicados.

IV. DOS PRINCÍPIOS VIOLADOS

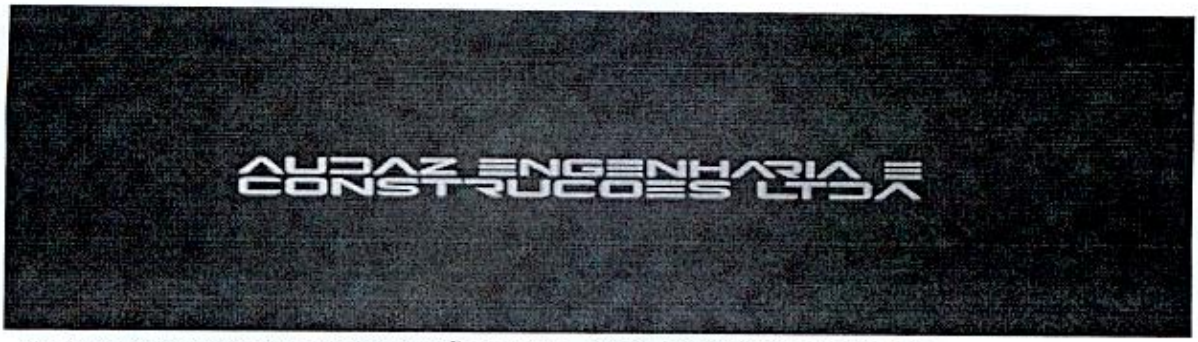
A conduta adotada viola frontalmente:

- O **princípio da legalidade** (art. 37, caput, da CF);
- O **princípio da isonomia**, ao favorecer um licitante em detrimento dos demais;
- O **princípio da moralidade**, ao permitir anexação extemporânea de documentos sem base legal;
- O **princípio da vinculação ao edital**, que exige cumprimento estrito dos prazos e regras estabelecidas.

V. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se, **com fundamento no art. 165 da Lei 14.133/21**, que:

1. **Seja reconhecida e declarada a desclassificação da empresa VOUGUE**, com base:
   - No **descumprimento do prazo** legal para anexação de documentos;
   - Na **inexistência de ato formal de prorrogação de prazo**;
   - Na **inexequibilidade da proposta apresentada**, por ausência de comprovação técnica e documental.
2. Que o presente recurso seja **encaminhado ao Departamento Jurídico** da entidade, para parecer técnico-jurídico sobre a legalidade do prosseguimento da empresa no certame;



AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.244.866/0001-18
R. Celeste Muraro, 148 - 2º andar - Tocantins, Toledo - PR, 85903-342
45 3277-5624 / 45 9 9958-2999; e-mail: licitacaoaudaz@gmail.com

3. Que o caso seja submetido à **autoridade superior** responsável, com vistas à eventual **anulação do ato que permitiu a anexação extemporânea** e a reavaliação da regularidade da fase de habilitação;

4. Que seja determinado, desde já, o **sobrestamento do julgamento definitivo da licitação**, até decisão conclusiva sobre o presente recurso.

VI. DA POSSIBILIDADE DE MEDIDAS JUDICIAIS

Por fim, adverte-se que a manutenção de licitante que violou regras básicas do certame e apresentou proposta sem lastro de exequibilidade poderá configurar **ato administrativo eivado de vício de legalidade**, o que enseja a adoção de medidas cabíveis na esfera judicial.

A parte recorrente **reserva-se expressamente no direito de impugnar judicialmente** eventual adjudicação ou homologação irregular do certame, inclusive por meio de **ação ordinária com pedido de liminar**, visando a **suspensão dos efeitos do certame e a preservação do interesse público e da legalidade administrativa**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Toledo-PR, 07 de abril de 2025.

AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:21244866000118

Assinado de forma digital por AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:21244866000118
Dados: 2025.04.07 09:56:08 -03'00'

Audaz Engenharia e Construções Ltda.

Sibeli Ermantraut Angeleli.

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

CONTRARRAZÕES

ILUSTRISSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Concorrência eletrônica: 05/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da pr-471, compreendendo o novo contorno de acesso ao município de três barras do paraná-pr, incluindo a rotatória.

VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ 10.738.123/0001-88, com sede na Linha Guaçú s/n na cidade de Toledo -PR, representado pelo seu sócio Sr. Diogo Rafael Gonçalves CPF 049.170.359-70, residente na Rua angela Zanela, 604 AP02 na cidade de Toledo PR. Vem, respeitosamente perante vossa senhoria, por meio deste interpor:

CONTRARRAZÕES AO RECUSRO ADMINISTRATIVO, interposto pela empresa AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA C.N.P.J. n.º 21.244.866/0001-18, ocasião que requer que a empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, apresente CONTRARRAZÕES, sobre sua habilitação.

Das razões alegadas

Trata-se de processo licitatório publicado pelo município de Três Barras – PR, que tornou publico o edital de licitação modalidade Concorrêcia 05/2025 pelo modo "disputa aberto" Contratação de empresa especializada para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da pr-47.

No dia, 20/03/2025 foi realizado o certame e a empresa recorrida ficou em 3º lugar no ranquim dos melhores preços, porém as empresas que ficaram em 1º e 2º lugar não atenderam ao edital e foram desclassificadas e no dia 26/03/2025 10:24:50 o pregoiro solicitou a recorrente o envio dos documentos de habilitação e proposta ajustada.

Das contrarrazões ao recurso :

A empresa AUDAX alega que a empresa VOUGUE, apresentou os documentos solicitados após o horário previamente estabelecido, no entanto, foi solicitado via sistema a prorrogação do prazo

27/03/2025 10:19:54	PARTICIPANTE 260	Solicito prazo de mais 2 horas para envio da documentação e proposta atualizada.

como não obteve resposta, foi ligado para o município e informado que precisaria de mais prazo, pois o sistema da BLL não estava permitindo anexar os documentos. Momento este que o pregoiro verificou que de fato não estava habilidado o envio da documentação no campo " documentos complementares" do sistema BLL e tão logo percebeu o erro, fez a correção no sistema.

27/03/2025 10:30:29	O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

Em seguida a empresa VOUGUE anexou os documentos os documentos.

27/03/2025 10:34:29	O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo eaffc21dc6944c1ea3245251f4072b5e.pdf aos documentos complementares.

Sendo dessa forma finalizado o envio dos documentos de Habilitação.

Quanto a alegação de que a proposta da recorrente é inexequível:

Preliminarmente, é imperioso destacar que, a licitação é um processo administravito, composto de atos ordenados e legalmente previstos, pelos quais a Administração Pública seleiona a proposta mais vantajosa.

Não de pode perder de vista que um preço pode ser inexequível para um licitante mas exequível para outro, uma vez que a condição de inexequibilidade depende, essencialmente, da capacidade do licitante executar satisfatóriamente o encargo pelo valor proposto.

As condições pessoais de cada licitante são determinantes para a aferição dessa condição, a exemplo da sua capacidade de negociação com fornecedores, economia de escala, regime tributório, custos logísticos, eventuais fontes de receitas alternativas, entre tantas outras.

> Ou seja, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executó-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade. As condições econômico-financeiras da Recorrente e da sua proposta não são parâmetros de exequibilidade.
>
> Vejamos abaixo a opinião do grande Doutrinador Marçal Justen Filho, sobre a desclassificação de uma proposta por suposta inexequibilidade:
>
> > "A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como EXCEÇÃO, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitórias".

Ainda, ao apresentar argumentos contrários à desclassificação por inexequibilidade, o autor descreve a distinção entre inexequibilidade absoluta (subjetiva) e relativa (objetiva):

> A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe õ Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse Ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administraçõo em receber proposta excessivamente vantajosa (...).

Seguindo nesta mesma linha, o Tribunal de Contas do Uniào - TCU, em recente entendimento aduz que a desclassificação por inexequibilidade de preços não se dará de forma sumária:

> *"A* desclassificaçõo por inexequibilidade não se dará de *forma* sumária, *em todos os* casos *será oportunizado ao licitante á comprovoção da* exequibilidade *do* preço ofertado, *considerando* aquele praticado no mercado". (TCU — Plenório — Acórdõo 1695/2019j.

No entanto a empresa VOUGUE atendeu as exigêcias da comissão de licitação, apresentou declaração coforme solicitado.

28/03/2025 10:22:00	a) Documento contendo as Caracteristicas Técnicas do Equipamento (luminárias) - Ficha Técnica das Luminárias e postes e super postes - (catálogo ou similar);b) Carta de Garantia das Luminárias Emiti da pelo fabricante;c) Estudo Luminotécnico de conformidade à NBR 5101/2018, elaborado no DIALu x;d) Certificado de Conformidade e Registro no INMETRO das luminárias de LED;e) Comprovante ou Declaração de Exequibilidade da proposta apresentada.

Art. 59 da Lei 14.133/2021

§ 2o A Administração **poderá** realizar diligências para aferir a exequibilidade

das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* deste artigo.

Nesses termos, pede deferimento.

Toledo, 09 de abril de 2025.

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.04.09 09:59:57 -03'00'

DIOGO RAFAEL GONÇALVES
CPF: 049.170.359-70

ENGENHARIA
VOUGUE
ELÉTRICA E TELECOM

CONTRARRAZÕES

ILUSTRISSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Concorrência eletrônica: 05/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da pr-471, compreendendo o novo contorno de acesso ao município de três barras do paraná-pr, incluindo a rotatória.

VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ 10.738.123/0001-88, com sede na Linha Guaçú s/n na cidade de Toledo -PR, representado pelo seu sócio Sr. Diogo Rafael Gonçalves CPF 049.170.359-70, residente na Rua angela Zanela, 604 AP02 na cidade de Toledo PR. Vem, respeitosamente perante vossa senhoria, por meio deste interpor:

CONTRARRAZÕES AO RECUSRO ADMINISTRATIVO, interposto pela empresa AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA C.N.P.J. n.º 21.244.866/0001-18, ocasião que requer que a empresa VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, apresente CONTRARRAZÕES, sobre sua habilitação.

Das razões alegadas

Trata-se de processo licitatório publicado pelo município de Três Barras – PR, que tornou publico o edital de licitação modalidade Concorrêcia 05/2025 pelo modo "disputa aberto" Contratação de empresa especializada para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da pr-47.

No dia, 20/03/2025 foi realizado o certame e a empresa recorrida ficou em 3º lugar no ranquim dos melhores preços, porém as empresas que ficaram em 1º e 2º lugar não atenderam ao edital e foram desclassificadas e no dia 26/03/2025 10:24:50 o pregoiro solicitou a recorrente o envio dos documentos de habilitação e proposta ajustada.

Das contrarrazões ao recurso :

A empresa AUDAX alega que a empresa VOUGUE, apresentou os documentos solicitados após o horário previamente estabelecido, no entanto, foi solicitado via sistema a prorrogação do prazo

27/03/2025 10:19:54	PARTICIPANTE 260	Solicito prazo de mais 2 horas para envio da documentação e proposta atualizada.

como não obteve resposta, foi ligado para o município e informado que precisaria de mais prazo, pois o sistema da BLL não estava permitindo anexar os documentos. Momento este que o pregoiro verificou que de fato não estava habilidado o envio da documentação no campo " documentos complementares" do sistema BLL e tão logo percebeu o erro, fez a correção no sistema.

27/03/2025 10:30:29	O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

Em seguida a empresa VOUGUE anexou os documentos os documentos.

27/03/2025 10:34:29	O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo eaffc21dc6944c1ea3245251f4072b5e.pdf aos documentos complementares.

Sendo dessa forma finalizado o envio dos documentos de Habilitação.

Quanto a alegação de que a proposta da recorrente é inexequível:

Preliminarmente, é imperioso destacar que, a licitação é um processo administravito, composto de atos ordenados e legalmente previstos, pelos quais a Administração Pública seleiona a proposta mais vantajosa.

Não de pode perder de vista que um preço pode ser inexequível para um licitante mas exequível para outro, uma vez que a condição de inexequibilidade depende, essencialmente, da capacidade do licitante executar satisfatóriamente o encargo pelo valor proposto.

As condições pessoais de cada licitante são determinantes para a aferição dessa condição, a exemplo da sua capacidade de negociação com fornecedores, economia de escala, regime tributório, custos logísticos, eventuais fontes de receitas alternativas, entre tantas outras.

> Ou seja, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executó-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade. As condições econômico-financeiras da Recorrente e da sua proposta não são parâmetros de exequibilidade.
>
> Vejamos abaixo a opinião do grande Doutrinador Marçal Justen Filho, sobre a desclassificação de uma proposta por suposta inexequibilidade:
>
> > "A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como EXCEÇÃO, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitórias".

Ainda, ao apresentar argumentos contrários à desclassificação por inexequibilidade, o autor descreve a distinção entre inexequibilidade absoluta (subjetiva) e relativa (objetiva):

> A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe õ Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse Ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administraçõo em receber proposta excessivamente vantajosa (...).

Seguindo nesta mesma linha, o Tribunal de Contas do Uniào - TCU, em recente entendimento aduz que a desclassificação por inexequibilidade de preços não se dará de forma sumária:

> *"A* desclassificaçõo por inexequibilidade não se dará de *forma* sumária, *em todos os* casos *será oportunizado ao licitante á comprovoçõo da* exequibilidade *do* preço ofertado, *considerando* aquele praticado no mercado". (TCU — Plenório — Acórdõo 1695/2019j.

No entanto a empresa VOUGUE atendeu as exigêcias da comissão de licitação, apresentou declaração coforme solicitado.

28/03/2025 10:22:00	a) Documento contendo as Características Técnicas do Equipamento (luminárias) - Ficha Técnica das Luminárias e postes e super postes - (catálogo ou similar);b) Carta de Garantia das Luminárias Emiti da pelo fabricante;c) Estudo Luminotécnico de conformidade à NBR 5101/2018, elaborado no DIALu x;d) Certificado de Conformidade e Registro no INMETRO das luminárias de LED;e) Comprovante ou Declaração de Exequibilidade da proposta apresentada.

Art. 59 da Lei 14.133/2021

> § 2o A Administração **poderá** realizar diligências para aferir a exequibilidade

das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* deste artigo.

Nesses termos, pede deferimento.

Toledo, 09 de abril de 2025.

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.04.09 09:59:57 -03'00'

DIOGO RAFAEL GONÇALVES
CPF: 049.170.359-70

Três Barras do Paraná, 14 de abril de 2025

Julgamento Recurso Concorrência Eletrônica N° 05/2025
Processo Administrativo N° 15/2025

RECORRENTE: AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ N° 21.244.866/0001-18
RECORRIDO: VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA - CNPJ N° 10.738.123/0001-88

I - DO RELATÓRIO

a) Do Recurso apresentado pela empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda

A empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda. apresentou recurso administrativo contra a habilitação da empresa Vogue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda no âmbito da Concorrência Eletrônica N° 05/2025, que tem como objeto a execução de projeto de iluminação ornamental no novo contorno de acesso ao município de Três Barras do Paraná. O recurso foi apresentado tempestivamente, dentro do prazo legal de três dias úteis, conforme previsto no Artigo 165, inciso I, da Lei N° 14.133/2021.

No mérito, a empresa recorrente alega duas irregularidades graves cometidas pela concorrente Vogue: a primeira refere-se ao descumprimento do prazo para anexação dos documentos de habilitação, e a segunda à apresentação de proposta considerada inexequível. Segundo a Audaz, o sistema fixou como limite para anexação dos documentos o horário das 10h24 do dia 27/03/2025. Entretanto, a empresa Vogue apenas inseriu seus documentos após esse horário, sem que houvesse ato formal de prorrogação por parte da autoridade competente ou comunicação pública autorizando tal extensão de prazo.

A Audaz argumenta que a simples ativação do módulo de anexação de documentos pelo condutor do processo, ocorrida após o término do prazo estipulado, não supre o requisito legal de formalidade exigido para prorrogações. Tal procedimento, segundo a recorrente, fere os princípios da legalidade, isonomia, moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a lisura e transparência do certame. A ausência de ato administrativo formal autorizando a prorrogação do prazo é, na visão da empresa, suficiente para invalidar a habilitação da concorrente.

Além disso, o recurso aponta que a proposta apresentada pela empresa Vogue, no valor de R$ 117.390,00, representa um deságio superior a 38% em relação ao valor estimado pela

Administração (R$ 190.415,53), o que, segundo a recorrente, indicaria inexequibilidade. A Audaz sustenta que a empresa não apresentou qualquer comprovação concreta da viabilidade da proposta, como planilhas de composição de custos, notas fiscais ou contratos semelhantes. Limitou-se, segundo o recurso, a uma declaração genérica de exequibilidade, sem respaldo técnico ou econômico.

Diante dos argumentos apresentados, a Audaz solicita a desclassificação da empresa Vogue, com base na intempestividade da documentação e na inexequibilidade da proposta.

Requer ainda o encaminhamento do recurso ao setor jurídico para emissão de parecer técnico, além da suspensão do julgamento definitivo da licitação até decisão final sobre o recurso.

Por fim, a empresa ressalta que poderá recorrer à via judicial caso as irregularidades apontadas não sejam sanadas, visando garantir a legalidade do procedimento licitatório.

b) Das Contrarrazões da empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda

A empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ N° 10.738.123/0001-88, apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda, no âmbito da Concorrência Eletrônica N° 05/2025, promovida pelo Município de Três Barras do Paraná. O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para execução do projeto de iluminação ornamental no trecho da PR-471, incluindo a rotatória de acesso ao município.

No recurso, a empresa Audaz questiona a habilitação da Vougue, alegando que a mesma teria enviado a documentação fora do prazo estabelecido pelo edital. Em resposta, a Vougue esclarece que solicitou, via sistema, a prorrogação de duas horas para o envio dos documentos e da proposta ajustada, pois o sistema BLL apresentava falhas que impediam o anexo dos arquivos. Diante disso, entrou em contato com o município e comunicou o problema, o que levou o pregoeiro a verificar e confirmar que o campo para envio de documentos complementares não estava habilitado. O erro foi corrigido pelo pregoeiro às 10h30min29s do dia 27/03/2025, e a empresa realizou o envio dos documentos às 10h34min29s do mesmo dia. Dessa forma, a Vougue sustenta que agiu de forma diligente, e que não pode ser penalizada por falha técnica do sistema.

Quanto à alegação de inexequibilidade da proposta, a Vougue argumenta que a avaliação da exequibilidade deve considerar as condições particulares de cada licitante, como a capacidade de negociação com fornecedores, regime tributário, economia de escala, entre outros fatores empresariais. A empresa enfatiza que o simples fato de uma proposta parecer inexequível para

uma concorrente não significa que ela o seja para o licitante vencedor. Também destaca o entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo o qual a desclassificação por inexequibilidade não pode ser sumária e deve sempre permitir ao licitante a demonstração da viabilidade da proposta.

Por fim, a Vougue informa que atendeu a todas as exigências da comissão de licitação, inclusive apresentando a declaração de exequibilidade solicitada. Fundamenta-se no §2º do artigo 59 da Lei Nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a realizar diligências e solicitar comprovação da viabilidade das propostas apresentadas.

Diante do exposto, a Vougue requer o indeferimento do recurso da empresa Audaz Engenharia, afirmando que sua habilitação foi legítima e que sua proposta é plenamente exequível.

II - DOS FUNDAMENTOS

Após análise do recurso administrativo interposto pela empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda, e das respectivas contrarrazões apresentadas pela empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda, passa-se ao julgamento com base nos elementos constantes nos autos do processo licitatório.

Inicialmente, quanto à alegação de que a empresa Vougue teria encaminhado a documentação de habilitação fora do prazo, cumpre esclarecer que, no dia 27/03/2025, às 10h19min54s, a empresa solicitou por meio do sistema a prorrogação de duas horas para envio dos documentos, tendo em vista falha técnica da plataforma BLL, que não permitia o anexo no campo de "documentos complementares". Essa falha foi confirmada pela pregoeira, que prontamente efetuou a correção no sistema às 10h30min29s, momento em que liberou o campo correspondente.

Considerando a atuação diligente da pregoeira e a pronta solicitação da empresa recorrida antes do fim do prazo, reconhece-se que houve **aceitação tácita do pedido de prorrogação**, com a liberação do sistema e consequente envio da documentação apenas 4 minutos depois (às 10h34min29s). Assim, não há que se falar em descumprimento do prazo de habilitação, especialmente diante da falha no sistema e da solução tempestiva adotada pela Administração.

No tocante ao argumento econômico, destaca-se que a proposta da empresa Vougue foi no valor de **R$ 117.390,00**, enquanto a da recorrente Audaz Engenharia totalizou **R$ 149.499,09**. A diferença de **R$ 32.109,09** revela-se significativa e impacta diretamente no princípio da

economicidade, o qual orienta que a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta seja exequível.

Nesse sentido, impedir a contratação da empresa melhor classificada em razão de um atraso justificado de 10 minutos causado por falha do próprio sistema não se mostra razoável, tampouco proporcional. A eventual aceitação do recurso resultaria em prejuízo ao interesse público, com acréscimo injustificado de mais de 27% no custo da contratação.

Quanto à suposta inexequibilidade da proposta da empresa Vougue, alegada pela recorrente, importa destacar que este tipo de avaliação não pode ser feito com base meramente comparativa entre empresas concorrentes, desta forma, a desclassificação por inexequibilidade deve ser excepcional e precedida de diligência.

De fato, diligência foi realizada e, na oportunidade, a empresa Vougue apresentou declaração formal, comprometendo-se com o cumprimento do contrato nos valores propostos. A comissão de licitação considerou as justificativas plausíveis e suficientes, não tendo identificado qualquer impedimento técnico, econômico ou legal à execução do objeto contratado por aquele valor.

Ainda, conforme o §2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, a Administração tem a prerrogativa de solicitar comprovação da exequibilidade, o que foi atendido no caso em tela. O fato de uma empresa não conseguir executar a obra por determinado valor não significa que outra não possa fazê-lo, especialmente considerando particularidades como estrutura de custos, logística, regime tributário, margens operacionais e estratégias comerciais.

Portanto, a simples alegação da recorrente, desacompanhada de prova objetiva de inexecução ou risco concreto de inadimplência contratual, não pode justificar a exclusão da proposta mais vantajosa. Trata-se de avaliação subjetiva que não encontra respaldo nos autos e que, se acolhida, importaria em afronta ao princípio da isonomia e ao dever de seleção da proposta mais vantajosa.

Acrescente-se ainda que, em observância aos princípios da legalidade, razoabilidade, economicidade, eficiência e do interesse público, não se justifica a reforma da decisão da comissão de licitação, que atuou com prudência e respaldo normativo ao admitir a habilitação da empresa Vougue.

Em atenção ao pedido formulado pela empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda, no sentido de que o recurso interposto seja submetido à análise do Departamento Jurídico da entidade, para emissão de parecer técnico-jurídico sobre a legalidade do prosseguimento da

empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda no certame, cumpre prestar os seguintes esclarecimentos.

Nos termos da Lei N° 14.133/2021, a competência para o processamento e julgamento dos atos do procedimento licitatório é atribuída ao Agente de Contratação, que atua de forma autônoma e responsável pelas decisões relacionadas ao certame, inclusive quanto à análise e julgamento de recursos administrativos.

No processo em análise, todos os fatos alegados foram minuciosamente avaliados, inclusive com a devida abertura para apresentação de contrarrazões e a realização de diligência quanto à exequibilidade da proposta da empresa recorrida. A questão envolve interpretação fática e técnica do edital, do sistema utilizado (BLL), e da regularidade do envio documental, aspectos que são de competência do Agente de Contratação, conforme disposto na legislação.

Destaca-se, ainda, que a solicitação genérica de envio ao Departamento Jurídico, sem a demonstração de vício jurídico relevante ou dúvida substancial, poderia gerar atrasos indevidos e comprometer a celeridade e eficiência do certame, o que contraria os princípios da legalidade, eficiência e razoável duração do processo.

Em resposta à manifestação final apresentada pela empresa recorrente, que adverte sobre a possibilidade de adoção de medidas judiciais em razão da manutenção da empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda no certame, cumpre esclarecer o seguinte:

É necessário deixar claro que este tipo de alegação não possui qualquer efeito sobre o julgamento do recurso, tampouco altera os critérios técnicos, legais e objetivos que norteiam o procedimento licitatório. O rito processual segue conforme disposto na Lei N° 14.133/2021, que confere ao Agente de Contratação a competência exclusiva para o julgamento das fases da licitação, inclusive dos recursos administrativos.

A tentativa da recorrente de exercer pressão sobre a Administração por meio de ajuizamento de ações judiciais, não se sobrepõe à legalidade, à soberania dos atos administrativos e à autonomia da autoridade competente para decidir. A licitação está sendo conduzida com total observância aos princípios da isonomia, da legalidade, da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Cabe ressaltar que o direito de recorrer ao Poder Judiciário é garantido constitucionalmente e pode ser exercido por qualquer interessado, sem necessidade de prévia advertência ou condicionamento da decisão administrativa. Todavia, a simples menção a eventual

judicialização não confere razão à parte recorrente, nem constitui argumento técnico ou jurídico hábil a modificar os fatos analisados e as conclusões adotadas por esta autoridade.

A Administração reafirma seu compromisso com a seriedade, impessoalidade e legalidade do processo licitatório, **não se curvando a pressões externas, ameaças veladas ou estratégias de intimidação**. O processo será conduzido até sua conclusão com base em provas documentais, diligências realizadas e na legislação vigente, e não por receios infundados de eventual ação judicial.

Dessa forma, **registra-se que a manifestação final da empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda é recebida apenas como opinião da parte**, sem qualquer valor vinculativo ou influência sobre a decisão final deste julgamento.

III - DO JULGAMENTO

Após análise detalhada dos autos, da manifestação recursal apresentada pela empresa Audaz Engenharia e Construções Ltda e das contrarrazões devidamente apresentadas pela empresa Vougue Fabricação de Estruturas e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda, julgo **IMPROCEDENTE** o Recurso Administrativo, nos seguintes termos:

a) **Improcedência do pedido de inabilitação da empresa recorrida pelo suposto atraso no envio dos documentos de habilitação**, uma vez que foi constatado que a dilatação de prazo foi formalmente solicitada dentro do tempo previsto, e houve aceitação tácita por parte da Agente de Contratação quando da liberação do sistema e da posterior disponibilização do campo para envio dos documentos complementares;
b) **Improcedência do pedido de inabilitação com base na alegada inexequibilidade da proposta da empresa recorrida**, visto que foram realizadas diligências formais, conforme permitido pela Lei N° 14.133/2021, nas quais a empresa comprovou sua capacidade de execução dentro dos valores propostos. As justificativas apresentadas foram acolhidas pela Administração, não havendo elementos objetivos que indiquem risco à execução contratual;
c) **Improcedência do pedido de encaminhamento do recurso ao Departamento Jurídico**, uma vez que a legislação vigente, especialmente a Lei N° 14.133/2021, confere à Agente de Contratação a competência exclusiva para o julgamento dos recursos administrativos no âmbito do certame, não havendo, neste caso, necessidade de manifestação jurídica complementar.

Por fim, considerando a regularidade dos atos praticados até o momento e a necessidade de assegurar a legalidade e a continuidade do procedimento licitatório, **encaminham-se os autos à autoridade superior para análise e deliberação** quanto ao prosseguimento do certame, conforme dispõe o artigo 71 da Lei N° 14.133/2021.

Publique-se.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL

DE: GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

DECISÃO DE RECURSO

Concorrência Eletrônica Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 015/2025

CONSIDERANDO o encerramento das fases de julgamento e habilitação e, o requerimento da empresa Recorrente AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA a esta autoridade superior, analisando os autos, recurso, contrarrazões e julgamento, decido, pela manutenção do julgamento proferido pela Comissão de Contratação, **mantendo-a irreformável em sua totalidade**, devendo os itens serem adjudicados e homologados para a empresa **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**, nos termos do Artigo 71, inciso IV da Lei Nº 14.133/2021.

Publique-se

Intimem-se.

Junte-se aos autos.

Três Barras do Paraná, 14 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PARTICIPANTES E CLASSIFICAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LICITANTES

Razão Social: SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA — **Doc:** 78.794.427/0001-04
Email: solarlicitacoes.eng@gmail.com — **Tel1:** (4) 132845312 — **Tel2:** () — **Cel:** ()
Repres. Legal: NERI GUILHERME VIEIRA — **Doc:** 218.593.029-04
Email: solarlicitacoes.eng@gmail.com — **Tel1:** (4) 133763539 — **Tel2:** () — **Cel:** ()

Razão Social: AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA — **Doc:** 20.233.756/0001-98
Email: elieber_tecnicogd@hotmail.com — **Tel1:** (6) 599734360 — **Tel2:** (6) 592888040 — **Cel:** (65) 999734360
Repres. Legal: ELIEBER GODOI PINHEIRO — **Doc:** 051.415.511-64
Email: elieber_tecnicogd@hotmail.com — **Tel1:** (6) 599734360 — **Tel2:** () — **Cel:** (65) 999734360

Razão Social: PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA — **Doc:** 50.378.337/0001-05
Email: projetosoliveira.engenharia@hotmail.com — **Tel1:** (1) 497527050 — **Tel2:** () — **Cel:** (14) 997527050
Repres. Legal: ADALBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA — **Doc:** 170.354.968-66
Email: betolins_2006@hotmail.com — **Tel1:** (1) 497527050 — **Tel2:** () — **Cel:** (14) 997527050

Razão Social: CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS — **Doc:** 13.151.289/0001-91
Email: adm@equipeluz.com.br — **Tel1:** (4) 533240731 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 999053337
Repres. Legal: CLAUDINEIA MARIA FERREIRA LONIEN — **Doc:** 042.458.109-47
Email: adm@equipeluz.com — **Tel1:** (4) 598138454 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 998138454

Razão Social: JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA — **Doc:** 20.066.677/0001-30
Email: consultorialicitatoria7@gmail.com — **Tel1:** (2) 186104870 — **Tel2:** (2) 186104870 — **Cel:** (21) 986104870
Repres. Legal: JUNIOR DUARTE DOS SANTOS — **Doc:** 013.128.290-52
Email: vga.construcoes@yahoo.com — **Tel1:** (5) 599150438 — **Tel2:** (5) 596314027 — **Cel:** (55) 999150438

Razão Social: VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA — **Doc:** 10.738.123/0001-88
Email: consultor@vougue.com.br — **Tel1:** (4) 530546808 — **Tel2:** (4) 530545453 — **Cel:** (45) 991095923
Repres. Legal: JOSE LUIZ WUADEN — **Doc:** 042.897.299-32
Email: consultor@vougue.com.br — **Tel1:** (4) 530546808 — **Tel2:** (45) 991095923 — **Cel:** ()

Razão Social: AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA — **Doc:** 21.244.866/0001-18
Email: licitacaoaudaz@gmail.com — **Tel1:** (4) 599345815 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 999582999
Repres. Legal: SIBELI ERMANTRAUT ANGELELI — **Doc:** 065.545.259-12
Email: licitacaoaudaz@gmail.com — **Tel1:** (4) 598224041 — **Tel2:** () — **Cel:** (45) 998224041

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

ITENS E PROPOSTAS

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 190.415,53

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

Autor	Marca/Modelo	Valor
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA	Obra	190.000,00
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	Obra	190.415,53
AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Obra	190.415,53
VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	Obra	190.400,00
CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS	Obra	190.415,53
JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA	Obra	190.415,53
SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	Obra	190.415,53

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00		Sim
2 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
3 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
4 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
5 CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,1054	Sim

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025.

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

1º LUGAR – VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ Nº 10.738.123/0001-88 – R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais).

2º LUGAR – AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 21.244.866/0001-18 – **R$** 149.499,99 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove mil e noventa e nove reais).

3º LUGAR - SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA – CNPJ Nº 20.066.677/0001-30 – R$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais)

4º LUGAR - JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA – CNPJ Nº 23.848.834/0001-57– R$ 152.332,42 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e dois reais)

5º LUGAR - CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS – CNPJ Nº 41.382.624/0001-06– R$ 190.415,53 (cento e noventa mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS

- **NÃO HOUVE.**

EMPRESAS INABILITADAS

- PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA – CNPJ Nº 50.378.337/0001-05 - **R$ 94.900,00** (noventa e quatro mil e novecentos reais).

- AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA - **CNPJ N° 20.233.756/0001-98 - R$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais).

Três Barras do Paraná, **15 de abril de 2025.**

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

MOVIMENTOS DO PROCESSO

11/03/2025 10:56:12 **CADASTRO DE PROPOSTA** PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA

11/03/2025 11:40:30 **CADASTRO DE PROPOSTA** AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

14/03/2025 15:27:46 **CADASTRO DE PROPOSTA** VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE

14/03/2025 17:23:48 **CADASTRO DE PROPOSTA** CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS

17/03/2025 14:36:35 **CADASTRO DE PROPOSTA** JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA

18/03/2025 09:32:23 **CADASTRO DE PROPOSTA** AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA

18/03/2025 13:39:42 **CADASTRO DE PROPOSTA** SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

20/03/2025 09:09:13 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
bom dia, pedimos desculpe pelo atraso

20/03/2025 09:10:36 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
o sistema está apresentando instabilidade, caso alguém tenha dificuldade em dar lances por gentileza nos informem pelo whats (45)98824-6760

20/03/2025 10:02:17 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 21/03/2025 10:01

24/03/2025 15:34:01 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/03/2025 15:27

26/03/2025 10:24:50 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 27/03/2025 10:24

27/03/2025 10:30:29 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

27/03/2025 10:34:29 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo eaffc21dc6944c1ea3245251f4072b5e.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:30 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 8d8e0d62befa4fe4a6e6f87c3a02bcda.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:31 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 15c92467942a4d2a9bf8fafe0d9e5f7e.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:31 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 364497e5162e4d15ab354f7aa21ef0d1.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:32 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo ac1b7854a05c4c0baa725a0313ca0ebd.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:33 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 2b8d16c8332b49ff8839539b872b5c98.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:34 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 482c2627358e478db5a167ea90e709df.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:35 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 1ad03e89e457486ba12a8dda1422bef8.pdf aos documentos complementares.

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

27/03/2025 10:34:36 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 312ddc6c33bb49e4901fd667b514aee4.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:36 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 58b4f371ebfc49b9af8045f8ff94ee28.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:37 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo dc788476e1f9412384bf28ecda7e25d5.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:37 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo e41e3ca46dac414a8684b92efffdf241.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:38 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 541bb757130e4f159f7a0c04d79220bd.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:39 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 999cc66772c1432fa1c65f68f971cc67.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:39 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 97a1eb7786bf4abfa71848bf9e848ecc.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:40 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 1cba3f4d76de4dffb61328283ee644bd.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:40 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo c023ea43389842a6a7fe54902d8c5df0.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:41 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 8f100dbda266425f9c06fc25ef4ef0ca.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:41 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo a6155263abb74545aaa73c13bf78a6b5.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:43 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 7bcf4e49610043c891c869a91008f7cf.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:44 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo b04eab1506054d8e87d3e921d147d7fc.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:44 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 274dbaacf0244b20b54b719859a6ccd8.pdf aos documentos complementares.

27/03/2025 10:34:45 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 2d6d1b498dd34730ae888f2272419fee.pdf aos documentos complementares.

28/03/2025 10:21:04 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O condutor do processo disponibilizou um documento para o participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

28/03/2025 10:21:49 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CONSIDERANDO a avaliação dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação no uso de suas atribuições, requer a apresentação de documentação complementar em sede de diligências a fim de verificar a melhor proposta ofertada, sendo:

28/03/2025 10:22:00 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
a) Documento contendo as Características Técnicas do Equipamento (luminárias) - Ficha Técnica das Luminárias e postes e super postes - (catálogo ou similar);
b) Carta de Garantia das Luminárias Emitida pelo fabricante;
c) Estudo Luminotécnico de conformidade à NBR 5101/2018, elaborado no DIALux;
d) Certificado de Conformidade e Registro no INMETRO das luminárias de LED;
e) Comprovante ou Declaração de Exequibilidade da proposta apresentada.

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

28/03/2025 10:22:10 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Posto isto, concede-se o prazo de 24 (horas) para apresentação da documentação solicitada, encerrando o prazo em 01/04/2025 às 10h00m.

28/03/2025 10:27:40 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
ERRATA: o prazo para apresentação é de 48 (quarenta e oito) horas, até dia 01/04/2025 às 10h00m

01/04/2025 09:38:01 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo 640eed0f757c4dc9a14caf874ed4cc5e.rar aos documentos complementares.

02/04/2025 09:42:11 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CONSIDERANDO o cumprimento das diligências requerida. As 14h00m será concedido prazo para manifestação de recursos caso haja interessados

09/04/2025 10:42:14 **MENSAGEM** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
O participante VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA adicionou o arquivo c503f69dff7e45cd9c0ad002da090e61.pdf aos documentos complementares.

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 117.390,00 **Valor Total:** 117.390,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00		Sim
2 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
3 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
4 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
5 CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,1054	Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 10:46:39	**PUBLICADO**		
05/03/2025 15:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
20/03/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
20/03/2025 09:10:57	**DISPUTA**		
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	**190.415,53**
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	**190.400,00**
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS (PARTICIPANTE 440)	**190.415,53**
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	**190.415,53**
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	**190.415,53**
20/03/2025 09:10:57	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**190.000,00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:10:57	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	190.415,53
20/03/2025 09:11:23	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	189.000,00
20/03/2025 09:11:33	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	189.999,99
20/03/2025 09:11:45	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	188.999,99
20/03/2025 09:12:05	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	188.000,00
20/03/2025 09:12:56	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	187.900,00
20/03/2025 09:13:07	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	187.000,00
20/03/2025 09:14:02	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	186.900,00
20/03/2025 09:14:13	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	186.000,00
20/03/2025 09:14:19	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	186.800,00
20/03/2025 09:14:37	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	185.500,00
20/03/2025 09:14:46	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	184.000,00
20/03/2025 09:15:06	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	183.900,00
20/03/2025 09:15:09	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	183.900,00
20/03/2025 09:15:16	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	183.000,00
20/03/2025 09:15:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	182.900,00
20/03/2025 09:16:06	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	182.000,00
20/03/2025 09:16:24	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	181.000,00
20/03/2025 09:16:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	180.000,00
20/03/2025 09:16:59	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	179.000,00
20/03/2025 09:17:08	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	178.000,00
20/03/2025 09:17:12	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	185.000,00
20/03/2025 09:17:32	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	170.000,00
20/03/2025 09:17:40	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	169.000,00
20/03/2025 09:17:52	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	165.000,00
20/03/2025 09:18:09	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	164.000,00
20/03/2025 09:18:11	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	164.990,00
20/03/2025 09:18:56	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	160.000,00
20/03/2025 09:19:08	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	159.000,00
20/03/2025 09:19:08	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
20/03/2025 09:19:31	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	158.900,00
20/03/2025 09:19:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	158.000,00
20/03/2025 09:19:55	LANCE	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA (PARTICIPANTE	152.332,42
20/03/2025 09:20:02	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	157.500,00
20/03/2025 09:20:05	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	151.000,00
20/03/2025 09:20:25	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.500,00
20/03/2025 09:20:26	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	150.000,00
20/03/2025 09:20:36	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	149.000,00
20/03/2025 09:20:50	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	148.000,00
20/03/2025 09:20:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	147.000,00
20/03/2025 09:21:07	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	146.500,00
20/03/2025 09:21:17	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	145.000,00
20/03/2025 09:21:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	144.500,00
20/03/2025 09:21:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	144.000,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:21:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	143.800,00
20/03/2025 09:22:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	143.000,00
20/03/2025 09:22:19	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	142.900,00
20/03/2025 09:22:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	142.000,00
20/03/2025 09:22:36	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	141.900,00
20/03/2025 09:22:47	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	141.000,00
20/03/2025 09:22:59	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	140.900,00
20/03/2025 09:23:11	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	140.000,00
20/03/2025 09:23:20	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	139.000,00
20/03/2025 09:23:30	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	138.900,00
20/03/2025 09:23:44	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	138.000,00
20/03/2025 09:23:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	137.900,00
20/03/2025 09:24:04	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	137.000,00
20/03/2025 09:24:16	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	136.000,00
20/03/2025 09:24:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	135.000,00
20/03/2025 09:24:38	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	134.000,00
20/03/2025 09:24:42	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.499,00
20/03/2025 09:24:50	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	133.000,00
20/03/2025 09:24:59	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	132.900,00
20/03/2025 09:25:09	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	132.000,00
20/03/2025 09:25:18	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	131.900,00
20/03/2025 09:25:24	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	131.000,00
20/03/2025 09:25:34	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	130.000,00
20/03/2025 09:25:42	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	129.000,00
20/03/2025 09:26:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	128.900,00
20/03/2025 09:26:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	128.000,00
20/03/2025 09:26:22	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	127.900,00
20/03/2025 09:26:34	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	126.000,00
20/03/2025 09:26:44	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	125.900,00
20/03/2025 09:26:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	125.000,00
20/03/2025 09:27:06	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	124.900,00
20/03/2025 09:27:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	124.000,00
20/03/2025 09:27:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.950,00
20/03/2025 09:28:01	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	123.500,00
20/03/2025 09:28:08	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.400,00
20/03/2025 09:28:17	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	123.200,00
20/03/2025 09:28:29	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	123.000,00
20/03/2025 09:28:37	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	122.500,00
20/03/2025 09:28:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	122.400,00
20/03/2025 09:28:52	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	122.000,00
20/03/2025 09:29:06	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	121.900,00
20/03/2025 09:29:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	12.000,00
20/03/2025 09:29:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	

O lance do PARTICIPANTE 379 no valor de 12.000,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:29:46	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	121.000,00
20/03/2025 09:29:57	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	120.900,00
20/03/2025 09:30:04	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	120.800,00
20/03/2025 09:30:11	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	120.000,00
20/03/2025 09:30:14	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	120.700,00
20/03/2025 09:30:34	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	15.400,00
20/03/2025 09:30:50	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	119.000,00
20/03/2025 09:30:58	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 648 no valor de 15.400,00 foi cancelado.			
20/03/2025 09:31:08	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	118.900,00
20/03/2025 09:31:15	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	118.500,00
20/03/2025 09:31:25	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	118.400,00
20/03/2025 09:31:32	MENSAGEM	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	
Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 150.500,00.			
20/03/2025 09:31:43	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	118.000,00
20/03/2025 09:31:54	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 648 no valor de 150.500,00 foi cancelado.			
20/03/2025 09:31:55	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	117.900,00
20/03/2025 09:32:03	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.400,00
20/03/2025 09:32:06	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.399,00
20/03/2025 09:32:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	117.500,00
20/03/2025 09:32:47	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	117.400,00
20/03/2025 09:32:59	LANCE	VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE	117.390,00
20/03/2025 09:33:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	117.000,00
20/03/2025 09:33:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	116.500,00
20/03/2025 09:33:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	116.000,00
20/03/2025 09:33:54	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	115.900,00
20/03/2025 09:34:06	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	115.500,00
20/03/2025 09:34:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	115.400,00
20/03/2025 09:34:39	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	115.000,00
20/03/2025 09:34:51	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	114.500,00
20/03/2025 09:34:58	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	114.000,00
20/03/2025 09:34:59	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.300,00
20/03/2025 09:35:06	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.299,00
20/03/2025 09:35:12	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	113.900,00
20/03/2025 09:35:35	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	113.000,00
20/03/2025 09:35:43	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	112.900,00
20/03/2025 09:36:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	112.000,00
20/03/2025 09:36:12	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	111.900,00
20/03/2025 09:36:19	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	111.000,00
20/03/2025 09:36:28	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	110.900,00
20/03/2025 09:36:50	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	110.500,00
20/03/2025 09:37:05	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	110.000,00
20/03/2025 09:37:18	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	109.000,00
20/03/2025 09:37:41	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	108.900,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:37:43	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	108.000,00
20/03/2025 09:37:52	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	107.900,00
20/03/2025 09:37:54	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	107.000,00
20/03/2025 09:38:01	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	106.900,00
20/03/2025 09:38:02	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	106.000,00
20/03/2025 09:38:10	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	105.900,00
20/03/2025 09:38:14	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	105.000,00
20/03/2025 09:38:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	104.900,00
20/03/2025 09:38:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	104.000,00
20/03/2025 09:38:43	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	103.900,00
20/03/2025 09:39:21	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	103.000,00
20/03/2025 09:39:23	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	102.900,00
20/03/2025 09:40:00	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	102.000,00
20/03/2025 09:40:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.900,00
20/03/2025 09:40:19	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.800,00
20/03/2025 09:40:31	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.500,00
20/03/2025 09:40:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.400,00
20/03/2025 09:41:04	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.300,00
20/03/2025 09:41:11	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	101.200,00
20/03/2025 09:41:42	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	101.000,00
20/03/2025 09:41:48	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.900,00
20/03/2025 09:42:16	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.800,00
20/03/2025 09:42:24	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.700,00
20/03/2025 09:42:47	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.600,00
20/03/2025 09:42:55	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.450,00
20/03/2025 09:43:17	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.400,00
20/03/2025 09:43:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	100.200,00
20/03/2025 09:44:07	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	100.000,00
20/03/2025 09:44:16	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.900,00
20/03/2025 09:44:32	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.800,00
20/03/2025 09:44:41	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.700,00
20/03/2025 09:44:52	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.600,00
20/03/2025 09:45:07	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.550,00
20/03/2025 09:45:17	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.500,00
20/03/2025 09:45:31	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.400,00
20/03/2025 09:45:46	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.300,00
20/03/2025 09:45:54	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.299,00
20/03/2025 09:46:20	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.280,00
20/03/2025 09:46:28	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.270,00
20/03/2025 09:46:37	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.260,00
20/03/2025 09:46:48	LANCE	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	150.200,00
20/03/2025 09:47:01	LANCE	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	150.199,00
20/03/2025 09:47:38	LANCE	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	99.200,00
20/03/2025 09:48:01	LANCE	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	99.190,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:48:11	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**99.000,00**
20/03/2025 09:49:00	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**98.980,00**
20/03/2025 09:49:06	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**98.800,00**
20/03/2025 09:49:25	**LANCE**	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	**150.100,00**
20/03/2025 09:49:29	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**98.780,00**
20/03/2025 09:49:38	**LANCE**	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	**150.000,00**
20/03/2025 09:49:41	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**98.700,00**
20/03/2025 09:49:59	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**98.680,00**
20/03/2025 09:50:18	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**98.000,00**
20/03/2025 09:50:47	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**97.900,00**
20/03/2025 09:50:49	**LANCE**	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	**149.999,99**
20/03/2025 09:50:54	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**97.500,00**
20/03/2025 09:51:39	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**97.400,00**
20/03/2025 09:51:52	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**97.000,00**
20/03/2025 09:51:52	**LANCE**	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (PARTICIPANTE	**149.500,00**
20/03/2025 09:52:06	**LANCE**	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 032)	**149.499,99**
20/03/2025 09:52:15	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**96.900,00**
20/03/2025 09:52:24	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**96.500,00**
20/03/2025 09:53:00	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**96.400,00**
20/03/2025 09:53:10	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**96.000,00**
20/03/2025 09:53:29	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**95.900,00**
20/03/2025 09:53:42	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**95.500,00**
20/03/2025 09:54:07	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**95.400,00**
20/03/2025 09:54:27	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**95.400,00**
20/03/2025 09:54:36	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**95.300,00**
20/03/2025 09:55:31	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**95.200,00**
20/03/2025 09:56:03	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**95.100,00**
20/03/2025 09:58:01	**LANCE**	AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA (PARTICIPANTE 379)	**95.000,00**
20/03/2025 09:58:19	**LANCE**	PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA (PARTICIPANTE 266)	**94.900,00**

20/03/2025 10:00:19 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.

20/03/2025 10:00:19 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA

20/03/2025 10:00:19 **HABILITAÇÃO**

24/03/2025 15:27:05 **INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA inabilitado. Motivo: a empresa não apresentou os documentos exigidos no edital e nem os documentos que compõem a pasta técnica dentro do prazo concedido

24/03/2025 15:27:05 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.

24/03/2025 15:27:05 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA

26/03/2025 10:24:21 **INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA inabilitado. Motivo: A empresa não encaminhou os documentos exigidos no edital no prazo concedido

26/03/2025 10:24:21 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

26/03/2025 10:24:21 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.

27/03/2025 10:19:54 **MENSAGEM** VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE
Solicito prazo de mais 2 horas para envio da documentação e proposta atualizada.

02/04/2025 14:48:58 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

02/04/2025 14:52:55 **RECURSO MANIFESTADO** AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Sr.(a) Pregoeiro(a), boa tarde. Manifestamos intenção de recurso, com fulcro no art. 59 e seguintes da lei 14.133/21.

02/04/2025 15:03:58 **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

07/04/2025 09:57:32 **ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
Nome do arquivo: Recurso Administrativo Três Barras.pdf

07/04/2025 09:58:04 **RECURSO REGISTRADO** AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Recurso administrativo Três Barras do Paraná.

08/04/2025 00:00:02 **RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**

11/04/2025 00:00:03 **JULGAMENTO DE RECURSOS**

14/04/2025 16:41:33 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Nome do arquivo: Julgamento Recurso.pdf

14/04/2025 16:41:39 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Nome do arquivo: Decisão Prefeito.pdf

14/04/2025 16:42:06 **RECURSO JULGADO** AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Julgado Improcedente

14/04/2025 16:42:12 **EM ADJUDICAÇÃO**

15/04/2025 08:57:07 **ADJUDICADO**

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LOTE 1 - ADJUDICADO - 15/04/2025 08:57:07
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 117.390,00 **Valor Total:** 117.390,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00		Sim
2 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
3 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
4 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
5 CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,1054	Sim

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

TOTAL DO PROCESSO: **117.390,00**

VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA **10.738.123/0001-88** **117.390,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 260 Lance: 117.390,00 **Total: 117.390,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 190.415,53 **Valor Unit.: 117.390,00** Total Item: 117.390,00

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

Processo Administrativo N° 15/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais): **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA** (10738123000188) com os lotes: 1 no valor total de R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais).

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

RELATÓRIO DE LANCES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LOTE 1 - Lote 1

20/03/2025 09:10:57 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **190,000.00**

20/03/2025 09:10:57 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **190,415.53**

20/03/2025 09:10:57 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **190,415.53**

20/03/2025 09:10:57 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **190,400.00**

20/03/2025 09:10:57 CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS
VÁLIDO **190,415.53**

20/03/2025 09:10:57 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **190,415.53**

20/03/2025 09:10:57 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **190,415.53**

20/03/2025 09:11:23 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **189,000.00**

20/03/2025 09:11:33 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **189,999.99**

20/03/2025 09:11:45 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **188,999.99**

20/03/2025 09:12:05 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **188,000.00**

20/03/2025 09:12:56 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **187,900.00**

20/03/2025 09:13:07 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **187,000.00**

20/03/2025 09:14:02 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **186,900.00**

20/03/2025 09:14:13 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **186,000.00**

20/03/2025 09:14:19 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **186,800.00**

20/03/2025 09:14:37 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **185,500.00**

20/03/2025 09:14:46 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **184,000.00**

20/03/2025 09:15:06 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **183,900.00**

20/03/2025 09:15:09 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **183,900.00**

20/03/2025 09:15:16 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **183,000.00**

20/03/2025 09:15:55 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **182,900.00**

20/03/2025 09:16:06 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **182,000.00**

20/03/2025 09:16:24 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **181,000.00**

20/03/2025 09:16:38 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **180,000.00**

20/03/2025 09:16:59 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **179,000.00**

20/03/2025 09:17:08 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **178,000.00**

20/03/2025 09:17:12 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **185,000.00**

20/03/2025 09:17:32 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **170,000.00**

20/03/2025 09:17:40 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **169,000.00**

20/03/2025 09:17:52 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **165,000.00**

20/03/2025 09:18:09 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **164,000.00**

20/03/2025 09:18:11 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **164,990.00**

20/03/2025 09:18:56 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **160,000.00**

20/03/2025 09:19:08 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **159,000.00**

20/03/2025 09:19:31 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **158,900.00**

20/03/2025 09:19:37 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **158,000.00**

20/03/2025 09:19:55 JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA
VÁLIDO **152,332.42**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:20:02 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **157,500.00**

20/03/2025 09:20:05 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **151,000.00**

20/03/2025 09:20:25 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
CANCELADO **150,500.00**

20/03/2025 09:20:26 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **150,000.00**

20/03/2025 09:20:36 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **149,000.00**

20/03/2025 09:20:50 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **148,000.00**

20/03/2025 09:20:58 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **147,000.00**

20/03/2025 09:21:07 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **146,500.00**

20/03/2025 09:21:17 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **145,000.00**

20/03/2025 09:21:28 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **144,500.00**

20/03/2025 09:21:41 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **144,000.00**

20/03/2025 09:21:51 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **143,800.00**

20/03/2025 09:22:00 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **143,000.00**

20/03/2025 09:22:19 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **142,900.00**

20/03/2025 09:22:28 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **142,000.00**

20/03/2025 09:22:36 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **141,900.00**

20/03/2025 09:22:47 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **141,000.00**

20/03/2025 09:22:59 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **140,900.00**

20/03/2025 09:23:11 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **140,000.00**

20/03/2025 09:23:20 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **139,000.00**

20/03/2025 09:23:30 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **138,900.00**

20/03/2025 09:23:44 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **138,000.00**

20/03/2025 09:23:55 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **137,900.00**

20/03/2025 09:24:04 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **137,000.00**

20/03/2025 09:24:16 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **136,000.00**

20/03/2025 09:24:28 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **135,000.00**

20/03/2025 09:24:38 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **134,000.00**

20/03/2025 09:24:42 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **150,499.00**

20/03/2025 09:24:50 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **133,000.00**

20/03/2025 09:24:59 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **132,900.00**

20/03/2025 09:25:09 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **132,000.00**

20/03/2025 09:25:18 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **131,900.00**

20/03/2025 09:25:24 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **131,000.00**

20/03/2025 09:25:34 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **130,000.00**

20/03/2025 09:25:42 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **129,000.00**

20/03/2025 09:26:04 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **128,900.00**

20/03/2025 09:26:14 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **128,000.00**

20/03/2025 09:26:22 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **127,900.00**

20/03/2025 09:26:34 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **126,000.00**

20/03/2025 09:26:44 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **125,900.00**

20/03/2025 09:26:58 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **125,000.00**

20/03/2025 09:27:06 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **124,900.00**

20/03/2025 09:27:37 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **124,000.00**

20/03/2025 09:27:51 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **123,950.00**

20/03/2025 09:28:01 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **123,500.00**

20/03/2025 09:28:08 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **123,400.00**

20/03/2025 09:28:17 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **123,200.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:28:29 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **123,000.00**

20/03/2025 09:28:37 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **122,500.00**

20/03/2025 09:28:51 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **122,400.00**

20/03/2025 09:28:52 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **122,000.00**

20/03/2025 09:29:06 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **121,900.00**

20/03/2025 09:29:28 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
CANCELADO **12,000.00**

20/03/2025 09:29:46 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **121,000.00**

20/03/2025 09:29:57 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **120,900.00**

20/03/2025 09:30:04 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **120,800.00**

20/03/2025 09:30:11 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **120,000.00**

20/03/2025 09:30:14 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **120,700.00**

20/03/2025 09:30:34 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
CANCELADO **15,400.00**

20/03/2025 09:30:50 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **119,000.00**

20/03/2025 09:31:08 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **118,900.00**

20/03/2025 09:31:15 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **118,500.00**

20/03/2025 09:31:25 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **118,400.00**

20/03/2025 09:31:43 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **118,000.00**

20/03/2025 09:31:55 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **117,900.00**

20/03/2025 09:32:03 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **150,400.00**

20/03/2025 09:32:06 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **150,399.00**

20/03/2025 09:32:14 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **117,500.00**

20/03/2025 09:32:47 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **117,400.00**

20/03/2025 09:32:59 VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
VÁLIDO **117,390.00**

20/03/2025 09:33:00 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **117,000.00**

20/03/2025 09:33:20 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **116,500.00**

20/03/2025 09:33:38 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **116,000.00**

20/03/2025 09:33:54 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **115,900.00**

20/03/2025 09:34:06 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **115,500.00**

20/03/2025 09:34:28 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **115,400.00**

20/03/2025 09:34:39 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **115,000.00**

20/03/2025 09:34:51 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **114,500.00**

20/03/2025 09:34:58 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **114,000.00**

20/03/2025 09:34:59 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **150,300.00**

20/03/2025 09:35:06 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **150,299.00**

20/03/2025 09:35:12 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **113,900.00**

20/03/2025 09:35:35 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **113,000.00**

20/03/2025 09:35:43 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **112,900.00**

20/03/2025 09:36:00 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **112,000.00**

20/03/2025 09:36:12 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **111,900.00**

20/03/2025 09:36:19 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **111,000.00**

20/03/2025 09:36:28 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **110,900.00**

20/03/2025 09:36:50 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **110,500.00**

20/03/2025 09:37:05 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **110,000.00**

20/03/2025 09:37:18 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **109,000.00**

20/03/2025 09:37:41 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **108,900.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:37:43 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **108,000.00**

20/03/2025 09:37:52 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **107,900.00**

20/03/2025 09:37:54 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **107,000.00**

20/03/2025 09:38:01 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **106,900.00**

20/03/2025 09:38:02 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **106,000.00**

20/03/2025 09:38:10 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **105,900.00**

20/03/2025 09:38:14 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **105,000.00**

20/03/2025 09:38:20 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **104,900.00**

20/03/2025 09:38:41 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **104,000.00**

20/03/2025 09:38:43 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **103,900.00**

20/03/2025 09:39:21 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **103,000.00**

20/03/2025 09:39:23 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **102,900.00**

20/03/2025 09:40:00 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **102,000.00**

20/03/2025 09:40:04 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **101,900.00**

20/03/2025 09:40:19 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **101,800.00**

20/03/2025 09:40:31 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **101,500.00**

20/03/2025 09:40:38 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **101,400.00**

20/03/2025 09:41:04 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **101,300.00**

20/03/2025 09:41:11 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **101,200.00**

20/03/2025 09:41:42 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **101,000.00**

20/03/2025 09:41:48 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **100,900.00**

20/03/2025 09:42:16 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **100,800.00**

20/03/2025 09:42:24 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **100,700.00**

20/03/2025 09:42:47 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **100,600.00**

20/03/2025 09:42:55 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **100,450.00**

20/03/2025 09:43:17 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **100,400.00**

20/03/2025 09:43:28 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **100,200.00**

20/03/2025 09:44:07 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **100,000.00**

20/03/2025 09:44:16 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,900.00**

20/03/2025 09:44:32 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,800.00**

20/03/2025 09:44:41 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,700.00**

20/03/2025 09:44:52 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,600.00**

20/03/2025 09:45:07 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,550.00**

20/03/2025 09:45:17 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,500.00**

20/03/2025 09:45:31 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,400.00**

20/03/2025 09:45:46 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,300.00**

20/03/2025 09:45:54 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,299.00**

20/03/2025 09:46:20 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,280.00**

20/03/2025 09:46:28 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,270.00**

20/03/2025 09:46:37 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,260.00**

20/03/2025 09:46:48 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **150,200.00**

20/03/2025 09:47:01 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **150,199.00**

20/03/2025 09:47:38 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,200.00**

20/03/2025 09:48:01 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **99,190.00**

20/03/2025 09:48:11 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **99,000.00**

20/03/2025 09:49:00 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **98,980.00**

20/03/2025 09:49:06 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **98,800.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

20/03/2025 09:49:25 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **150,100.00**

20/03/2025 09:49:29 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **98,780.00**

20/03/2025 09:49:38 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **150,000.00**

20/03/2025 09:49:41 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **98,700.00**

20/03/2025 09:49:59 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **98,680.00**

20/03/2025 09:50:18 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **98,000.00**

20/03/2025 09:50:47 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **97,900.00**

20/03/2025 09:50:49 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **149,999.99**

20/03/2025 09:50:54 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **97,500.00**

20/03/2025 09:51:39 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **97,400.00**

20/03/2025 09:51:52 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **97,000.00**

20/03/2025 09:51:52 SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
VÁLIDO **149,500.00**

20/03/2025 09:52:06 AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VÁLIDO **149,499.99**

20/03/2025 09:52:15 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **96,900.00**

20/03/2025 09:52:24 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **96,500.00**

20/03/2025 09:53:00 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **96,400.00**

20/03/2025 09:53:10 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **96,000.00**

20/03/2025 09:53:29 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **95,900.00**

20/03/2025 09:53:42 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **95,500.00**

20/03/2025 09:54:07 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **95,400.00**

20/03/2025 09:54:27 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **95,400.00**

20/03/2025 09:54:36 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **95,300.00**

20/03/2025 09:55:31 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **95,200.00**

20/03/2025 09:56:03 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **95,100.00**

20/03/2025 09:58:01 AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
VÁLIDO **95,000.00**

20/03/2025 09:58:19 PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
VÁLIDO **94,900.00**

Gerado em: 15/04/2025 08:57:14

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 05/03/2025 10:46:40

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 15/04/2025 08:57:14
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 117.390,00 **Valor Total:** 117.390,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	VOUGUE FABRICAÇÃO DE	260	10.738.123/0001-88	190.400,00	117.390,00		Sim
2	AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	032	21.244.866/0001-18	190.415,53	149.499,99	27,35	Sim
3	SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES	648	78.794.427/0001-04	190.415,53	149.500,00	0,00	Sim
4	JUNIOR DUARTE DOS SANTOS	483	20.066.677/0001-30	190.415,53	152.332,42	1,89	Sim
5	CARLOS LONIEN - INSTALACOES	440	13.151.289/0001-91	190.415,53	190.415,53	25,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA	266	50.378.337/0001-05	190.000,00	94.900,00		Sim
AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA	379	20.233.756/0001-98	190.415,53	95.000,00	0,1054	Sim

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

Processo Administrativo N° 15/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais): **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA** (10738123000188) com os lotes: 1 no valor total de R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n° 14.133/21 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° 78/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF n° xxx.886.600-xx e portador da Carteira de Identidade n° xxx.308.139-x SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná-PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Guaçu, do Perímetro 8º, da Fazenda Britânia, 00, CEP: 85.925-000, Distrito de Novo Sobradinho, Toledo, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 10.738.123/0001-88, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, **DIOGO RAFAEL GONÇALVES,** brasileiro, natural de Toledo – Pr., solteiro, nascido em 29/11/1985, empresário, CPF n° XXX.170.359-XX, portador da cédula de identidade civil n° X.604.654-X expedida pela SESP PR, residente e domiciliado na cidade de Toledo – Pr., na Rua Ângela Zanella, n° 604, apt 02, Jardim Coopagro, CEP 85.903- 748, doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

Nº 05/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL - *ARTIGO 92, INCISO I E II*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA**, de acordo com projetos de engenharia, memoriais descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica Nº 05/2025.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 05/2025,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** nos termos do Artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo nº 183 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - *ARTIGO 92, INCISO V*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais)**, daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

1 – Relação dos funcionários da obra;

2 – GPS por matrícula;

3 – FGTS;

4 – GEFIP ou SEFIP.

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO - *ARTIGO 92, INCISO VIII*

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.02.15.452.0007.2.015.000.4.4.90.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - *ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO - *ARTIGO 92, INCISO XII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO NONO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISO XIX*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - *ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV*

PARÁGRAFO ÚNICO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - *ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante

ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação disposta no Artigo 116 da Lei N° 14.133/2021.

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, Artigo 116, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei N° 14.133/2021;

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

s) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

t) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

u) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

v) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

w) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

y) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

z) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - *ARTIGO 92, INCISO XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública

direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designada como gestora deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF nº: xxx.363.509-xx.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, Diretor do Departamento de Engenharia

CPF nº: xxx.693.709-xx, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Engenheira Civil, Diretora do Departamento de Projetos, CPF nº: xxx.348.229-xx, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - *ARTIGO 92, INCISO III*

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

Assinado digitalmente por GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=44176489000166, OU=AC Syngular(I) Multipla, O=ICP-Brasil, CN=GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.04.15 10:08:02-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DIOGO RAFAEL GONCALVES: 04917035970

Assinado de forma digital por DIOGO RAFAEL GONCALVES:04917035970
Dados: 2025.04.15 12:51:57 -03'00'

VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
DIOGO RAFAEL GONÇALVES
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____

Nome:
CPF

_____

Nome:
CPF

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° 78/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Concorrência Eletrônica N° 05/2025

VALOR: R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado

DATA DE ASSINATURA: 15 de abril de 2025.

03.01.04.122.00032.006000 Manutenção do Departamento de Administração Recursos Humanos, Planejamento, Licitação e Compras.
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:34A78443

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 2871/2025

Data 15/04/2025

SÚMULA. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no exercício de 2025.

Parágrafo único. Ao fim de cada trimestre a Secretaria de Saúde enviará a Câmara Municipal de Vereadores, a relação dos medicamentos adquiridos via Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, bem como os valores que foram gastos para a aquisição.

Art. 2° Os recursos municipais para o pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do Município na dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:371A2F03

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 2872/2025

Data 15/04/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Amb.	
10.01	Departamento de Agricultura	
206060015.1.027000	Execução de obra p/ implantação de sistemas de Abastecimento de Água	
4.4.90.51 (3278) (504)	Obras e Instalações	30.000,00

Total.....R$ 30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente crédito especial será à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria Municipal da Adm. E Planejamento	
03.01	Departamento Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.39 (64) (504)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00

Total.....R$ 30.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei nº2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei nº 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de abril de 2025.

GERSO FRACISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:31486C8A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 117.390,00(cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais):**VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**(10738123000188) com os lotes: 1 no valor total de R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais).

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:89ED3265

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 15/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL

NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 117.390,00(cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais):**VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**(10738123000188) com os lotes: 1 no valor total de R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil e trezentos e noventa reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:2D7FDA3D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025.

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA.

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

1º LUGAR – VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ Nº 10.738.123/0001-88 – R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais).

2º LUGAR – AUDAZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 21.244.866/0001-18 – R$ 149.499,99 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove mil e noventa e nove reais).

3º LUGAR - SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA – CNPJ Nº 20.066.677/0001-30 – R$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais)

4º LUGAR - JUNIOR DUARTE DOS SANTOS CONSTRUCOES LTDA – CNPJ Nº 23.848.834/0001-57– R$ 152.332,42 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e dois reais)

5º LUGAR - CARLOS LONIEN - INSTALACOES ELETRICAS – CNPJ Nº 41.382.624/0001-06– R$ 190.415,53 (cento e noventa mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS
NÃO HOUVE.

EMPRESAS INABILITADAS
PROJETOS OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA – CNPJ Nº 50.378.337/0001-05 - R$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais).

AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA - **CNPJ Nº** 20.233.756/0001-98 - R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:8A40E2D4

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 78/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NO TRECHO DA PR-471, COMPREENDENDO O NOVO CONTORNO DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, INCLUINDO A ROTATÓRIA
PARTES:Município de Três Barras do Paraná e VOUGUE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
FUNDAMENTO: Lei Federal Nº 14.133/21 e Concorrência Eletrônica Nº 05/2025
VALOR: R$ 117.390,00 (cento e dezessete mil trezentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado

DATA DE ASSINATURA: 15 de abril de 2025.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:4797B042

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 264 DE 11 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 264 DE 11 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Temporário(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do cargo temporário de *PROFESSOR(A)* **GRACIANA FORTES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1.116, por encerramento de contrato do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 11 de abril de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:9C5AEB81

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 265 DE 15 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 265 de 15 de ABRIL de 2025

Dispõe sobre a exoneração de pessoal provido em cargo em comissão e dá outras providências.